

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

LÉIA MARIA ERLICH RUWER

**INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
embriões da transformação?**

FRANCA

2011

LÉIA MARIA ERLICH RUWER

**INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
embriões da transformação?**

Tese apresentada a Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. José Walter Canôas.

FRANCA

2011

Ruwer, Léia Maria Erlich

Incubadoras universitárias na economia solidária : embriões da transformação? / Léia Maria Erlich Ruwer. –Franca : [s.n.], 2011

164 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: José Walter Canôas

1. Economia solidária – Cooperativas. 2. Cooperativismo. 3. Economia – Aspectos sociais. 4. Trabalho – Incubadoras universitárias. I. Título

CDD – 334.0981

LÉIA MARIA ERLICH RUWER

**INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
embriões da transformação?**

Tese apresentada a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção de título de Doutora em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. José Walter Canôas – FCHS/UNESP

1ª Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2011.

Dedico

*À **André**, esposo querido: que doou-me
carinho, apoio e compreensão –
você é o culminar perfeito da minha vida pessoal;
sem você os meus sucessos acadêmicos e profissionais
não teriam a mesma emoção,
não fariam tanto sentido!*

*À **Ana Carolina**, filha querida:
sei que a tese subtraiu a minha presença de mãe
nessa fase tão especial que é a adolescência –
espero que um dia compreenda e
que esta realização possa, de alguma forma,
servir de inspiração para a sua vida.
E que a ajude a acreditar que com paixão e
determinação todos sonhos são possíveis de alcançar!*

***Sem vocês nunca teria sido possível sonhar.
O meu sorriso...devo a vocês!!!***

AGRADECIMENTOS

O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis
(Fernando Pessoa)

Agradeço à **Deus**, fortaleza em todos os momentos do meu caminhar.

Ao orientador, **Prof. Dr. José Walter Canoas**, pela sua fundamental contribuição e ensinamentos, por acreditar neste projeto e na minha capacidade de realizá-lo; por me ajudar a ampliar meus horizontes teóricos, por sua permanente solicitude e parceria; e, principalmente, por constituir um exemplo profissional e humano. E também à sua esposa, **Profa. Dra. Cilene Swain Canoas**, companheira de pesquisa e atividades acadêmicas; pelo estímulo constante.

À **Prof. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler**, por aceitar-me inicialmente sob sua orientação e direcionar-me nos passos iniciais deste doutoramento.

Ao **Prof. Dr. Pe. Mário José Filho**, Coordenador do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, pois como docente possibilitou compreender os caminhos para aqui chegar, indicando-me sabiamente pontos a aperfeiçoar e a aprofundar.

Ao **Prof. Dr. Helio Braga**, que como membro da banca de qualificação e defesa se dispôs a ouvir meus anseios de pesquisa e trouxe sua pronta contribuição.

Ao **Prof. Dr. Dimas Ribeiro**, companheiro de atividades no grupo de pesquisa, publicações e eventos, pela participação e contribuição na banca de defesa.

Ao **Prof. Dr. Ubaldo Silveira**, que fez parte da minha banca de seleção, e me proporcionou conhecimentos e contribuição acadêmica enquanto docente e na banca de defesa

À colega e amiga do coração, **Profa. Dra. Fabiana Alexandre Ferreira Nicolini**, companheira de jornada, durante o curso das disciplinas e eventos científicos; e, principalmente, nos momentos de angústia e alegrias que envolveram esta realização.

Ao **corpo docente e funcionários** do Departamento de Serviço Social e Seção do Programa de Pós Graduação e da UNESP em geral; por seu profissionalismo, cordialidade, disponibilidade e competência em todas as suas atividades e na realização de procedimentos que possibilitaram a realização deste trabalho.

Aos membros das **Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Públicas de São Paulo**, por consentir a realização desta pesquisa, pela colaboração ativa e pela atenção imprescindíveis para a concretização deste trabalho.

Aos meus pais, **Victor e Armelinda**, pelo apoio em todos os momentos da minha vida; e que, mesmo à distância, são as *vozes que me tranquilizam o coração, os sorrisos que me alegram a vida, o apoio para concretizar meus objetivos*.

A **todos** aqueles que, embora não nomeados (e foram muitos!), me presentearam com seu inestimável apoio em distintos momentos.

À **CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro à realização desta pesquisa.

¿Quién muere?

Muere lentamente quien se transforma en esclavo del hábito, repitiendo todos los días los mismos trayectos.

Quien no cambia de marca, no arriesga vestir un color nuevo y no le habla a quien no conoce

Muere lentamente quien hace de la televisión su gurú.

Muere lentamente quien evita una pasión, quien prefiere el negro sobre blanco y los puntos sobre las “fes” a un remolino de emociones, justamente las que rescaten el brillo de los ojos, sonrisas de los bostezos, corazones a los tropiezos y sentimientos.

Muere lentamente quien no voltea la mesa cuando está infeliz en el trabajo, quien no arriesga lo cierto por lo incierto para ir detrás de un sueño, quien no se permite por lo menos una vez en la vida, huir de los consejos sensatos.

Muere lentamente quién deja escapar un posible amor, con tal de no hacer el esfuerzo de hacer que éste crezca. Muere lentamente quien no viaja, quien no lee, quien no oye música, quien no encuentra gracia en si mismo.

Muere lentamente quien destruye su amor propio, quien no se deja ayudar.

Muere lentamente, quien pasa los días quejándose de su mala suerte o de la lluvia incesante.

Muere lentamente, quien abandonando un proyecto antes de empezarlo, el que no pregunta acerca de un asunto que desconoce o no responde cuando le indagan sobre algo que sabe.

Evitemos la muerte en suaves cuotas, recordando siempre que estar vivo exige un esfuerzo mucho mayor que el simple hecho de respirar.

Solamente la ardiente paciencia hará que conquistemos una espléndida felicidad.

Pablo Neruda – Muere Lentamente

RUWER, L. M. E. **Incubadoras universitárias na economia solidária: embriões da transformação?** 2011. 164 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

RESUMO

O presente estudo tem como foco o fomento à Economia Solidária pelas atividades de apoio, assistência e assessoria técnica realizado nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas. São ações que se destacam, dada a ruptura que se propõe introduzir nas relações de produção capitalistas; e devido à emergência de um novo modo de produção e organização do trabalho e das atividades econômicas na sociedade contemporânea. O interesse da pesquisa (descritiva e exploratória) é mostrar a relação existente entre teoria e prática da Economia Solidária nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo, como proposta de ruptura ou manutenção do modo de produção capitalista contemporâneo. O escopo da pesquisa consiste em contextualizar a Economia Solidária no Brasil e o papel das Incubadoras Universitárias de Cooperativas neste contexto; explicar como se dão as ações de apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo; e demonstrar se a realidade levantada na pesquisa empírica compreende uma proposta de ruptura ou manutenção do modo de produção capitalista contemporâneo. Para tanto, utiliza-se o Estudo de Caso; o levantamento documental e bibliográfico; e o questionário semi-estruturado com os coordenadores das referidas incubadoras; de forma a constituir dados para a análise e construção do conhecimento proposto. Como resultado, o estudo revela que as ações de apoio, assistência e assessoria técnica à Economia Solidária realizadas nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo compreendem em suas atividades a proposta de ruptura do modo de produção capitalista. Contudo, as evidências da pesquisa demonstram que este é um caminho que ainda está em processo de construção e que essa construção necessita do envolvimento de profissionais e pesquisadores de todas as áreas do conhecimento.

Palavras-chave: trabalho. alternativas. cooperação e autogestão. incubadoras. universidades.

RUWER, L. M. E. **University incubators in the solidarity economy: the transformation embryos?** 2011. 164 p. (Doctor's Degree in Social Service) - Faculty of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, 2011.

ABSTRACT

This paper focuses on the promotion of the Solidarity Economy activities support, assistance and technical assistance carried out in university incubators of cooperatives. These are actions stand out, given the disruption that is proposed to introduce in the relations of capitalist production, and due to the emergence of a new mode of production and work organization and economic activity in contemporary society. The interest of research (descriptive and exploratory) to show the relationship between theory and practice of the Solidarity Economy in university incubators of cooperatives of Public Universities of São Paulo, a proposal to tear or maintenance of the contemporary capitalist mode of production. The scope of the research is to contextualize the Solidarity Economy in Brazil and the role of university incubators of cooperatives in this context, explain how the actions are given support, assistance and technical advice from the Solidarity Economy in university incubators of cooperatives of Public Universities of São Paulo and the reality show up in empirical research includes a proposal to break or maintenance of the contemporary capitalist mode of production. To this end, we use the case study, the documentary surveys and literature, and the semi-structured questionnaire with the coordinators of these incubators, in order to provide data for analysis and knowledge construction proposed. As a result, the study reveals that the actions of support, assistance and technical advice to the Solidarity Economy held at the university incubators of cooperatives of Public Universities of São Paulo they understand in its activities the rupture proposal of rupture in the way of capitalist production. However, evidence shows that this is a path that is still under construction and that this construction requires the involvement of professionals and researchers from all areas of knowledge.

Keywords: work. alternatives. cooperation and self-management. incubators. universities.

RUWER, L. M. E. **Incubadoras en las universidades y economía solidaria: los embriones de transformación?** 2011. 164 p. (Doctorado en Trabajo Social) - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, 2011.

RESUMEN

El actual estudio tiene como foco la promoción a la Economía de Solidary para las actividades de apoyo, ayuda y asistencia técnica llevadas a cabo en incubadoras universitarias de las cooperativas. Estas acciones si destacan, debido la ruptura que si considera para introducir en las relaciones de producción capitalista; e debido a la emergencia de una nueva manera de la producción y de la organización del trabajo y de las actividades económicas en el la sociedad contemporánea. El interés de la investigación (descriptiva y exploratória) es demostrar la relación existente entre la teoría práctica de la Economía de Solidary en las Incubadoras de cooperativas de las universidades públicas del estado de São Paulo, como la oferta de la ruptura o mantenimiento del modo de producción capitalista contemporánea. El alcance de la investigación consiste en contextualizar la Economía de Solidary en el Brasil y el papel de las incubadoras universitarias de las cooperativas en este contexto; para explicar como si den las acciones de actividades de apoyo, ayuda y asistencia técnica la Economía de Solidary en las Incubadoras de cooperativas de las universidades públicas del estado de São Paulo; e para demostrar si la realidad levantada en la investigación empírica incluye una propuesta para romper o el mantenimiento del modo de producción capitalista contemporánea. Con este fin, se utiliza el estudio de caso; el examen documental y bibliográfico; , y el cuestionario semi-estructurado con los coordinadores de las incubadoras; de la forma a constituir dados para el análisis y la propuesta de construcción del conocimiento. Como resultado, el estudio divulga que las acciones de de apoyo, asistencia y asesoramiento técnico a la Economía de Solidary en las Incubadoras de cooperativas de las universidades públicas del estado de São Paulo entienden en sus actividades la oferta de la ruptura de la manera de la producción del capitalista. Sin embargo, las evidencias de la investigación demuestran que ésta es una manera que sigue siendo en proceso de la construcción y que esta construcción necesita el involvement de profesionales y de investigadores de todas las áreas del conocimiento.

Palabras-llave: trabajo. alternativas. la cooperación y la autogestión. incubadoras. universidade.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Os objetivos das Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo.....	102
Gráfico 2 - Número de indivíduos que atuam o apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária nas ITCPs SP.....	104
Gráfico 3 - Titulação Acadêmica dos indivíduos que atuam no apoio, assistência e assessoria técnica da ES.....	106
Gráfico 4 - Áreas de Formação dos indivíduos que atuam no apoio, assistência e assessoria técnica da ES.....	107
Gráfico 5 - Número de Iniciativas Incubadas atualmente nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Estaduais do Estado de São Paulo.....	111
Gráfico 6 - Número de Iniciativas já desincubadas nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Estaduais do Estado de São Paulo.....	112
Gráfico 7 - Abrangência das ITCPs-SP.....	112
Gráfico 8 - Origem das demandas atuais das ITCPs SP.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições que compõe a amostra de pesquisa.....	31
Quadro 2 - Raízes Históricas da Economia solidária e seu aparecimento no Brasil.....	52
Quadro 3 - Serviços e Facilidades ofertados pelas Incubadoras.....	62
Quadro 4 - Tipologia relativa às iniciativas abrigadas nas incubadoras.....	63
Quadro 5 - Tipologia relativa ao local em que se realiza o processo de incubação.....	64
Quadro 6 - Os desafios com que se confrontam as ITCPs nas Universidades...	72
Quadro 7 - Público-alvo e Formas Variadas das Iniciativas atendidas nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária.....	76
Quadro 8 - O Tempo nas ações realizadas nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas.....	76
Quadro 9 - Eixos que impulsionam a discussão acerca da metodologia de Incubação.....	77
Quadro 10 - Etapas da Incubação.....	78
Quadro 11 - Aspectos Históricos da Concepção da ITCP – USP.....	86
Quadro 12 - Aspectos Históricos da Concepção da INCOOP/UFSCar.....	89
Quadro 13 - Aspectos Históricos da Concepção da ITCP/UNICAMP.....	92
Quadro 14 - Aspectos Históricos da Concepção da INCOP/UNESP – Núcleo Assis.....	95
Quadro 15 - Aspectos Históricos da Concepção da INCONESP.....	98

LISTA DE FIGURA

Figura 1- Campo da Economia Solidária no Brasil

55

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AEC	Auto-avaliação e de Estratégias de Crescimento
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCO	Consolidação Cooperativa
CE	Coordenação Executiva
CECAE	Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais
CNM/CUT	Confederação Nacional de Metalúrgicos
COOCASSIS	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis
COEP	Comitê de Entidades Públicas
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
COPPE-UFRJ	Coordenação de Programas de Pós-Graduação da Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CORI	Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DPC	Diagnóstico Participativo de Cooperativas
ECOSOL	Grupo de Pesquisa em Economia Solidária
ES	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FGV	Faculdade Getúlio Vargas
GEDE	Grupo de Extensão Democracia Econômica – Franca
GEPEM	Grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão Multidisciplinares
GEPES	Grupos de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária
GTs	Grupos de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCOOP	Incubadora Regional de Cooperativas Populares
INCOOP/UFSCar	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos
INCOP UNESP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual Paulista
INCONESP	Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares da Região Nordeste de São Paulo
ITCPs	Incubadoras de Cooperativas Populares
ITCP/USP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo
ITCP/UNICAMP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
NEESC	Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania – Araraquara
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI	Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão Universitária
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras
PREAC	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitário
RTS	Rede de Tecnologia Social
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SERT	Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado
SINAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SUAS	Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPR	Universidade Federal do Paraná

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNITAU	Universidade de Taubaté
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1 BASE E NEXOS TEÓRICOS.....	35
1.1 Elementos Referenciais Antecedentes da Economia Solidária.....	36
1.1.1 O Caminho para o Modo de Produção Capitalista.....	36
1.1.2 O Modo de Produção Capitalista em Foco.....	39
1.1.3 A Ordem Econômica do Capitalismo nas Últimas Décadas do Século XX.....	40
1.2 Economia Solidária: Fundamentos para Outra Economia?.....	43
1.2.1 Por Que Surge e Quais os Fundamentos da Economia Solidária?.....	46
1.2.2 Economia Solidária: Contextualização Histórica.....	52
1.2.3 Perspectivas de Contribuição da Economia Solidária na Atual Conjuntura Econômica e Social.....	56
1.3 Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária.....	60
1.3.1 Incubadoras: Compreendendo a Terminologia.....	60
1.3.2 Sinopse Histórica das Incubadoras.....	65
1.3.3 As Incubadoras nas Universidades: ITCPs e seu Papel na Economia Solidária.....	66
1.3.3.1 Diretrizes Pedagógicas e Metodológicas adotadas pelas ITCPs nas Universidades.....	76
1.3.3.2 As Ações de Apoio, Assistência e Assessoria Técnica nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas da Economia Solidária.....	79
CAPÍTULO 2 A PESQUISA.....	82
2.1 As Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo.....	83
2.1.1 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo ITCP-USP.....	85
2.1.2 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos – INCOOP/UFSCar.....	88
2.1.3 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas – ITCP/UNICAMP.....	92

2.1.4 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual Paulista – INCOP/UNESP – Núcleo Assis.....	94
2.1.5 Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares da Região Nordeste de São Paulo – INCONESP.....	97
2.2 Apresentação e Análise dos Dados.....	99
2.2.1 O Perfil das Incubadoras de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo.....	100
2.2.2 O Processo de Gestão nas Incubadoras de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo.....	114
2.2.2.1 <i>Sobre a Prática da Gestão/Coordenação nas ITCPs SP.....</i>	114
2.2.2.2 <i>Sobre a Diversificação Técnica Necessária para Exercer o Apoio, Assistência e Assessoria Técnica nas ITCPs SP.....</i>	117
2.2.2.3 <i>Sobre Capacitação/Formação dos Integrantes das ITCPs SP.....</i>	119
2.2.2.4 <i>Sobre as Principais Preocupações/Desafios Técnicos para a Equipe de Apoio, Assistência e Assessoria Técnica das ITCPs SP.....</i>	123
2.2.2.5 <i>Sobre as Discussões Acerca dos Movimentos Sociais nas ITCPs.....</i>	125
2.2.2.6 <i>Sobre as Discussões Acerca de um Modo de Produção Alternativo ao Capitalista.....</i>	126
2.2.2.7 <i>Sobre a Preocupação das ITCPs SP em se Criar uma Nova Subjetividade.....</i>	126
2.2.2.8 <i>Sobre a Preocupação das ITCPs SP com a Valorização Social, Cultural Política, Ambiental e Econômica da Economia Solidária.....</i>	128
2.2.2.9 <i>Sobre o Monitoramento e Avaliação da intervenção Realizada pelas ITCPs SP.....</i>	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	144
APÊNDICE	
APÊNDICE A - GRUPOS INCUBADOS NA ITCP/USP (2011).....	154

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO APOIO, ASSISTÊNCIA E ASSESSORIA TÉCNICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	159
ANEXO B -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	164

INTRODUÇÃO

*Nenhum dos círculos [social, ideológico, acadêmico e nacional] será rompido se os intelectuais não forem capazes de fazer três revoluções: na ética segundo a qual deseja que seja o mundo; na lógica como o vê e entende; e na estética com que tenta reconstruí-lo.
(Os Círculos dos Intelectuais, Cristovam Buarque)*

A presente tese nasceu de inquietações de pesquisa no Mestrado em Engenharia de Produção na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no ano de 2000; onde se aprofundaram os contatos e estudos com temas relacionados ao Mundo do Trabalho, Gestão social, Terceiro setor, Responsabilidade Social, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

Na Dissertação de Mestrado foi construída uma Proposta de Requisitos de Planejamento Sustentável Para a Absorção de Egressos dos Projetos Governamentais de Grande Porte (RUWER, 2004); que, sob a orientação do Prof. Dr. Nelci Moreira de Barros, já apresentava preocupações referentes à histórica contradição capital versus trabalho e seus reflexos e decorrências – principalmente o desemprego ao findar dos referidos projetos.

O trabalho demonstrou que, como ocorre em projetos governamentais de grande porte semelhantes, na construção de Ilha Solteira – usina e cidade – não havia indícios de preocupação do planejamento com o estabelecimento de condições de auto-sustentabilidade para o contingente que seria desempregado após o término do projeto muito embora a propaganda governamental da época mencionasse esse objetivo. Nesse caso, o interesse da pesquisa foi o de verificar como o planejamento da comunidade local de Ilha Solteira estabeleceu condições de auto-sustentabilidade para os egressos do empreendimento?

A partir disso, o trabalho abordou o Planejamento Sustentável, Projetos Governamentais de Grande Porte e Gestão de Pessoas; resultando na proposta apresentada, que, constitui, atualmente, uma obra acadêmica de referência para projetos neste sentido. Foram assim articuladas às diversas unidades e disciplinas acadêmicas, além da necessária aproximação e contribuição para com o Mundo do Trabalho e o conjunto do Estado, Sociedade Civil e Política – abrindo caminhos e idéias para o doutoramento.

Com o ingresso na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP - Campus de Franca/SP, e também no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, e com a prática e vivência no Grupo de Pesquisa da UNESP/CNPq, coordenado pelo prof. Dr. José

Walter Canoas, nas Linhas de Pesquisa: Educação, Tecnologia e Trabalho e Serviço Social - Mundo do Trabalho e Sociedade; nasceu o interesse no estudo das relações entre universidade e sociedade; e; em especial, a contribuição da universidade em projetos e ações voltados para geração de trabalho e renda no Brasil.

Das discussões durante o curso das disciplinas do programa, do envolvimento com o grupo de estudos e das atividades acadêmicas, surgiram múltiplas abordagens para o tema. E, considerando as quimeras de um mundo possível a ser construído, com sonhos coletivos edificados frente às intempéries históricas do capitalismo; definiu-se estudar as atividades de apoio, assistência e assessoria técnica nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária.

As reflexões que se apresentam na presente tese tiveram a legítima responsabilidade de elaborar uma pesquisa científica e constituir um olhar não inserido no processo de construção das Incubadoras Universitárias de Cooperativas; e trazer, tanto uma contribuição ao debate do tema Mundo do Trabalho – de forma inter e multidisciplinar –, quanto possibilidades para promover o repensar da contribuição e ação da universidade, pesquisadores e profissionais preocupados com a questão social.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998, p. 77).

Justificativa Técnica do Estudo

O Mundo do Trabalho e o conjunto do Estado, Sociedade Civil e Política encontra, no seu cotidiano, a necessidade do enfrentamento dos fenômenos complexos como o desemprego, subemprego, reestruturação produtiva, manutenção da qualidade de vida e direitos fundamentais dos indivíduos. O desafio de concretizar uma efetiva proposta de possibilidades frente a este contexto impulsiona a busca por um rompimento com o sistema econômico vigente e a formatação de possibilidades – o que pode se dar pela cooperação e solidariedade.

Neste sentido, no Brasil, o caminho apontado por Singer (2001, p. 19), é o da solidariedade, onde a concepção de alternativas será promovida pela “[...] associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais [...]”, o que também

justifica a busca de novos modos de organização do trabalho, que não privilegiem a competição; e sim, a cooperação.

É o que se pretende com a Economia Solidária (ES), que se apresenta como um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda a uma parcela de sujeitos excluídos deste espaço de realização das necessidades humanas. Trata-se de uma forma de enfrentamento ao crescente agravamento das manifestações da questão social, dentre elas a ampliação das dificuldades socioeconômicas vivenciadas pela população brasileira na atualidade; sobretudo os trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda desempregados ou subempregados, ou ainda, que se encontram atualmente no mercado informal de trabalho ou em vias de desemprego.

Na perspectiva da Economia Solidária encontra-se o apoio e formação de diversos ramos de pequenas iniciativas/empreendimentos populares, urbanos ou rurais, organizados com base na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão. Como exemplos desse tipo de iniciativa/empreendimento estão as cooperativas de trabalho e produção, associações de trabalhadores, empresas familiares de autogestão, redes de micro-produtores; agricultura familiar, entre outros. São projetos e ações coletivas que contribuem para o desenvolvimento sustentável do local ou região onde se inserem; e, ao mesmo tempo, preservam a construção da democracia e proporcionam a ampliação e efetivação dos direitos fundamentais do indivíduo.

A efetivação de Cooperativas, como um dos instrumentos clássicos da Economia Solidária, encontra respaldo pelas possibilidades que apresentam ao favorecer as formas de inclusão social, geração de trabalho e renda, com reflexos na melhoria das condições de vida das pessoas; que emergem de iniciativas locais e nas bases comunitárias, sobre as quais se aplicam as regras de autogestão.

Conhecidas também como Cooperativas de Geração de Trabalho e Renda; as Cooperativas na Economia Solidária são desenvolvidas, principalmente, pela metodologia de incubação ou incubação universitária. Neste contexto, a incubação constitui um processo prático educativo de organização e assessoria sistêmica a grupos interessados na construção de iniciativas/empreendimentos econômicos populares e solidários, tendo em vista a necessidade de suporte técnico que demanda este tipo de iniciativa.

Da mesma forma, mas em *lócus* diferenciado, a Incubação Universitária refere-se ao espaço proporcionado, dentro das universidades, onde se desenvolvem

pesquisas teóricas e empíricas sobre a Economia Solidária, com ações de Tecnologia Social no âmbito da geração de trabalho e renda, para atender uma classe social desprovida dos meios de produção.

Por meio desta metodologia, os interessados em constituir uma cooperativa são incubados por um determinado prazo e recebem cursos e treinamentos em distintas esferas, para possibilitar a geração de bases mínimas para a auto-sustentação econômica de iniciativas/empreendimentos de base cooperativa. Estas iniciativas/empreendimentos incubados podem estar voltadas para atender a demandas do setor público, tais como: reciclagem, serviços de limpeza, produção de merenda escolar, fabricação de uniformes escolares, entre outros; como, também, podem estar voltadas para o mercado, a partir de competências específicas dos cooperados através da produção de bens intensivos em trabalho como: artesanato, confecções, móveis, serviços, e outros.

No campo da incubação também são oferecidas assessorias, na forma de apoio, assistência e assessoria técnica para auxiliar as iniciativas/empreendimentos em sua constituição, manutenção e demais processos como: regularização jurídica, organização contábil, prospecção de fomentos, elaboração do plano de negócios, organização das normas de conduta e processo decisório, organização de bens e serviços e tecnologias apropriadas para uma estrutura autogestionária, formulação dos planos de educação internos às cooperativas, ordenamento das formas de trabalho e de convivência, que garantam preservação da saúde dos cooperados; entre outros.

Sobre o papel das assessorias, Pinto (2006, p.16) destaca que, além de contribuir com a geração de trabalho e renda e promover a associação entre trabalhadores, as mesmas geram possibilidades do surgimento de “[...] novos significados compartilhados, novas solidariedades, que requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas.” Estes novos significados podem vir na forma de manifestações diversas, cultivadas neste tipo de ação: a cooperação, a participação, a autogestão, a solidariedade, a emancipação, o igualitarismo, a auto-sustentação, o desenvolvimento humano e responsabilidade social, entre outros.

E, nesta realidade em que se persegue a constituição de novas sociabilidades a fim de construir um novo modo de produção e desenvolvimento, emergem os desafios aos profissionais e pesquisadores preocupados com as questões sociais,

inclusive do Serviço Social, levando-os a repensar suas ações, suas compreensões e seus campos de atuação:

[...] pois esses empreendimentos coletivos, mesmo estando inseridos num sistema capitalista, introduzem elementos que divergem da finalidade do capital (além de gerarem renda aos trabalhadores) e, ao mesmo tempo, vão de encontro ao posicionamento e visão de homem e de mundo, que é concebida pela categoria profissional do Serviço Social, conforme consta no Código de Ética de 1993 (GOERCK, 2006, p. 80).

Assim, o tema desta tese refere-se ao **fomento à Economia Solidária pelas atividades de apoio, assistência e assessoria técnica das Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo.**

Considerando a temática escolhida, realizou-se levantamento e análise documental e bibliográfica inicial, incluindo documentos produzidos e sistematizados pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio); bem como relatórios dos seminários que discutiram questões gerais da Economia Solidária e os principais autores da área e relacionados ao Mundo do Trabalho, como: Singer, Antunes, Pochmann, Gaiger, Dowbor, França Filho, Guimarães, Korosue e Oliveira, Culti, Cruz, Eid, Pereira; dentre outros. Além de pesquisa bibliográfica incluindo artigos, dissertações e teses de mestrado/doutorado sobre a temática abordada, utilizando-se inclusive a internet, tendo sempre em vista o cuidado com a seriedade das fontes e documentos institucionais descritivos sobre tal programa – com vistas a esclarecer e proporcionar uma visão geral acerca da questão a ser trabalhada.

Esta análise inicial conduziu a considerações importantes, que apontam **fragilidades quanto às formas de gestão** e na condução das iniciativas/empreendimentos, uma vez que; em muitos casos, a assessoria e coordenação dos projetos podem não se encontrar preparada ou totalmente capacitada para o trabalho, devido, principalmente, às diferentes e inúmeras faces com que se apresentam os projetos, disciplinas, informações e estrutura que estas iniciativas/empreendimentos demandam.

Outro aspecto a considerar neste sentido é que, **a idealização proposta para o movimento da Economia Solidária aponta para o socialismo**, na forma de um

“[...] modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho.” (SINGER, 2003, p.13). Contudo, existe dificuldade em encontrar, na realidade dos projetos, uma visão contestadora do sistema capitalista; e, assim, encontramos bases para hipóteses sobre a sua efetivação na prática.

Neste sentido, destaca-se também o **processo educativo** no sentido de transformação social (no sentido multidisciplinar), que é intrínseco à incubação, conforme aponta Pereira (2007):

[...] a incubação dos empreendimentos coletivos está fundamentada no processo de educação dialógica, no sentido da transformação social. Por um lado, procura-se problematizar a realidade dos estudantes, professores e funcionários no âmbito acadêmico e da sociedade englobante. Por outro lado, procura-se problematizar a realidade dos trabalhadores desempregados, que trabalham de forma precarizada ou que estão excluídos do mundo do emprego formal. São dois mundos, duas realidades distintas, mas que se propõem a se encontrar por meio das ações educativas no âmbito das Incubadoras (PEREIRA, 2007, p.167).

Contudo, não se encontram evidências de que este ideário esteja viabilizado, o que pode demonstrar a existência de um viés na proposta da Educação como forma de ação propositiva na perspectiva de construção de valores diferenciados na Economia Solidária; uma vez que se constata, ao contrário, aspectos que direcionam à lógica que reproduz o modo de produção capitalista.

Assim, são diversos os desafios e possibilidades das ações realizadas pelos pesquisadores e profissionais envolvidos nas incubadoras; principalmente na perspectiva da educação crítica com o objetivo de desenvolver a autonomia dos sujeitos e uma postura crítica frente aos conhecimentos adquiridos; e, a problematização da realidade na qual o sujeito se encontra inserido.

Isso corrobora a necessidade de estudos aprofundados, tanto das metodologias da incubação; como, mais especificamente relacionado ao presente estudo, das ações coletivas para o fomento das iniciativas/empreendimentos da Economia Solidária, na forma de Incubadora de Cooperativas – uma vez que é grande a responsabilidade pela formação e manutenção dos ideais de solidariedade, coletivismo, respeito ao ideário cooperativista e efetiva prática da autogestão para além do capitalismo.

Outro aspecto a ser considerado é a necessidade do desenvolvimento da capacidade de manutenção e reprodução de ações voltadas para a incubação de

Cooperativas e, assunto abordado por Junqueira e Trez (2005) no artigo “Capital Social e a Sobrevivência das Cooperativas de Trabalho”, quando afirmam que:

[...] o estabelecimento de uma rede de relações depende de um trabalho de instauração de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos.

Importa então, considerar a conseqüente manutenção do andamento dos projetos e implementação de mecanismos de difusão e aperfeiçoamento e busca de novas soluções para demandas ainda não atendidas.

Por estas reflexões destaca-se o papel transformador da universidade e no tripé ensino-pesquisa-extensão, que; ao viabilizar a realização de pesquisas científicas em torno dos temas citados, tem a possibilidade de atender à responsabilidade junto com seus parceiros sociais; estimulando a formação e aperfeiçoando o funcionamento das Cooperativas. Além disso, proporciona ampliar o debate acadêmico crítico sobre a Economia Solidária e a Autogestão, contribuindo para o desenvolvimento destes temas. Somente com iniciativas desta amplitude, será possível atingir, nas realidades locais e regionais, ao desejo da população que luta por direitos e condições dignas de vida.

Cumprir destacar ainda que, ao longo da presente tese está implícito o conceito de transformação social; que aqui compreende uma noção subjacente ao modo como a sociedade e a cultura se transformam em resposta a fatores diversos, como o crescimento econômico, a guerra, ou convulsões políticas, entre outros. Nesta perspectiva, caminhar para uma transformação social, pressupõe uma visão da sociedade desejada e um compromisso consciente com os princípios sobre os quais esta será baseada. Entende-se também aqui a consideração de uma forma multidisciplinar da transformação da sociedade, que conduz à possibilidades “[...] para a ação social e política, de modo a auxiliar as comunidades a melhorar os seus meios de subsistência e a lidar com as consequências das transformações globais.” (CASTLES, 2002, p. 130).

Frente ao exposto, a presente pesquisa busca verificar a relação existente entre a teoria e a prática da Economia Solidária nas Incubadoras Universitárias, como proposta de ruptura ou manutenção do modo de produção capitalista contemporâneo; de forma a responder o seguinte questionamento: **Como se**

realizam as atividades de apoio, assistência e assessoria técnica à Economia Solidária nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

Ressalta-se a relevância do tema, pois as iniciativas/empreendimentos coletivos como as de Economia Solidária; e, em especial as Incubadoras Universitárias de Cooperativas, não podem ser vistos apenas como movimentos econômicos, mas como estratégias de luta do movimento social contra a exclusão social, como alternativa de geração de trabalho e renda, de melhoria da qualidade de vida da população. E, neste sentido, pretende-se constituir um conhecimento acadêmico inovador que possa contribuir para as ações futuras de outros pesquisadores e profissionais preocupados com os aspectos da questão social.

A partir da compreensão desses elementos problematizadores, configuram-se os pressupostos de trabalho e objetivos que orientam este estudo e que se vão paulatinamente desvelando ao longo desta tese.

Pressupostos de Trabalho

- ✓ As atividades das Incubadoras Universitárias de Cooperativas não contemplam discussões acerca dos movimentos sociais, a “[...] luta política ideológica contra o neoliberalismo e disputa com o capitalismo o fundo público e luta pelo direito de viver e trabalhar em formas associativas e democráticas.¹ Privilegia-se o conhecimento técnico e instrumental em detrimento da construção de novas formas de relações sociais e de produção que visem atender, de modo concreto às necessidades da sociedade contemporânea e à construção de projetos mais condizentes de avanços que possam beneficiar a maioria da população.
- ✓ Com a utilização de uma equipe multidisciplinar nos projetos das Incubadoras Universitárias de Cooperativas, sob uma perspectiva crítica, e com a participação do Serviço Social, é possível estruturar um processo educativo para que os profissionais de áreas multidisciplinares envolvidos no apoio, assistência e assessoria técnica destes projetos contemplem, em suas

¹ Discurso/Proposta da Economia Solidária para a transformação da agenda do Desenvolvimento. (CONAES, 2010, on-line).

atividades, um compromisso de avanço rumo a um processo mais amplo de transformação social.

Objetivos

Objetivo Geral

Mostrar a relação existente entre teoria e prática da Economia Solidária nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo, como proposta de ruptura ou manutenção do modo de produção capitalista contemporâneo.

Objetivos Específicos

- a) Contextualizar a Economia Solidária no Brasil e o papel das Incubadoras Universitárias de Cooperativas neste contexto.
- b) Explicar como se dão as ações de apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária nas Incubadoras de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo;
- c) Demonstrar se a realidade levantada na pesquisa empírica compreende uma proposta de ruptura ou manutenção do modo de produção capitalista contemporâneo.

Percurso Metodológico

A investigação científica depende de um “[...] conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (GIL, 1999, p. 26) para que seus objetivos sejam atingidos: o método científico. É o método que confere cientificidade à pesquisa e, na concepção de Triviños (1987), o valor científico dos achados do investigador dependerá, fundamentalmente do modo como se faz a descrição do que se observa.

Nesta perspectiva, a tese aqui apresentada se constitui pela adoção dos procedimentos metodológicos descritos na seqüência.

A pesquisa é **Descritiva** para mostrar aspectos relevantes de uma realidade concreta – sistematizando as visões dos profissionais e pesquisadores vinculados ao

nível de gestão/coordenação nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo. Esta escolha se justifica por representar uma estratégia adequada ao se investigar um fenômeno atual a partir do seu contexto real.

A pesquisa é **Exploratória** considerando, tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos; uma vez que os mesmos devem

[...] convergir na complementaridade mútua, sem confirmar os processos e questões metodológicas a limites que atribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo, ou os métodos qualitativos ao pensamento interpretativo (fenomenologia, dialética, etc.). (CHIZZOTTI, 2003, p. 15).

Esta escolha proporcionou um debate inicial sobre o assunto, dado que não foram encontrados estudos que contemplem a problemática e a perspectiva apresentada; e com vistas a criar condições básicas para o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre o tema. Gil (1999) corrobora a escolha da pesquisa exploratória com a principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Para definir o universo, o tamanho da amostra e os sujeitos de pesquisa foi empreendido entre maio e junho de 2010, um **Levantamento** (GIL, 1999) que teve como característica principal a busca de informações para conhecer o comportamento de determinado grupamento. Essas informações foram captadas utilizando-se como fonte os *sites* da Internet, que proporcionaram definição do universo da pesquisa e delimitação do tamanho da amostra.

O **Universo da Pesquisa** são 8 (oito) Universidades Públicas do Estado de São Paulo: 3 (três) federais: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal do ABC (UFABC); 3 (três) estaduais: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); e 2 (duas) municipais: Universidade de Taubaté (UNITAU) e Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Para definir este universo, foi feita uma análise do atual Atlas da Economia Solidária no Brasil (BRASIL, 2007) disponibilizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Site do Ministério do Trabalho e Emprego. Utilizou-se como critério de busca o item

específico: Apoio, Assistência e Assessoria Técnica (denominação adotada pelo próprio MTE); e, como Fornecedor de Apoio: Universidades (BRASIL, on-line). Esta busca resultou 1.201 unidades universitárias de Apoio, Assistência e Assessoria Técnica da Economia Solidária em todo o Brasil; sendo: 354 localizadas na Região Sul, 369 na Região Sudeste, 300 na Região Nordeste, 104 na Região Centro-Oeste e 74 na Região Norte. Ao delimitar estes dados para os estados, foi possível identificar os três estados com maior número de unidades: Rio Grande do Sul (201 unidades), São Paulo (160) e Minas Gerais (94). A observação de que dois dos maiores pólos localizam-se na Região Sudeste; por conveniência de proximidade, levou a definir, dentre estas, as 160 universidades do Estado de São Paulo; e, excluindo-se as universidades particulares, para concentrar o estudo nas universidades públicas, definiu-se o Universo da Pesquisa: as 08 Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

A **Amostra da Pesquisa** são 5 (cinco) Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo (nominadas no quadro-síntese apresentado na seqüência, onde se excluíram as universidades que não possuem incubadoras). Esta amostra foi selecionada conforme relação oficial de Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC), constantes no Portal do SINAES (BRASIL, on-line) e; para delimitar o estudo, utilizou-se o critério de considerar apenas aquelas que possuem como organização acadêmica o título de universidade pública e que possui Incubadoras Universitárias. Considera-se assim, pelos procedimentos de delimitação utilizados, que este constitui o número ideal e a diversidade necessária para atender o objetivo proposto – constituindo-se numa amostra intencional que, segundo Gil (1999, p. 52) é uma amostra não probabilística em que “[...] o pesquisador está interessado na opinião [...] de determinados elementos da população”.

QUADRO 1 - Instituições que compõe a amostra de pesquisa

AMOSTRA DA PESQUISA		
UNIVERSIDADE	PROGRAMA	TIPO DE ESTRUTURA
USP – Universidade de São Paulo	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP)	Programa de Extensão www.itcp.usp.br
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar)	Programa de Extensão www.incoop.ufscar.br
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP (ITCP/UNICAMP)	Programa de Extensão www.itcp.unicamp.br
UNESP – Universidade Estadual Paulista	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual Paulista (INCOP UNESP – Assis/SP)	Programa de Extensão www.assis.unesp.br
	Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares da Região Nordeste de São Paulo (INCONESP – Franca/SP)	Programa de Extensão

Fonte: Levantamento sistematizado pela pesquisadora.

Os **Sujeitos da Pesquisa** são os 5 (cinco) coordenadores das Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo; considerando-se a perspectiva e o caráter inter e multidisciplinar devido às várias áreas de formação dos profissionais envolvidos. Esta escolha considera o significado que esses sujeitos têm como portadores do discurso coletivo das Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo, na medida em que expressam as opiniões compartilhadas por um quantitativo de indivíduos, que configuram a coletividade pesquisada. Não será feita distinção referente ao sexo, idade, situação sócio-econômica ou tempo de atuação dos mesmos.

Os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa, sendo informados verbalmente e por escrito, de forma suficiente, a respeito da pesquisa, seus propósitos e procedimentos, ocasião também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme normas do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de

Franca/SP - onde o projeto desta pesquisa foi analisado e aprovado sem restrições, sob o registro número 058/2010.

O **Recorte Temporal** compreendido da pesquisa é 1998 a 2011, tomando por base os dados do levantamento inicial nos documentos do SENAES, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros; e levando em consideração que a Economia solidária experimentou um processo de expansão no Brasil a partir dos anos 80; mas que, somente a partir de 1998 firmou-se o seu respaldo crescente em meio às universidades brasileiras. Assim, a extensão de análise é de 13 anos de abordagem.

A **Pesquisa Bibliográfica e Documental** foi utilizada para a necessária fundamentação teórica e crítica, e compreendeu fontes primárias (documentos da SENAES, IBASE e PNAD e documentos das próprias incubadoras; bem como relatórios dos seminários que discutiram a Economia Solidária e de Apoio a Projetos Produtivos Solidários) e fontes secundárias (bibliografia pertinente à temática, produzida nas universidades envolvidas, bem como em outros centros e institutos de pesquisa), com vistas ao aprofundamento da argumentação sobre o objeto em investigação e para melhor percepção e análise dos resultados. E, compreendendo que o processo de conhecimento não é estanque, a revisão de literatura foi trabalhada no decorrer todas as fases da pesquisa e da sua redação.

Cervo e Bervian (1996, p. 48) apresentam a pesquisa bibliográfica como “[...] meio de formação por excelência.” É por meio da pesquisa bibliográfica que o se proporcionou o contato direto com tudo o que foi publicado, dito, filmado ou de alguma outra forma registrado sobre o tema, inclusive através de conferências, de debates, artigos, dissertações e teses; além de fontes aceitáveis academicamente disponíveis na Internet.

Foi empregado também o **Estudo de caso** do tipo Multicasos, caracterizado pelo “[...] estudo aprofundado de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo” (GIL, 1999, p. 58). Utilizado de forma a estudar os principais aspectos de experiências em curso nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

O **Questionário** foi utilizado como instrumento aplicado aos 5 (cinco) coordenadores das Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo. A elaboração deste instrumento (ANEXO A, p. 158)

compreendeu um elenco de perguntas discursivas, com base no referencial teórico, que foram respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador.

O envio do questionário foi precedido de contatos telefônicos com os sujeitos da pesquisa para sensibilização quanto à participação na pesquisa. Após estes contatos iniciais, o questionário foi encaminhado via e-mail e respondido pelos sujeitos durante o mês de junho de 2011, quando então – em alguns casos, após novo contato – retornaram todos (100%) dos instrumentos respondidos e referido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), prontos para a referida análise.

Foram utilizados instrumentos estatísticos necessários para o tratamento dos dados obtidos, que originaram os gráficos e quadros apresentados.

A **Análise e Interpretação dos Dados da Pesquisa** teve como base a compreensão e interpretação dos resultados do questionário e do documento “Sistematização de práticas das ITCPs: Metodologia de Incubação, Pedagogia da Autogestão e Movimento da Economia Solidária” elaborado em 2011 pelo “coletivo” da amostra da pesquisa. Buscou-se assim ultrapassar as evidências imediatas e aprofundar a percepção da realidade - vinculada à fundamentação teórica.

O resultado da pesquisa compõe o presente **Relatório Final**, para a defesa da Tese de Doutorado e posterior socialização dos resultados e conclusões entre a comunidade acadêmica, os sujeitos e instituições envolvidas; acervo da biblioteca e dirigentes da Universidade – UNESP/SP e universidades que compõe a amostra, além de outras entidades e sociedade em geral.

Estrutura da Tese

Este espaço constitui também um roteiro do que será apresentado ao longo da tese; sendo que para organizar o trabalho, foram selecionadas as abordagens que considerou-se essenciais para a construção do conhecimento proposto: o Modo de Produção Capitalista, a Economia Solidária, a Universidade e sua participação na Economia Solidária, e as Incubadoras Universitárias de Cooperativas. Com essa base construiu-se a seguinte estrutura:

A **Introdução** apresenta a presente tese, revelando a justificativa técnica do estudo, delineando a temática escolhida, suas motivações e o levantamento

realizado para se chegar a ela; os pressupostos de trabalho, os objetivos pretendidos e o percurso metodológico adotado.

No **Capítulo 1**, descrevem-se inicialmente os antecedentes da Economia Solidária, de forma a proporcionar a compreensão das origens do Modo de Produção Capitalista contemporâneo; a relação histórica que compreende as mudanças no Mundo do Trabalho e as transformações produtivas, com vistas à compreensão dos impactos produzidos e; principalmente, de forma a conduzir à compreensão do “por que” e “para que” surge a Economia Solidária.

Em seguida, conceitua-se o que é a Economia Solidária, apresentando-se o contexto econômico e social que propiciou o desenvolvimento e a ampliação da prática da Economia Solidária no Brasil, e de como a Economia Solidária em Incubadoras Universitárias de Cooperativas apresenta perspectivas de construção de outro Modo de Produção alternativo ao Capitalismo.

Prossegue-se com a exposição sobre o que são as incubadoras e a proposta de trabalho das universidades na Economia Solidária; e; mais especificamente, sobre qual o papel das universidades no apoio, assistência e assessoria técnica neste contexto.

No **Capítulo 2**, apresenta-se a pesquisa empírica realizada, iniciando com a contextualização acerca da experiência e das ações desenvolvidas pelas Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo; seguindo-se as reflexões provenientes da análise bibliográfica, documental e dos dados dos questionários respondidos pelos sujeitos da pesquisa.

E, finalmente, nas **Considerações Finais** apresenta-se uma análise global dos resultados na ótica dos objetivos que nortearam esta tese. Ressaltam os pontos definidos como conclusões, mas que, na realidade, devem ser considerados, mais apropriadamente, como pontos sugeridos para uma reflexão crítica e possibilidades de contribuição para todos os pesquisadores e profissionais preocupados com a questão social, bem como os demais integrantes da sociedade.

CAPÍTULO 1 BASE E NEXOS TEÓRICOS

*Como se podem buscar objetivos de longo prazo, numa sociedade de curto prazo?
 Como se podem manter relações sociais duráveis?
 Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade
 e história de vida, numa sociedade composta de episódios e fragmentos?
 As condições da nova economia alimentam, ao contrário,
 a experiência, como a deriva no tempo, de lugar em lugar,
 de emprego em emprego.
 (A Corrosão do Caráter, Richard Sennet)*

1.1 Elementos Referenciais Antecedentes da Economia Solidária

Ao abordar o tema Economia Solidária se faz necessário uma reflexão anterior; pontuando alguns fenômenos do cenário vivenciado pela sociedade que proporcionem compreender as transformações que ocorreram nos modos de produção e acumulação capitalista e também nas formas de organização do trabalho, do que hoje chamamos de modernidade e pós-modernidade.

Assim, pretende-se contextualizar a origem da discussão sobre Economia Solidária, com vistas a restabelecer sua trajetória – a partir da lógica do modo de produção capitalista implantada no final do século XX e início do XXI –, e a forma como foi sendo articulada ao longo do tempo; tornando-se atualmente um campo de conhecimento onde estudos como o aqui abordado, tornam-se cada vez mais necessários e importantes. Este período foi delimitado por ganhar força o debate sobre novas formas de organização de trabalho e produção; principalmente em meio ao movimento operário e sindical

Desta forma, busca-se pontuar, a seguir, os marcos teóricos; contudo, sem a pretensão de traçar um quadro completo dos mesmos, mas destacando os aspectos mais significativos para atender o objetivo da presente tese e para representar o ponto de partida da presente abordagem.

1.1.1 O Caminho para o Modo de Produção Capitalista

Para se compreender as relações sociais em uma dada sociedade é imprescindível que se entendam as relações materiais de produção vivenciadas pela mesma. Neste sentido, cada fase da história representa:

[...] um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a precede, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias, que, por um lado, são bastante modificados pela nova

geração, mas que, por outro lado, ditam a ela suas próprias condições de existência e lhe imprimem um determinado desenvolvimento, um caráter específico; por conseguinte as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 36).

Logo, é possível compreender que cada modo de produção estruturou-se tendo como base material as forças produtivas; e, neste contexto, as modificações estruturais relacionam-se, principalmente, às alterações na composição da demanda global e da estrutura produtiva do sistema econômico.

Ao se falar aqui em “**Modo de Produção**” compreende-se o mesmo como a categoria mais fundamental e englobante utilizada para expressar, sinteticamente, as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas - como empregada nos escritos de Marx. Desse modo, o trabalho não é apenas um processo entre o homem e a natureza, mas compreende a formação de uma sociedade, com suas relações e inter-relações e que se realiza sob determinadas condições sociais: as “relações sociais de produção” (MARX, 2002).

A história da humanidade desde a Antiguidade Oriental até a Idade Média é considerada, no presente estudo, como gênese da retrospectiva histórica a respeito da origem do capitalismo e seu modo de produção.

Nesta perspectiva, apesar de ser possível encontrar na literatura aspectos que denotam que a exploração do trabalho e propriedade privada existia desde as tribos judaicas – além do chamado comunismo primitivo (quando não há a apropriação do excedente) e do escravismo – é na alta Alta Idade Média (século V ao século X) que se apresenta a formação do feudalismo, com o declínio do comércio, o fortalecimento do poder local exercido pelos senhores feudais, a ascensão da Igreja e da cultura teocêntrica e a Europa invadida por diversos povos, entre outros.

Ao falar em propriedade, compreender-se-á aqui que as formas ou relações sociais de produção são mediadas pelo sistema jurídico de propriedade inerente a cada modo de produção.

O **Modo de Produção Feudal** se destaca por algumas de suas características: poder descentralizado, economia com base na agricultura de subsistência, trabalho servil e economia com predominância nas relações de troca.

Já na Baixa Idade Média (século X ao XV) observa-se o renascimento comercial e urbano; a decadência do feudalismo; a decadência do poder local e o

fortalecimento do poder nacional representado pelo rei; a efervescência cultural e urbana e a Europa invasora; entre outros.

Neste contexto, o trabalho sempre foi realizado de maneira artesanal, manual, por escravos, trabalhadores servis ou trabalhadores livres – sendo que o modo de produção mudou apenas com a Revolução Industrial e a divisão do trabalho.

Ao longo da Idade Moderna (século XV ao XVIII) a realeza promoveu a expansão de seu poder econômico e político por meio do mercantilismo e do absolutismo; doutrinas em que o Estado tinha o controle da economia e explorava as colônias com o objetivo de adquirir metais e enriquecer a economia da metrópole. Criou-se assim pré-condições para o desencadeamento da Revolução Industrial, com o advento de um processo ininterrupto de produção coletiva em massa, geração de lucro e acumulação de capital – constituindo uma fase transição do feudalismo ao capitalismo como sistema econômico predominante.

A Revolução Industrial na Inglaterra promoveu a introdução do capitalismo a nível mundial:

A Inglaterra, no final do século XVIII já era um país capitalista, pois possuía uma classe de operários, isto é, uma classe de homens privados de qualquer propriedade, sem instrumentos de produção, que vendiam sua força de trabalho, como mercadoria, a uma classe capitalista que a explorava (CANÔAS, 2007, p. 66).

O desenvolvimento do processo de acumulação de capitais, a liberação da mão-de-obra, o aperfeiçoamento das técnicas e a ampliação dos mercados, por sua vez, prepararam o caminho para o **Modo de Produção Capitalista**; no que diz respeito aos dois aspectos fundamentais do capitalismo – o capital e o trabalho:

Logo, a mudança do Modo de Produção Feudal para o Modo de Produção Capitalista caracteriza a caminhada histórica da construção da civilização como um “laboratório”, em que todas as formas de sociedade foram testadas, preparando a sociedade para um modo de produção que elegeu o lucro como seu principal objetivo, estruturando-a para que sua continuidade se modifique no transcorrer da história, sem mudar a sua essência: acumulação de capitais e trabalho assalariado (TURCK, p. 30, on-line).

1.1.2 O Modo de Produção Capitalista em Foco

Cada modo de produção é caracterizado por uma forma social de produção específica. Nas sociedades tribais primitivas, pelas relações de parentesco, que ordenavam a apropriação do território, chave para garantir os meios de subsistência; no feudalismo, pela manumissão das obrigações servis, exercida pelos senhores da terra sobre quem nela trabalhava; no capitalismo, pelas relações assalariadas, entre os vendedores da força de trabalho – o proletariado – e os detentores dos meios de produção – a burguesia (GAIGER, 2003, p. 190).

Destarte, temos que o **Modo de Produção Capitalista** desenvolve as formas de produção feudais, revolucionando-as e transformando-as de forma a que se tornem mais adequadas, até chegar ao ponto em que nos encontramos diante de um modo de produção que está mais de acordo com as formas sociais de produção. Por sua vez, esta nova base material provoca novos desenvolvimentos nas relações de produção, chegando-se ao período de maior correspondência entre uma e outras, em que temos um modo de produção verdadeiramente capitalista – que traz em sua essência, a criação, controle e apropriação do excedente social engendrado pelo trabalho, o que lhe confere uma lógica e traços próprios, intrínseco à sua reprodução e ao padrão dinâmico de sua evolução histórica (SHANIN, 1980, p. 61).

Em cerne, o que impulsiona e determina “[...] o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista” (MARX, 1983, p. 263).

A grande inovação do sistema do capital é que ele pode operar – não dialeticamente – por meio da dominação esmagadora da quantidade: submetendo tudo, inclusive o trabalho humano vivo (inseparável das qualidades da necessidade e do uso humano), às determinações quantitativas abstratas, na forma do valor e do valor de troca (MÉSZÁROS, 2007b, p. 251).

Pelo Modo de Produção de uma determinada sociedade percebe-se como os indivíduos que a compõe organizam-se no que se refere “[...] à produção, à distribuição e ao consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência”; e, “[...] na forma que assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas.” (GAIGER, 2003, p. 186).

O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força de trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção (GAIGER, 2003, p. 187-188).

Apreende-se assim que, no Capitalismo, o Modo de Produção se funda numa relação social onde os indivíduos envolvidos estão em desigualdade de posição com relação aos meios de produção e às condições impostas em função de sua capacidade de trabalho. E, como apresenta Canôas (2007, p. 94), do “[...] predomínio do capital sobre o trabalho, no livre jogo das forças do mercado, os trabalhadores perdem todo o vínculo com a propriedade individual” – de tal modo, a produção, sob domínio do capitalismo, além da mais-valia, produz também um sistema de exploração e dominação.

A partir da compreensão da relação capital *versus* trabalho, é possível compreender as mudanças efetivadas na sociedade que culminam na precarização do trabalho hoje vivenciada.

1.1.3 A Ordem Econômica do Capitalismo nas Últimas Décadas do Século XX

Tendo vivenciado um período próspero de acumulação, no auge do Fordismo e do Keynesianismo (décadas de 1950 e 1960), o capital passa a apresentar um quadro crítico, como apresentam Antunes e Pochmann (2007) ao falar sobre a “desconstrução do trabalho”:

Nas quase três décadas de prevalência dos anos dourados do capitalismo do segundo Pós-Guerra, houve importantes avanços no tocante ao grau de conquistas laborais, que terminaram estabelecendo um patamar mais avançado de segurança do trabalhador. O crescimento do processo de acumulação fordista daquele período foi acompanhado simultaneamente pela diminuição do desemprego e pela elevação dos salários dos ocupados, no total da renda nacional. No último quartel do século 20, contudo, emergiram forças destrutivas do trabalho vivo adicionais. Com a intensificação do processo de acumulação pós-fordista, constata-se a inversão das bases de garantia da segurança do trabalhador. Inexoravelmente, passou-se a assistir ao retorno do desemprego estrutural, que logrou mais força à medida que ganhou maior dimensão a globalização neoliberal. Se isso se transformou numa realidade generalizada nas economias centrais, na periferia do capitalismo mundial, onde o grau de seguridade social não havia avançado tanto durante os anos dourados, deu-se uma ampliação ainda mais intensa nos níveis de precarização e desemprego (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 195).

Neste contexto de crise, destacam-se elementos como: a tendência decrescente da taxa de lucro derivada do excesso de produção; o esgotamento do padrão de acumulação Taylorista/Fordista de produção; a desvalorização do dólar, indicando a falência do acordo de *Breton Woods*; a crise do *Welfare State*; a intensificação das lutas sociais (por meio de greves, manifestações diversas) e a crise do petróleo, com seu forte impacto.

Instaura-se assim, por meio dessa ampla gama de transformações sócio-históricas, o que Harvey denominou de “era da acumulação flexível” – em que a acumulação se garante de uma forma cada vez mais “flexível”; ou seja, utilizando cada vez mais a racionalização, reestruturação e intensificação da produção (com mudanças tecnológicas, automação, fusões, entre outros).

Frente a estas condições, o modelo de produção taylorista/fordista que antes vigorada, mostra-se em decadência; o que leva o sistema capitalista a buscar formas de restabelecer o seu padrão de acumulação, capazes de oferecer respostas ao quadro crítico desenhado.

Verifica-se um amplo processo de reestruturação do capital e do sistema de produção de mercadorias, com vistas tanto a recuperar o seu ciclo produtivo (níveis de acumulação e reprodução); quanto a repor a hegemonia do capitalismo no interior do espaço produtivo. Isso produziu impactos profundos sobre o Mundo do Trabalho, promovendo também alterações importantes na forma de organização da classe dos trabalhadores assalariados.

Essas transformações estruturais baseiam a “crise estrutural do capital” que afeta das mais diversas formas a estrutura social (a partir dos anos 70, especialmente nos anos 80 e 90), conduzindo à nova etapa desenvolvimento do capitalismo mundial, com um regime de acumulação predominantemente financeira – a “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996). Constituindo:

[...] um novo regime de acumulação capitalista, um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento capitalismo. Esse novo período capitalista se desenvolve no bojo de uma profunda crise de superprodução (BRENNER, 1999) e é caracterizado por outros autores como sendo marcado pela ‘produção destrutiva’ (MÉSZÁROS, 1997) ou ainda pela ‘acumulação flexível’ (HARVEY, 1993). (ALVES, 1999, on-line).

Assim, temos o que Mészáros denominou como um *continuum depresso* (longa depressão envolvendo períodos de desaceleração, recessão e crescimento

não-sustentado das economias capitalistas) - constituindo, como apontado por Chesnais (1996), um novo regime mundial de acumulação do capital, que alterou, de modo específico, o funcionamento do capitalismo.

Com relação a este contexto, Iamamoto (2004) destaca, dentre as intensas transformações resultantes:

[...] uma ampla radicalização da concentração de renda, da propriedade e do poder, na contrapartida de um violento empobrecimento da população; uma ampliação brutal do desemprego e do subemprego; o desmonte dos direitos conquistados e das políticas sociais universais, impondo um sacrifício forçado a toda a sociedade. À reestruturação da produção e dos mercados - apoiada mais em métodos de consumo intensivo da força de trabalho do que em inovações científicas e tecnológicas de última geração - somam-se mudanças regressivas na relação entre o Estado e sociedade quando a referência é a vida de todos e os direitos conquistados pelas grandes majorias (IAMAMOTO, 2004, p. 4).

O Mundo do Trabalho ingressa em uma fase ainda mais crítica, que, como apontam Antunes e Pochmann (2007), e tem como características um intenso “processo de precarização estrutural do trabalho”, onde capitais globais exigem também o desmonte da legislação social que protege o trabalho. As mudanças se dão em escala global, envolvendo todo o universo produtivo; sob comando do processo de globalização ou mundialização do capital, que combinam paradoxalmente, a chamada “era da informatização” (e seus avanços tecnocientíficos), com a “era da informalização” - e a precarização ilimitada do trabalho também em âmbito global (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 203).

Conseqüentemente, o resultado desse quadro de transformações também é crítico; com a expansão, sem precedentes, da precarização do trabalho e do desemprego estrutural, onde se destaca a maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. E o conseqüente agravamento da questão social, aqui entendida como uma categoria que se expressa na contradição do modo capitalista de produção (capital *versus* trabalho); onde os trabalhadores produzem a riqueza enquanto que os capitalistas se apropriam dela; e, desta forma, o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas.

E, nesse contexto e para fazer frente à tais reflexos, surgem propostas como as da Economia Solidária – pautando-se na autonomia da classe trabalhadora, enquanto condição para a criação de um novo modo de produção que apresente possibilidades de emancipação frente ao capitalismo:

Foi nesse contexto em que proliferaram também as distintas formas de 'empreendedorismo', 'cooperativismo', 'trabalho voluntário' etc., entre as mais distintas formas alternativas daquilo que Vasapollo (2005) denominou como expressões diferenciadas de trabalho atípico. [...] Sabemos que as cooperativas originais, criadas autonomamente pelos trabalhadores, têm um sentido muito menos despótico e mais autônomo, em oposição ao arbitratismo fabril e ao planejamento gerencial, sendo, por isso, reais instrumentos de minimização da barbárie e do desemprego estrutural, consistindo também num efetivo embrião de exercício autônomo do trabalho. (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 195).

Por emancipação do indivíduo ou trabalhador entende-se a possibilidade de mudar sua forma de sentir e agir, retomada ao que o mesmo havia há muito perdido: o sentido de seu trabalho.

Diante destas considerações, aborda-se na sequência, a proposta e elementos da Economia Solidária, de forma a esclarecer porque e para que surge a Economia Solidária.

1.2 Economia Solidária: Fundamentos para Outra Economia?

Se a impulsão pela flexibilização do trabalho é uma exigência dos capitais em escala cada vez mais global, as respostas do mundo do trabalho devem configurar-se de modo crescentemente internacionalizadas, mundializadas, articulando intimamente as ações nacionais com seus nexos internacionais. Se a era da mundialização do capital realizou-se, entramos também na era da mundialização das lutas sociais, das forças do trabalho, ampliadas pelas forças do não-trabalho, expressas nas massas de desempregados que se multiplicam pelo mundo. Uma forma de se concretizar essas lutas sociais, é impedindo a desconstrução dos direitos sociais e obstando a expansão das formas diferenciadas de precarização do trabalho, travando a *desconstrução* do trabalho realizada pelo capital e recuperando e/ou criando uma nova forma de sociabilidade do trabalho efetivamente dotada de sentido (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 204).

Compreendida a consagração do capitalismo, – apresentada pela abordagem histórica sobre a transição dos modos de produção – pode-se apreender que o mesmo produziu, sob a égide da especulação financeira e abertura de mercados dos países em desenvolvimento, uma massa de indivíduos em situação de pobreza e exclusão, que marca a sociedade brasileira, a exemplo do que se expressa no sistema econômico mundial.

Nesta perspectiva, Santos (2002, p. 24-25) destaca a necessidade da superação do capitalismo, com alternativas concretas, emancipatórias e viáveis; sem, contudo, repetir o socialismo centralizado:

Uma vez que a globalização neoliberal foi eficazmente posta em causa por múltiplos movimentos e organizações, uma das tarefas urgentes consiste em formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica. Em segundo lugar, a reinvenção de formas econômicas alternativas é urgente porque, em contraste com os séculos XIX e XX, no início do novo milênio a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejável.

Esta compreensão impulsiona discursos e práticas que buscam construir e democratização da economia e a discussão de novos padrões de trocas econômicas.

Dentre estas práticas, opta-se por investigar na presente tese, a proposta da Economia Solidária no Brasil, compreendendo-a como uma proposta que surge da emergência de um Modo de Produção que resgate as práticas de cooperação e autogestão (com sentido de transformação e ação direta dos trabalhadores a partir da construção de estruturas igualitárias), e que se relaciona com a acumulação capitalista – com vistas a aprofundar o conhecimento do tema em nível conceitual e esclarecer acerca do caráter deste relacionamento.

Para iniciar a abordagem da Economia Solidária faz-se necessário uma abertura para o conceito de economia, em uma interpretação plural – sem restringir a economia à troca mercantil (pressuposto da escassez) ou de uma escolha racionalista humana; mas considerando possíveis outras formas de relações e Modos de Produção presentes na sociedade (FRANÇA FILHO, 2007).

Trata-se de uma necessária abertura à compreensão da economia, como a apresentada por Caillé (2003, p. 221), de economia substantiva, ou seja, “[...] um processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza que permite um provisionamento regular de meios e materiais para satisfação de necessidades.” Abarcando também o entendimento dos conceitos de expressos por Marx, da economia como forma de estudo da produção, troca e distribuição da riqueza material; pois os mesmos são fundamentais, mesmo em meio ao estudo de uma economia que se pretende diversa da capitalista, mas que se encontra contraditoriamente nela inserida.

Essa abertura permite identificar a combinação de diferentes lógicas de relações e organizações de produção na sociedade, como as próprias das práticas da Economia Solidária: iniciativas/empreendimentos de natureza associativa ou cooperativa, envolvendo pessoas em determinado contexto que buscam a resolução

de problemas públicos relacionados à sua condição de vida, através de fomento à criação de atividades sócio-produtivas. “Empreendimento” ou “iniciativa/empreendimento” (como se optou utilizar na maior parte do presente texto) compreende aqui um sentido diferente do termo no contexto essencialmente capitalista; tem sentido de projeto ou negócio coletivo da Economia Solidária.

Importa esclarecer ainda, que a temática Economia Solidária – de importância crescente na realidade brasileira – possui uma complexidade no seu tratamento:

A pluralidade de origens e formas de expressão que conformam as bases simbólicas e econômicas da economia solidária é um dos elementos que a diferencia estruturalmente com relação ao capitalismo, especialmente no atual momento histórico, pois aponta caminhos para estruturar mudanças paradigmáticas e civilizatórias nos âmbitos econômico, cultural, social e ambiental (CONAES, 2010, on-line).

Destarte, no estudo “Prática em Economia Solidária. Problemática, Desafios e Vocação” de França Filho (2007); apresentam-se cinco caminhos de discussão possíveis:

- a) **Enquanto discussão conceitual:** com reflexões sobre o sentido do agir econômico em sociedade; com o intuito de fortalecer uma compreensão teórica do assunto.
- b) **Enquanto discussão contextual:** onde a economia solidária é abordada a partir de sua manifestação concreta na realidade - como um problema de sociedade na contemporaneidade do capitalismo (análise do tema como fenômenos e práticas investigativas situadas em contextos societários específicos).
- c) **Enquanto estudo de caso:** em que a economia solidária é abordada enquanto fenômeno em si, a partir de suas práticas organizativas singulares.
- d) **Enquanto metodologia de intervenção:** com a economia solidária sendo abordada como uma tecnologia social - instrumento ou ferramenta para geração de trabalho e renda e promoção de desenvolvimento sustentável em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social.
- e) **Enquanto política pública:** onde discute-se o caráter desse gênero novo de política pública, bem como, seus efeitos e resultados alcançados.

De acordo com este grau de abrangência apresentado pelo autor, na presente tese, o tratamento da temática reveste-se de transversalidade, da sua dimensão teórica à sua apreensão enquanto prática.

Compete esclarecer que o Desenvolvimento Sustentável é compreendido aqui como um fenômeno complexo, com inferências econômicas, sociais, políticas e culturais (TOLOSA, 1978), que, embora dependa do crescimento, não pode ser considerado simplesmente sinônimo de crescimento econômico (MARTINELLI; JOYAL, 2004); ou avaliado apenas como um processo de expansão quantitativa do produto e da renda. Deve sim, compreender e ser analisado de modo interdisciplinar, de forma a contemplar um processo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, cultural, ecológica, espacial, e, principalmente, humana e social. E, ao ser abordado no nível local e regional considera-se, conforme apresentado por Martinelli e Joyal (2004), o aspecto endógeno, onde a identidade própria de cada território se converte em sua sustentação.

1.2.1 Por Que Surge e Quais os Fundamentos da Economia Solidária?

Entendida a complexidade e abrangência próprias da Economia Solidária, o desafio está em analisar, interpretar e buscar explicar porque surge a mesma, identificando condições existentes para a realização de outro Modo de Produção concebido em um espaço revestido pelas relações solidárias; além de identificar como se dá a busca pela introdução de outro conjunto de valores em substituição à lógica capitalista instaurada, e fazer frente aos seus principais reflexos na sociedade contemporânea.

No Brasil, a Economia solidária se origina em um contexto de longa crise produzida a partir da década de 80; onde, com a interrupção do ciclo de industrialização, registram-se sinais expressivos de regressão de empregos – após cinco décadas de avanços consecutivos no processo de estruturação do mercado de trabalho – e elevada instabilidade nas atividades produtivas, que resultam do aprofundamento da combinação da financeirização da riqueza e da inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, que reflete em dependência da produção e exportação de produtos primários (POCHMANN, 2004).

Os efeitos dessa combinação e a influência da hegemonia do Modo de Produção Capitalista se expressam no mercado de trabalho brasileiro e seus segmentos – organizado e não organizado –, onde:

De um lado, observa-se a contenção do segmento organizado do trabalho, justamente aquele que responde pelos empregos assalariados regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas. De outro, além do avanço do desemprego aberto, constata-se a ampliação do segmento não organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, cuja atividade não se caracteriza necessariamente por ser tipicamente capitalista (POCHMANN, 2004, p. 23).

Usualmente o segmento não-organizado do trabalho esteve relacionado às circunstâncias arcaicas das economias subdesenvolvidas, uma vez que compreendia um espaço econômico que se limitava a absorção precária da força de trabalho excedente ao Modo de Produção Capitalista. Somente mais recentemente é que essa dinâmica se alterou e passou a compreender outros tipos de atividades - não restritas ao desenvolvimento de atividades de sobrevivência, de produção popular e até de ilegalidade (prostituição, tráfico humano e de drogas, crime, jogos de azar) – mas compreendendo modos de produção distintos (POCHMANN, 2004).

Nesta perspectiva, compreende-se que houveram alterações significativas na divisão social do trabalho, seja em função tanto do avanço das novas técnicas de gestão como da organização da produção, com características muito distintas do antigo padrão fordista. Neste contexto se encaixam as transformações mais recentes nas grandes empresas capitalistas (terceirização, redução de hierarquias funcionais, novas tecnologias e formas de gestão da produção e de organização do trabalho) que impuseram novos relacionamentos diretos entre unidades capitalistas e formas de ocupação não-capitalista (trabalho irregular, parcial, em domicílio, entre outras) – que originaram demandas para a Economia Solidária. Constata-se assim:

[...] a nova composição do excedente da força de trabalho gerado, contendo trabalhadores pobres e desempregados urbanos (não mais imigrantes rurais), com mais alta escolaridade (não mais analfabetos), capacitação profissional e chefes de famílias, terminou sendo combinada, em diversas situações, com um conjunto de militantes sociais críticos e engajados na construção da economia solidária (POCHMANN, 2004, p. 30)

Isso conduziu a esforços para um avanço inicial da Economia Solidária, compreendendo dois fluxos específicos no Brasil, destacados por Pochmann (2004):

- De um lado, o surgimento do excedente de mão-de-obra diversificado (em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização).
- De outro lado, o movimento formado por um conjunto de militantes sociais críticos engajados na construção de alternativas de organização social e laboral. Conjunto este formado por indivíduos representantes de múltiplas ideologias, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população; e capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e qualidade de vida.

Culti (2004, p. 3) também aborda os movimentos relacionados ao surgimento e avanço da Economia Solidária; destacando e classificando os diferentes fatores que intervêm e favorecem o surgimento destas iniciativas/empreendimentos como “forças negativas” e “forças positivas”; onde:

- I. As “forças negativas” são representadas pelas mudanças objetivas que extinguem as opções de vida econômica cotidianas dos trabalhadores; que podem aliar-se ainda às razões subjetivas, que os conduzem a rejeitar as soluções habituais e somente suportá-las na falta de outras.
- II. As “forças positivas” são aquelas que promovem a adesão dos trabalhadores às propostas associativas – seja em função das vantagens materiais que apresentam ou por formarem e sedimentarem uma convicção subjetiva, fortalecendo o futuro das iniciativas/empreendimentos diante de adversidades, expandindo seu efeito irradiador e multiplicador. Além disso, pode-se incluir como força positiva a presença de agente externo, como os apoiadores, parceiros, assessorias, entre outros – que entra em cena após um conjunto de situações que levam os trabalhadores a buscar outros caminhos, seja porque os convencionais diminuem ou porque se tornam menos aceitos ou mesmo por convicção formada ao longo do tempo.

Assim emerge a problemática que conduziu a formar o corpo teórico acerca do tema Economia Solidária como uma proposta que busca:

[...] uma forma de organização do trabalho que preconiza a reprodução do mesmo, e sendo-lhe inerente uma forma diferenciada do processo produtivo, que não explora a força de trabalho da mesma maneira como no capitalismo (GODOY, 2010, on-line).

A Economia Solidária apresenta semelhanças com a economia camponesa; uma vez que as relações sociais de produção desenvolvidas nessas iniciativas/empreendimentos buscam se distinguir da forma assalariada, constituindo “[...] uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção” (GAIGER, 2003, p. 192). Assim, nestas práticas verifica-se:

- a) A premissa da propriedade social dos meios de produção, sendo vedada a sua apropriação individual ou sua alienação particular;
- b) O controle e o poder de decisão estão a cargo da sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; e,
- c) A gestão é determinada pela sociedade dos trabalhadores, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e toma decisões acerca do destino do excedente produzido (GAIGER, 2003, p. 192).

Isto significa dizer que as iniciativas/empreendimentos de Economia Solidária possuem em comum a igualdade de direitos de responsabilidades e oportunidades de todos os participantes, que envolve necessariamente a autogestão; ou seja, a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões, em direção à superação da contradição entre capital e trabalho (FBES, 2006, p. 2, on-line).

Culti (2004) aponta que, apesar do conceito de Economia Solidária nem sempre ser usado com o mesmo significado e nome, o princípio que a norteia é a idéia da solidariedade frente ao individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. A autora destaca ainda que este é um conceito utilizado amplamente no Brasil, bem como em vários outros países e envolve iniciativas voltadas à geração de trabalho e renda com características específicas: urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores ou de crédito, com base na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático (CULTI, 2009, p. 1).

Por trabalho cooperativo se infere aqui a preocupação com:

[...] o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que historicamente aparece junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores. (CULTI, 2009, p. 17).

O cooperativismo contempla aqui uma organização do trabalho diferente daquela baseada nos princípios capitalistas de competição e individualidade. O cooperativismo pressupõe:

[...] uma forma de organização do trabalho na Economia solidária que pressupõe uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente para uma finalidade comum, em um empreendimento coletivo e democrático. O trabalho é solidário uma vez que os trabalhadores encontram-se em condições de igualdade, uns com os outros, frente à condição de sócio- proprietário- trabalhador (CARVALHO; GIRALDI; AVIGHI, 2008, p. 3)

Já a autogestão é entendida aqui como um processo de trabalho onde o trabalhador é quem detêm a posse dos meios de produção e o poder de decisão, organização e controle do processo produtivo, operado com base na igualdade de direitos e de decisão do destino do excedente produzido. Na autogestão, o trabalhador passa a responsabilizar-se e identificar-se com cada ação; e, nesse momento o trabalho ganha sentido (maior até do que a própria obtenção da renda). Além disso, o indivíduo torna-se consciente de sua autonomia e interage para o desenvolvimento coletivo.

Para Verardo (2005) a Economia Solidária representa o desenvolvimento de uma alternativa econômica e social; que não deve ser vista de forma reducionista, como um conjunto de práticas periféricas à dominante economia de mercado. Na visão do autor, a Economia Solidária pressupõe uma nova forma de troca em que se busque, antes de tudo, resgatar a dimensão humana nas relações econômicas e sociais (VERARDO, 2005, p. 124).

Assim, mais do que um modelo a seguir, a Economia Solidária constitui uma prática social exercida por atores diversos que, a partir da realidade que vivenciam, buscam experimentar outro Modo de Produção. Trata-se de uma prática fundamentada na horizontalidade das relações e na autogestão da produção; onde se realiza uma experiência/iniciativa diferenciada do sujeito com relação ao trabalho e a si mesmo (IGLESIAS, 2011, p. 33). Neste âmbito, uma experiência ou iniciativa pode ser considerada uma prática reflexiva e relacionada a um todo – de forma a permitir que se quebrem as relações hegemônicas, naturalizadas e projetem novas possibilidades de construção nas relações do trabalho.

Gaiger (2003, p. 183), ao abordar o quadro promissor da Economia Solidária, destaca que a mesma:

[...] além de carrear rapidamente o apoio de ativistas, organizações sociais e órgãos públicos, suscitou um interesse especial sobre o problema da viabilidade desses empreendimentos, bem como sobre a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho. Setores da esquerda, reconhecendo ali uma nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares, passaram a integrar a economia solidária em seus debates, em seus programas de mudança social e em sua visão estratégica de construção socialista. Vendo-a seja como um campo de trabalho institucional, seja um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza, seja ainda uma nova frente de lutas de caráter estratégico, visões, conceitos e práticas cruzam-se intensamente, interpelando-se e buscando promover a economia solidária como uma resposta para os excluídos, como base de um modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, como saída diante do aprofundamento das iniquidades, das políticas neoliberais, do próprio capitalismo (GAIGER, 2003, p 183).

Nesta perspectiva, pode-se apontar que a principal característica da proposta da Economia Solidária é a de superar as relações de trabalho assalariado (ou a falta delas), utilizando uma forma jurídica composta pela sociedade de pessoas e não de capital – onde “[...] as decisões são tomadas a partir de relações horizontais e igualitárias e não há venda da força de trabalho, já que todos são trabalhadores e possuidores dos meios de produção.” (LAPORTE, 2011, p. 28).

Em destaque nesta proposta estão a autogestão e a cooperação, que “[...] são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade” (CONAES, 2010b, p. 28, on-line); e, para tanto, abarcam uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas detidas e utilizadas por ele: o trabalhador deixa de ser um elemento descartável; e,

[...] não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. (GAIGER, 2003, p.186-187).

Esta compreensão inicial acerca do porque surge e a que se refere a proposta da Economia Solidária leva a perceber que mesma aparece, explicitamente, como uma possibilidade de alternativa ao Modo de Produção Capitalista, que contempla a valorização do trabalho humano – mais do que a acumulação de capital. A proposta é de uma prática real de produção que privilegie o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e a responsabilidade com as gerações futuras. Isto posto parte-se para entender suas raízes históricas e principais antecedentes.

1.2.2 Economia Solidária: Contextualização Histórica

Ao buscar contextualizar historicamente a Economia Solidária, é necessário considerar que as iniciativas de autogestão envolvendo relações solidárias possuem origem à longínquos tempos, como apresenta o Quadro 2.

QUADRO 2 - Raízes Históricas da Economia solidária e seu aparecimento no Brasil

RAÍZES HISTÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Período/Local	Descrição de Eventos
Primórdios	Os primeiros relatos que envolvem vivências de ajuda mútua, que é um dos princípios da economia solidária, referem-se ao trabalho nos campos de trigo, ao artesanato e no sepultamento nas regiões da Babilônia, Grécia e Egito.
400 a.C (China)	Para evitar prejuízos causados pelos repetidos naufrágios no Rio Yang – Tse os mercadores começam a organizar-se e a distribuir suas mercadorias em várias embarcações; de forma que o naufrágio e conseqüente perda da carga de um barco seria uma perda compartilhada por todos, evitando o prejuízo total de um único mercador (HARTUNG, 1996).
Século XIX (Europa)	Em toda a história da humanidade podemos identificar inúmeras experiências de ação cooperativa que definiram o perfil socioeconômico das civilizações em determinados períodos. Contudo, a origem da organização que hoje denominamos cooperativada teve início em dezembro de 1844, quando vinte e sete tecelões e uma tecelã fundaram no bairro da <i>Rochdale</i> , em Manchester, na Inglaterra, a Sociedade dos Probos Pioneiros de <i>Rochdale</i> sob inspiração das idéias de Robert Owen, um industrial na época, considerado hoje o pai do cooperativismo. Destaca-se ainda que, desde o início do século XIX podem ser verificadas, na Europa, as tentativas de instituir formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo, como uma forma de “[...] resposta a aspirações de igualdade econômica e à necessidade de garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores” (GAIGER, 2003, p. 182). Essas raízes decorrem da proletarianização do mundo do trabalho, que provocou a constituição do movimento operário associativo e das primeiras cooperativas autogestionárias de produção. A Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de <i>Rochdale</i> estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial.
Segunda metade da Década de 70 e 80 (Europa e outros locais)	A partir da segunda metade da década de 70 do século XX, a crise do sistema capitalista trouxe, por conseqüências, o desemprego e o fechamento de empresas, e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora. Fazendo surgir, partir de 1977 e até 1984, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores – e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Entre 1980 e 1985, foram criadas, em massa, cooperativas de trabalhadores em toda a Europa. Por outro lado, os inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente. A queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à produção de novas utopias compostas por comunitarismo, ecologismo, solidariedade e voluntarismo.

Período/Local	Descrição de Eventos
Década de 80 (Brasil)	A Economia Solidária surgiu no Brasil na década de 1980, (CARVALHO; GIRALDI; AVIGHI, 2008, p.3), por meio da luta de trabalhadores em busca de geração de renda de maneiras diferentes daquelas baseadas nos princípios capitalistas de competição e individualidade, sendo o cooperativismo uma das principais formas de organização do trabalho na Economia Solidária. Iglesias (2011) aponta que, no Brasil, a Economia Solidária teve, desde seu marco de surgimento, presente nas seguintes esferas sociais: no movimento sindical, nos processos de recuperação de fabricas falidas pelos trabalhadores, as chamadas fábricas recuperadas; na reforma agrária, quando os camponeses iniciam a organização da produção por meio de redes de cooperativas de caráter mais corporativo; na esfera progressista da igreja, com os programas de ação social que investiu em projetos alternativos comunitários e nas universidades, com o desenvolvimento da extensão universitária, via incubadoras de cooperativas.
Década de 90 (Brasil)	Fala-se em ressurgimento porque, em meados dos anos 90, a Economia Solidária, resultante de movimentos sociais que reagem à crise do desemprego em massa, agravada pela abertura do mercado interno, emerge com muita força. Nessa direção, observam-se o surgimento e a consolidação de uma série de experiências como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS); a Rede Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO); a Cáritas do Brasil; a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG); e, dentro das universidades, as Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCPs) (OLIVEIRA; DAGNINO, 2003).
A partir de 1995 (Brasil)	Surgem os primeiros estudos e trabalhos brasileiros sobre economia solidária. Vários encontros vão constituir um marco para a construção de um pensamento e/ou movimento social em prol da economia solidária no Brasil; dentre os quais destaca-se que o primeiro aconteceu por ocasião de uma mesa redonda sobre o tema “Formas de combate e de resistência à pobreza”, realizada em setembro de 1995, durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia; e, o segundo, ocorreu no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG -, que teve lugar em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio de 1996. A partir de então, o final do século XX viu nascer um novo paradigma socioeconômico, político e cultural fundamentado na solidariedade (LECHAT, 2002).

Fonte: Adaptado a partir dos autores citados.

Pelo quadro histórico apresentado, pode-se apreender que a Economia Solidária surge particularmente ligada à constante luta dos trabalhadores contra o desemprego e a exclusão social e luta pela terra (entre outros motivos) – caracterizando-se como possibilidade alternativa à forma contratual de trabalho; como uma dimensão de questionamento do *status quo* e de reivindicação por bases de estruturação da sociedade, com pressupostos de participação popular nas esferas econômica e política (GODOY, 2010; POCHMANN, 2004).

Abordando o panorama atual da Economia Solidária, Godoy (2010, on-line) destaca que:

Embora suas origens estejam no cooperativismo, a Economia Solidária que emerge entre o fim do século XX e o presente momento apresenta condições novas para a sua reprodução. Em termos gerais, as condições sociais dos trabalhadores pouco avançaram, sobretudo, nos países que não vivenciaram o Estado de bem-estar social. No Brasil, o Estado desenvolvimentista apoiou-se no crescimento econômico através de apoio e fomento ao grande capital. O pequeno camponês foi impelido a deixar suas terras e engrossar o fluxo do êxodo rural por não ter acesso aos mesmos créditos concedidos aos grandes proprietários de terra. A modernização conservadora brasileira visou ao mercado externo com as monoculturas de exportação. No momento histórico seguinte, a reestruturação produtiva, caracterizada pela transição do modelo fordista para a acumulação flexível, como analisa David Harvey (2009), submeteu ao trabalhador novas limitações a sua reprodução. No presente momento, o trabalhador depende muito mais da intervenção do Estado e de outras instituições para considerar outras formas de trabalho, que não se restrinjam a relação patrão-empregado.

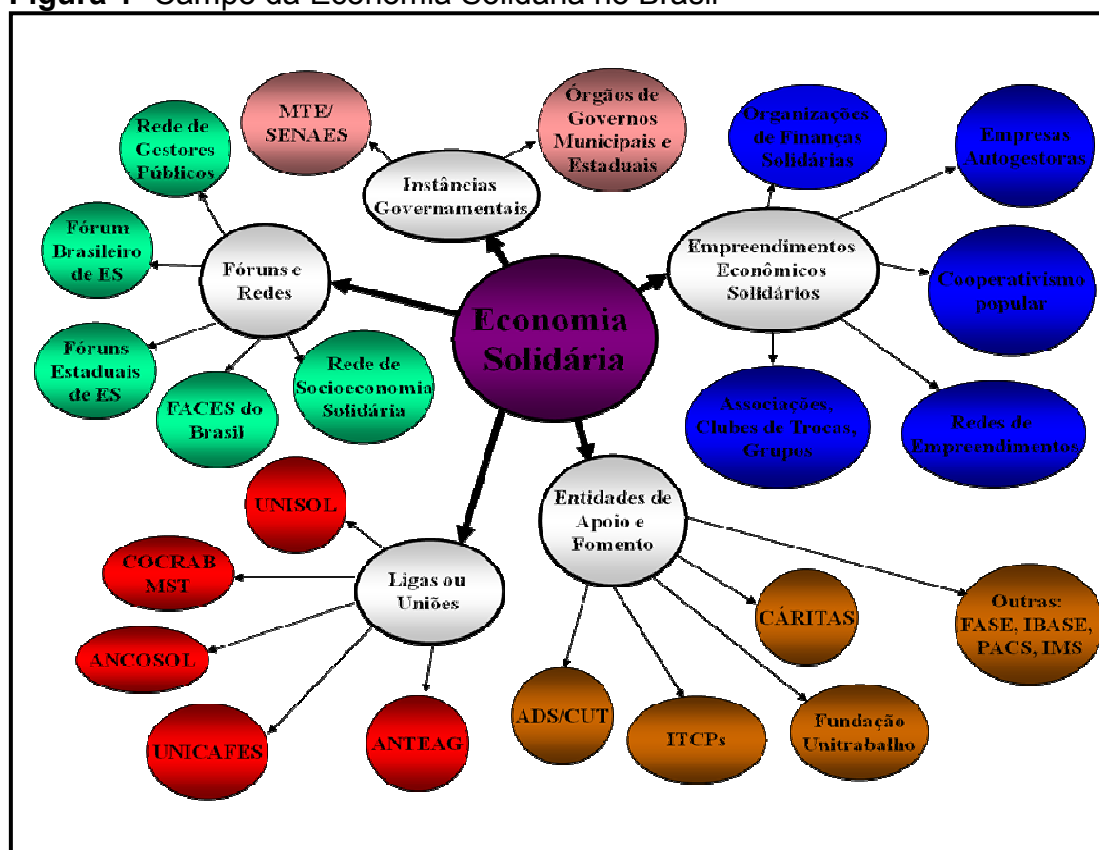
Assim, impulsionam-se as iniciativas de geração de trabalho e renda com base na forma solidária e associativa; as quais contam, atualmente, com inúmeros espaços de divulgação, de aprofundamento do debate e de suas experiências no país, e chamam a atenção de setores como a sociedade civil, o poder público e as entidades de classe. Ao mesmo tempo, surgem “[...] organizações que se apresentam como apoiadoras, parceiras ou agregadoras dessas iniciativas” (CULTI, 2009, p. 3).

Como exemplos destes espaços, pode-se citar a formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (FBES, 2001) - em meio ao Fórum Mundial Social; da Conferência Nacional da Economia Solidária e a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) (SENAES, 2003) no âmbito Federal de Governo; da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil (UNISOL) (UNISO, 2004) (CULTI, 2004); além das universidades e redes e fóruns vinculados ao processo e experiência de Economia solidária. Estes espaços também possuem o papel de integrar os atores que se articulam para consolidar a Economia Solidária como uma “[...] política estruturante, a partir de agendas comuns, de promoção de intercâmbios e de sistematização de conhecimentos e de saberes” – cujas conquistas já se manifestam, a exemplo da implantação de Políticas Públicas no âmbito nacional e estadual, como a já citada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Por essa atuação, concebe-se o propósito multidimensional da Economia Solidária, que envolve as dimensões política, ecológica e cultural – sem, contudo, ser confundida com o que se denomina “Terceiro Setor”, que engendra serviços de caráter público, substituindo o Estado nas suas obrigações legais e inibindo a emancipação de trabalhadores, enquanto sujeitos protagonistas de direitos.

Assim, para visualizar o espaço da Economia Solidária no Brasil, e como se configuram e estruturam suas formas econômicas constituídas por cooperativas, associações e grupos informais, bem como a concretude das relações sociais entre seus diversos atores: trabalhadores, movimentos sociais, governo e organizações não-governamentais – apresentamos a Figura 1, com a organização apresentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal em 2005:

Figura 1- Campo da Economia Solidária no Brasil



Fonte: BRASIL, 2005.

Por meio dessa ilustração, é possível também visualizar que a Economia Solidária no Brasil vai além da dimensão econômica, base da sua ação, articulando-se por meio de diversas instâncias: rede articulada de empreendimentos, instâncias governamentais, entidades de apoio e fomento, fóruns e redes, ligas e uniões. Assim

se destaca a existência um campo articulado de organizações, instituições e movimentos sociais congregados pela Economia Solidária (que, apesar de não constituírem foco do presente estudo, precisam ser nominadas), demonstrando que as esferas do trabalho e da economia estão alinhadas a todas as demandas sociais.

E, como aponta Godoy (2010, on-line) ao analisar este campo: “[...] para além dos empreendimentos existe um movimento social próprio da Economia Solidária, mas não desvinculado de outros movimentos que reivindicam o atendimento de diversas demandas da população” e “[...] novas relações sociais estão se estabelecendo para além da esfera da produção, já que não só existem empreendimentos econômicos solidários organizados, mas todo um campo articulado de organizações, instituições e movimentos sociais”. E neste campo, observa-se, existe espaço para estudos aprofundados que conduzam a compreensão sobre como está posta e como se encaminha o conjunto de práticas sociais que reveste todo o campo da economia solidária.

Deste modo, estando contextualizada historicamente a Economia Solidária, é possível perceber as inúmeras demandas que lhe cabem, deste as educativas até a sua efetiva institucionalização no Brasil, o que leva a compreender que este é um movimento ainda em construção; o que exige que se incite o debate acerca das possibilidades e limitações da Economia Solidária neste contexto – o que se aborda na sequência.

1.2.3 Perspectivas de Contribuição da Economia Solidária na Atual Conjuntura Econômica e Social

A Economia Solidária propõe uma lógica distinta do capitalismo e em busca de espaços alternativos, que contribuam para a articulação do movimento através da troca saberes e experiências. Neste sentido, pode-se destacar, atualmente, o debate produzido sobre a Economia Solidária no Brasil, nas conferências realizadas a nível nacional, regional e local, sobre as experiências e práticas em curso e os principais desafios que se apresentam para o avanço de sua proposta.

Buscando contribuir para a consolidação de uma Política Pública de Economia Solidária no Brasil, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (REDE DE ITCPs, 2010) destaca os seguintes aspectos presentes no cenário brasileiro dos últimos 8 anos:

- A implantação da Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES representou um passo inédito e importante no processo inicial rumo à constituição da Política Pública em Economia Solidária no Brasil. Entretanto, o reconhecimento da especificidade do trabalho associado que reveste as práticas de economia solidária e da definição de um lugar institucional para a Política Nacional de Economia Solidária ainda é um processo em construção;
- O esforço transversal de diferentes Ministérios do Governo Federal, com políticas que se pautaram na construção de ações e programas direcionados para a Economia solidária, mesmo que de maneira fragmentada;
- O ressurgimento e o fortalecimento do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC), que representa também um passo importante na consolidação Economia Solidária, embora ainda distante de compreender as reais especificidades do trabalho desenvolvido pelas incubadoras no processo de apoio aos grupos incubados – o montante de recursos direcionados ao programa (cerca de 20 milhões de reais) está longe do total de recursos destinados às demais incubadoras (cerca de 400 milhões de reais);

Já a II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES, 2010a, on-line) ao fazer o balanço e apontar os desafios da Economia Solidária no Brasil, indica em seu documento final a seguinte situação atual:

[...] as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real. Os programas de economia solidária sofrem com a limitação dos recursos financeiros e de estrutura institucional. A implementação de programas e ações é seriamente comprometida pelas normativas e pela cultura institucional que favorecem a fragmentação das políticas, dificultando apoio governamental no fomento aos empreendimentos de economia solidária. Da mesma forma, o acesso dos empreendimentos econômicos solidários ao financiamento e ao crédito ainda é extremamente limitado e em alguns setores, inexistente. (CONAES, 2010a, on-line).

Percebe-se nos aspectos destacados a existência de inúmeras necessidades a transpor para que a proposta da Economia Solidária se consolide – de fato – como outro modo de produção, desenvolvimento e de inclusão social e econômica. A inclusão social, caracterizada aqui enquanto movimento; ou seja, como uma etapa no processo de conquista de direitos dos mais diversos segmentos sociais de uma sociedade – e que pode representar um ponto de partida para melhoria das condições de vida dos indivíduos na sociedade.

Também a respeito das necessidades a serem transpostas pela Economia Solidária, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (REDE DE ITCPs, 2010) destaca a necessidade de:

- Indicar a Economia Solidária como importante instrumento de consolidação de outro modo de desenvolvimento e de inclusão social e econômica;
- Consolidar políticas públicas para além do governo, com a institucionalização de uma Política de Estado por meio da Lei Geral da Economia Solidária;
- Consolidar uma Política Pública de Ciência e Tecnologia que permita processos de produção do conhecimento com participação popular e voltada para a transformação social a partir do trabalho em rede junto às iniciativas da Econômica Solidária em curso.

Bertucci (2010) corrobora esta percepção quando, ao pesquisar e analisar a política federal de Economia Solidária na última década aponta que a mesma se solidificou por meio de um processo contínuo de construção participativa e institucionalização. Entretanto, como destaca o autor, embora no debate público esta política seja apresentada como estratégia de desenvolvimento (chegando-se a esboçar elementos para o que seria uma nova sociedade, “emancipada”, a partir de uma crítica ao capitalismo); o que ocorre na prática, é que estas políticas se limitam a ser um conjunto de ações setorializadas, quase sempre restritas ao apoio às unidades de produção autogestionadas (BERTUCCI, 2010, p. 49).

Compreendidos estes desafios destacados, é possível também abordar o potencial e as perspectivas de contribuição da Economia Solidária no Brasil, a partir do destaque das palavras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (CARTA..., 2010, on-line) em carta enviada à Presidenta Dilma Roussef e que salienta:

- o potencial já demonstrado pela economia solidária de contribuir com o resgate humano e a erradicação da pobreza e da miséria;
- a capacidade da economia solidária em gerar oportunidades de geração de trabalho e renda para setores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho tradicional;
- o compromisso da economia solidária em promover o desenvolvimento territorial, sustentável e solidário, em que a produção da riqueza tenha como finalidade a qualidade de vida;
- a natureza transversal e intersetorial da economia solidária, que exige um espaço institucional de articulação e organização do conjunto de políticas relacionadas;

- o crescimento expressivo da economia solidária em todos os segmentos da sociedade civil e em políticas públicas municipais e estaduais (CARTA..., 2010, on-line).

E, ao finalizar o presente trecho, faz-se necessário indicar que está em processo no Brasil uma ampla discussão acerca da institucionalização da Economia Solidária: o denominado Projeto de Lei da Economia Solidária. Além disso, atualmente é realizada a “Manifestações de Integrantes de Coletivos Integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária” que compreende uma monção de repúdio ao Projeto de Lei n. 865 de 31 de março de 2011; que propõe a inserção das atribuições da Economia Solidária junto à criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa. Esse posicionamento contrário se justifica ao considerar o pressuposto de que as iniciativas/empreendimentos da Economia Solidária não são “instrumentos comerciais” disponibilizados ao mercado de forma convencional; e pelo contrário, buscam uma forma de produção e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano – e não no capital – de base coletiva e de modo autogerido (MANIFESTAÇÕES..., 2011, on-line).

Os participantes deste manifesto consideram que o projeto de lei, criado sem consulta ou diálogo com os atores, não atende aos anseios do Movimento de Economia Solidária – numa proposta que desconsidera a identidade da mesma como movimento comprometido com uma nova economia – e reivindicam a criação do Ministério da Economia Solidária, indicado pela II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES).

Segundo o Fórum Pernambucano da Economia Popular Solidária (MANIFESTAÇÕES..., 2011, on-line) o Projeto de Lei n. 865 não é adequado, pois:

Todas as discussões acumuladas parecem indicar uma identidade da ECOSOL com o mundo do trabalho mesmo quando ressaltada a sua dimensão econômica que enfatiza a geração de trabalho e renda, mesmo aí seu maior capital e finalidade são a capacidade de trabalhar e a reprodução da vida. Assim, ela parece deslocada em ambiente institucional que está voltado para o fortalecimento das iniciativas centradas na finalidade da produção e reprodução do capital, através do mecanismo do lucro ou da mais-valia.

Ainda segundo o referido fórum, apreende-se também que uma combinação com a Secretaria das Micro e Pequenas Empresas não traz contribuição para avanços do ponto de vista da economia solidária como base de outra sociedade possível.

Essa manifestação e também a campanha por um Projeto de Lei da Política Nacional de Economia Solidária, até o momento da finalização da escrita dessa tese, encontram-se em curso e propõe que se inscreva a Economia Solidária na agenda das discussões políticas e econômicas do país, urgindo por um diálogo sobre o tema com todos os atores envolvidos – o que instiga também para que o processo esteja continuamente em pauta também junto à academia.

1.3 Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária

Frente ao contexto de crise no Mundo do Trabalho engendrado historicamente pelo capitalismo, onde predomina o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho – entre outras conseqüências, surge a Economia Solidária com sua proposta de enfrentamento à crise do emprego e exclusão social e econômica, com uma lógica econômica assentada em valores e princípios que contrariam a cultura hegemônica da competição, acumulação e individualismo.

Neste cenário originam-se também as Incubadoras Universitárias de Cooperativas enquanto instrumento inseridos na Economia Solidária, com vistas a proporcionar - principalmente - alternativas de trabalho e renda para os trabalhadores historicamente excluídos, precarizados; e, mais recentemente, expulsos do trabalho assalariado. Além disso, objetivam o debate, a reflexão e a construção de possibilidades frente ao atual Modo de Produção Capitalista.

Com este foco e atendendo aos objetivos do presente estudo, apresenta-se, na seqüência, essa experiência da prática da Economia Solidária realizada nas universidades brasileiras: as Incubadoras de Cooperativas.

1.3.1 Incubadoras: Compreendendo a Terminologia

Incubadora é um termo que, segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1993) refere-se ao aparelho que mantém condições favoráveis ao crescimento e ao desenvolvimento; usado em laboratórios e projetos de pesquisas. Esse termo, aplicado ao presente estudo, remonta ao ato de manter algo – no caso, um empreendimento ou iniciativa – criado por um determinado tempo e condições adequadas para seu desenvolvimento, manutenção e sobrevivência – por meio da assistência necessária para tal.

Neste sentido, considerar-se-á aqui incubadoras como arranjos institucionais e interinstitucionais realizados em função da busca por uma metodologia de assessoramento, elaboração, construção, desenvolvimento e manutenção, pelos sujeitos envolvidos; de novos conhecimentos e de possibilidades frente às transformações do Mundo do Trabalho e seus reflexos sobre a sociedade contemporânea.

Sobre as atividades exercidas nas incubadoras, Cruz (2004) destaca que todas desenvolvem, ainda que em fases distintas ou paralelas, as atividades de assessoria e consultoria (que envolve apoiar os projetos quanto à estruturação e viabilização econômica); e a formação e qualificação (que busca garantir que os projetos continuem funcionando e crescendo depois de completada a incubação).

Ampliando essa visão sobre as atividades das incubadoras, na Economia Solidária, deve-se considerar; como observam Paula e Calbino (2010, p. 4), que os processos de incubação:

[...] vão além de um apoio técnico, jurídico de assessoria e sustentabilidade econômica dos empreendimentos. Mais do que suprir a geração e renda, os processos de formação têm um caráter político, de transformação da sociedade, das relações de trabalho.

As atividades das incubadoras também possuem foco na educação, como apresenta Culti (2009, p. 153) ao afirmar que este trabalho envolve a “[...] construção/reconstrução de conhecimento por meio do processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários” – considerando-se a necessidade destes projetos ou iniciativas com relação ao suporte técnico e social para sua implantação, desenvolvimento e manutenção. Segundo a autora, a incubação é um processo de produção que:

- Valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social e econômica;
- Acrescenta conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão administrativa;
- Orienta para o mercado e inserção em cadeias produtivas e/ou planos e arranjos produtivos locais, etc.
- Une ‘saber popular’ a ‘saber científico’ numa tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- É um processo educativo que modifica as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua maneira de ser e agir;
- É um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos em vários aspectos (CULTI, 2009, p.153).

Apresentada esta visão ampliada que reveste o presente estudo, é necessário reconhecer e esclarecer que a grande maioria das definições encontradas na bibliografia sobre incubadoras envolvem uma perspectiva e tipologia voltada para o mercado e para o empreendedorismo em geral; à exemplo do Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal (MCT) através do Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas (PNI) (BRASIL, 2000, p. 6), que apresenta que:

[...] uma Incubadora é um mecanismo que estimula a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas industriais ou de prestação de serviços, de base tecnológica ou de manufaturas leves por meio da formação complementar do empreendedor em seus aspectos técnicos e gerenciais e que, além disso, facilita e agiliza o processo de inovação tecnológica nas micro e pequenas empresas.

Segundo esta concepção com foco no mercado – precursora de outros formatos – as incubadoras; ao promover e estimular a criação de micro e pequenas empresas; proporcionam contribuição ao desenvolvimento socioeconômico, pela potencialidade de induzir o surgimento de unidades produtivas que engendram a produção industrial e criam novos postos de trabalho (BRASIL, 2000). Para tanto, as incubadoras dispõe de serviços e facilidades, como apresentado no Quadro 3:

Quadro 3 - Serviços e Facilidades ofertados pelas Incubadoras

SERVIÇOS E FACILIDADES OFERTADOS PELAS INCUBADORAS	
SERVIÇO/FACILIDADE	FINALIDADE
Espaço físico individualizado	Proporcionar a instalação de escritórios e laboratórios de cada iniciativa admitida.
Espaço físico para uso compartilhado	Proporcionar apoio às atividades. Sala de reunião, auditórios, área para demonstração dos produtos, processos e serviços das empresas incubadas, secretaria, serviços administrativos e instalações laboratoriais.
Recursos humanos e serviços especializados	Para auxiliar as iniciativas incubadas em suas atividades, quais sejam, gestão empresarial, gestão da inovação tecnológica, comercialização de produtos e serviços no mercado doméstico e externo, contabilidade, marketing, assistência jurídica, captação de recursos, contratos com financiadores, engenharia de produção e Propriedade Intelectual, entre outros.
Capacitação/Formação/Treinamento	Preparar os envolvidos nas iniciativas nos principais aspectos gerenciais, tais como gestão empresarial, gestão da inovação tecnológica, comercialização de produtos e serviços no mercado doméstico e externo, contabilidade, marketing, assistência jurídica, captação de recursos, contratos com financiadores, gestão da inovação tecnológica, engenharia de produção e Propriedade Intelectual;
Acesso à Tecnologia e Conhecimento	Acesso a laboratórios e bibliotecas de universidades e instituições que desenvolvam atividades tecnológicas diversas.

Fonte: BRASIL, 2000, p. 6.

Este quadro coloca em destaque a contribuição das incubadoras, principalmente no que se refere à estrutura e à capacidade gerencial dos indivíduos envolvidos e incorporação de tecnologia aos produtos e processos da iniciativa. Além disso, as incubadoras podem ainda ser classificadas de acordo com o tipo de projeto/iniciativa abrigada, conforme apresenta o Quadro 4:

Quadro 4 - Tipologia relativa às iniciativas abrigadas nas incubadoras

TIPOLOGIA RELATIVA ÀS INICIATIVAS ABRIGADAS NAS INCUBADORAS	
TIPO DE INCUBADORA	DESCRIÇÃO
Incubadora Tecnológica	Organização que abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços resultam de pesquisa científica, para os quais a tecnologia apresenta alto valor agregado. Abriga iniciativas nas áreas de informática, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão e novos materiais. Distingue-se da incubadora de empresas de setores tradicionais por abrigar exclusivamente iniciativas oriundas de pesquisa científica.
Incubadora de Empresas de Setores Tradicionais	Organização que abriga iniciativas ligadas aos setores da economia que detém tecnologias largamente difundidas e que queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços, por meio de um incremento em seu nível tecnológico. Essas iniciativas devem estar comprometidas com a absorção e o desenvolvimento de novas tecnologias.
Incubadora Mista	Organização que abriga ao mesmo tempo empresas de base tecnológica e de setores tradicionais
Incubadora de Empresas de Base Temática	Apóia grupos organizados de um determinado tema de produtividade: ▪ Incubadora de Empresas de Agronegócios - apóia empresas atuantes em cadeias produtivas de agronegócios com atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e ao aprimoramento da gestão empresarial. Atende iniciativas que se relacionem com alguma etapa da cadeia agrícola. ▪ Incubadora de Cooperativas - apóia cooperativas de trabalho e outras formas de associação, devidamente formalizadas, com atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e o aprimoramento da gestão empresarial. ▪ Incubadora Cultural - reúne empresas que desenvolvam suas atividades culturais e artísticas com atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e o aprimoramento da gestão empresarial nas iniciativas. ▪ Incubadora de Design - abriga empresas ligadas diretamente ao segmento de design e que queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços, por meio de um incremento em seu nível tecnológico. Essas iniciativas devem estar comprometidas com a absorção e o desenvolvimento de novas tecnologias nesse setor

Fonte: ANPROTEC (2002); SEBRAE (2008).

Pode-se ainda classificar as incubadoras com relação ao local em que se realiza a incubação, conforme apresenta o Quadro 5:

Quadro 5: Tipologia relativa ao local em que se realiza o processo de incubação

TIPOLOGIA RELATIVA AO LOCAL EM QUE SE REALIZA O PROCESSO DE INCUBAÇÃO	
TIPO DE INCUBADORA	DESCRIÇÃO
Incubadora Fechada	Cada iniciativa possui espaços de trabalho constituídos de uma ou mais salas pequenas, mais os espaços coletivos a serem utilizados por todos, dentro da própria incubadora;
Incubadora Aberta	As iniciativas incubadas não precisam estar instaladas no mesmo local, elas contam com os serviços de apoio/assessoria no local da empresa.
Incubadora Mista	As iniciativas podem ter, ao mesmo tempo, espaços de trabalho na própria incubadora ou prestar serviços de assessoria no local da empresa incubada.

Fonte: ANPROTEC (2002).

Segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada (ANPROTEC, 2002) a caracterização de cada incubadora de acordo com cada tipologia é autodenominativa; ou seja: não existe, por parte da ANPROTEC ou de nenhuma outra instituição a definição de critérios mínimos. Nas universidades as incubadoras podem encaixar-se – em uma perspectiva híbrida - em qualquer das tipologias, adotando inclusive este título em sua nomenclatura.

Há que se reconhecer e observar que, no contexto da pesquisa sobre Incubadoras na Economia Solidária, encontram-se relatos polêmicos, a exemplo das “coopergatos”; em que grupos diversos constituem cooperativas com o fim exclusivo de burlar a legislação trabalhista; utilizando manipulações sobre o que seria um projeto fundamentado na proposta da Economia Solidária, o que constitui apenas um dos inúmeros vieses do tema que envolve a discussão sobre o trabalho das incubadoras – esta é uma observação necessária, contudo não é foco nesta tese.

No contexto da presente pesquisa, serão abordadas as incubadoras de cooperativas implantadas nas universidades – denominadas aqui como Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária; consideradas como importantes iniciativas de apoio à Economia Solidária, e que surgem neste *lócus* também como uma reação às conseqüências determinadas pelos processos de mudanças na esfera do Mundo do Trabalho e em uma conjuntura desfavorável para os trabalhadores.

Para melhor compreender o processo de incubação, importa conhecer um pouco da sua contextualização histórica, apresentada na seqüência.

1.3.2 Sinopse Histórica das Incubadoras

Os primeiros registros de arranjos institucionais como os que vieram a denominar-se “incubadoras” surgiram há cerca de 50 anos na região do Vale do Silício e da Rota 128. Entretanto, somente depois dos anos 70 é que estes arranjos adquiriam o formato que possuem hoje; constituindo-se então também na França, Grã-Bretanha, Alemanha e Japão – com a finalidade de constituir uma forma de promoção do dinamismo econômico e tecnológico nesses países (SOUZA et al., 2003, on-line).

No Brasil o movimento para a incubação remonta a década de 80, com estudos e apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de agências como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) no plano supranacional. Essa contribuição levou a instalar a primeira incubadora em 1985 na cidade de São Carlos/SP; e, a seguir, Florianópolis/SC, Curitiba/PR, Campina Grande/PB e Distrito Federal. Em 1987, constitui-se a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada (ANPROTEC), com o objetivo, desde àquela época, de promover a articulação com organismos governamentais e não-governamentais, visando o desenvolvimento de Incubadoras e Parques Tecnológicos no País (ANPROTEC, 2003).

Neste contexto, mesmo como projeto em construção, as incubadoras já despontam com a missão de: “[...] gerar inovações, oportunidades de negócios, de reduzir o alto índice de mortalidade das empresas, de fortalecer o desenvolvimento local e de gerar trabalho e renda” (MCINTYRE, BORGONSI, FORTIN, 2004, p. 2).

Surgem assim os primeiros pólos e parques tecnológicos, as incubadoras de empresas e os escritórios de transferência de tecnologia e registro de patentes; e, a partir da década de 90 esse processo se intensifica, proliferando, principalmente as incubadoras, em todos os estados brasileiros; e colocando o país como líder desse tipo de iniciativa na América Latina (ANPROTEC, 2003) – principalmente nas universidades, inseridas na Economia Solidária (foco deste estudo), como apresentado na sequência.

1.3.3 As Incubadoras nas Universidades: ITCPs e seu Papel na Economia Solidária

As formas diversificadas de materialização da Economia Solidária: “[...] cooperativas populares, associações de produtores e consumidores, clubes de trocas, recuperação de fábricas falidas por seus próprios trabalhadores, ocupações de terra e produção coletiva”; entre outras, impulsionaram nas universidades (do Brasil e de toda a América Latina), uma reflexão e questionamento sobre sua função social (CRUZ, 2004, p. 40).

A situação aprofundou a distinção clara entre duas correntes que se enfrentavam nos meios acadêmicos brasileiros desde os anos 60: uma que via (que vê) a universidade como uma instituição que deve potencializar as estruturas sociais vigentes, e outra que a via (que a vê) como um instrumento crítico que deve estar voltado para a transformação social. A primeira corrente, hegemônica, defendeu ao longo dos '90 uma política de aumento da 'eficiência acadêmica', com a introdução de espaços de competição no seio da comunidade científica, por um lado, e por outro lado uma vinculação mais próxima com o setor empresarial através da contratação de serviços de ensino e pesquisa; a segunda corrente, ainda que com uma posição claramente crítica em relação à primeira, teve dificuldades em apresentar uma proposta alternativa clara e articulada para a instituição universitária, estabelecendo uma posição defensiva em favor do ensino público e gratuito [...] Apenas uns poucos grupos de docentes, funcionários e alunos, em algumas universidades, e de modo mais intuitivo que propriamente fundamentado em análises políticas de longo alcance, buscaram construir formas diversas de atender direta e imediatamente aos interesses econômicos e sociais dos setores mais desprotegidos pela crise, buscando direcionar os poucos recursos para projetos que buscassem ao mesmo tempo atender demandas sociais e reforçar a organização popular. [...] E foi em meio a estas tentativas que surgiram as *incubadoras universitárias de cooperativas populares* – as ITCPs (CRUZ, 2004, p. 40, grifo do autor).

Assim, as universidades brasileiras se incluem nas iniciativas de incubação por meio das Incubadoras de Cooperativas, denominadas também como Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária ou Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); com uma proposta de, além de buscar condições de geração de renda às comunidades em que se inserem; trazer para a academia outros tipos de debates, provenientes destas experiências – com possibilidades de ressignificação de seu papel na sociedade (GAIVIZZO, 2006).

Essa ressignificação pode se dar pelo:

[...] desencadear um processo de passagem do trabalho alienado para o trabalho consciente (que pode ser utilizado como suporte do processo de libertação) e deste para a criatividade transformadora, onde a pessoa decide com autonomia e liberdade. (RECH, 2000 apud CULTI, 2002, p. 6).

Em função de não se verificar consenso sobre um conceito que pudesse delimitar as Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária, na bibliografia analisada para a presente tese, utilizar-se-á aqui a formulação geral da ITCP-COPPE/UFRJ (1998) que apresenta como objetivo das ITCPs: a disponibilização do conhecimento acadêmico às cooperativas populares, trazendo contribuição à formação e consolidação de iniciativas econômicas autogestionárias, solidárias e viáveis na perspectiva econômica. Considerando, como complementa Neves (2006, p. 19), que: “[...] não se trata apenas de uma nova terminologia que irá caracterizar uma nova forma de trabalho. Trata-se de uma construção sócio-histórica” que está em curso.

Para efeitos do presente estudo, ao se falar em Incubadora de Cooperativas nas Universidades; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs) ou Incubadora de Cooperativas Populares – desde que no âmbito das universidades – compreende-se as mesmas com uma mesma definição e objetivos.

Este formato de incubadora, para Oliveira e Dagnino (2003, on-line) originou-se em 1992, pelo Movimento em Prol da Cidadania Contra a Fome e a Miséria; e a solidificação do pensamento solidário. Entretanto, a percepção de que a ação de distribuir alimentos carecia de ampliação, de forma que pudesse gerar trabalho e renda, levou os professores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com a Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (que possuía um curso de cooperativismo), a criar uma cooperativa popular, composta por moradores da região da Maré – RJ, para prestar serviços para a própria Fiocruz: a Cooperativa de Manguinhos.

Constatado o sucesso da experiência Manguinhos, os professores e alunos integrantes da Coordenação de Programas de Pós-Graduação da Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ) criaram, em 1995, a primeira iniciativa de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs), como um projeto universitário de caráter interdisciplinar de extensão, com o objetivo inicial de estabelecer um contato com comunidades das favelas interessadas na formação de cooperativas de trabalho (OLIVEIRA; DAGNINO, 2003, on-line; GUIMARÃES, 2000).

Segundo Cruz (2004), este projeto nasceu do questionamento sobre a utilização da tecnologia pesquisada pela universidade para a resolução dos problemas sociais existentes no Brasil; e originou a busca por uma alternativa com relação a dois

programas “clássicos” de combate ao desemprego, financiados pelo governo federal e que eram alvos de críticas dos setores mais organizações da sociedade:

(1º) **As incubadoras de empresas**, que em geral atendem a um setor social já privilegiado (egressos das universidades e centros de pesquisa) e cujas iniciativas econômicas geram poucos postos de trabalho, em que pese os altos custos de manutenção dessas incubadoras; e (2º) **os programas de qualificação para o trabalho** – então executados em grande escala pelo Governo Federal –, que apresentavam resultados pífios, uma vez que as taxas de investimento e crescimento continuavam decrescendo, com um aumento contínuo das taxas de desemprego (CRUZ, 2004, p. 42, grifo nosso).

Isso é confirmado por Guimarães (2000, p. 111), quando aponta que a proposta das Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária no Brasil esteve, desde seu início, ligada ao aumento de exclusão social no país; e, frente a essa demanda, se configurou em uma tentativa no sentido de: [...] utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias visando a sua inclusão no mercado de trabalho. “

Cumprir destacar assim que, no início de sua atuação, as Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária desenvolveram um trabalho com foco na organização de cooperativas em setores sociais excluídos. Contudo, frente aos inúmeros grupos de trabalhadores que perdem os seus empregos em decorrência da reestruturação produtiva, as incubadoras das universidades voltam-se também para a organização de cooperativas para esses grupos.

Aqui cabe a observação de Almeida (2004) ao afirmar que o contexto interno das universidades, quando da criação das primeiras incubadoras, demonstrava a inexistência de um consenso acerca dessa iniciativa, porque igualmente se verifica a inexistência de orientações ou determinações por parte do Ministério da Educação neste sentido, mesmo que as primeiras incubadoras tenham sido criadas por grupos de professores, com o apoio de órgãos intermediários da universidade.

Compreende-se também que as Incubadoras de Cooperativas da Economia Solidária apresentaram inspiração nas incubadoras tecnológicas de empresas já existentes nas universidades; a exemplo do que aponta o estudo de caso da COPPE/UFRJ, realizado por Guimarães (1999, p. 114):

Da mesma forma que existe a incubadora tecnológica de empresas, não só na Coppe, mas em todo o Brasil, que presta serviço ao grande capital, por que não desenvolver uma nova tecnologia do trabalho também a partir de

uma incubadora? Assim como as grandes empresas podem receber o *know-how* universitário, com uma assessoria técnica permanente, também os trabalhadores poderiam se utilizar do saber acadêmico para construir projetos e alternativas.

Com este tipo de discussão urge para as universidades utilizar seu potencial voltado não apenas para o mercado; mas como fomentador de possibilidades para a construção de um novo Modo de Produção.

A partir destas referências, a atuação da universidade (principalmente as públicas) no campo da Economia Solidária se concretizou na década de 90, ganhando visibilidade no Brasil a partir daí – tendo como agentes a população e as universidades, em arranjos institucionais ligados a fatores sócio-econômicos e políticos desse período:

[...] numa tentativa de materializar a interação universidade–sociedade, fruto da preocupação [...] que diz respeito ao agravamento do desemprego e miserabilidade, a má distribuição de renda, assim como da pressão exercida por uma parcela da sociedade que necessita de respostas imediatas, são criadas, na maioria das universidades públicas, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). (OLIVEIRA; DAGNINO, 2003, p. 1, on-line).

Destarte, as universidades possuem, além de um importante papel frente ao enfrentamento das conseqüências da atual política neoliberal; um papel de destaque no que se refere à investigação dos problemas vivenciados pelas comunidades onde se inserem; e, mais amplamente, dos problemas vivenciados pelo país. “E, quanto mais sólidas e capazes de absorver as questões do mundo do trabalho em seu pensar e fazer, mais as universidades podem contribuir para uma organização social mais humana, justa e democrática” (UNITRABALHO, on-line).

Cabe destacar ainda que as Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária decidiram se organizar compondo a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), como forma de “[...] instituir um processo intenso de trocas de experiências e de colaboração mútua” e “definir sua missão na atual conjuntura histórica do país.” (SINGER, 2000, p. 130).

Em 1998, integra-se a Rede ITCPs à Rede Interuniversitária de Pesquisas e Estudos sobre o Mundo do Trabalho – Rede UNITRABALHO – proporcionando uma rápida e expressiva expansão nacional das ITCPs (CRUZ, 2004) – buscando ainda resultados tanto na inserção dos indivíduos em estado de marginalização, quanto

em construir resultados e indicar caminhos para a construção de políticas públicas para a geração de emprego e renda.

Entretanto, em 2002 a Rede de ITCPs separou-se oficialmente da Rede UNITRABALHO (CRUZ, 2004); constituindo duas redes distintas: a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a já existente Rede Interuniversitária de Pesquisas e Estudos sobre o Mundo do Trabalho – Rede UNITRABALHO (todos os relatos levantados por esta pesquisa bibliográfica apontam que houveram descompassos políticos que ocasionaram esta ruptura). Desta forma, algumas ITCPs optaram por fazer parte de uma e outra rede, ou, ainda, de ambas – resultando na fragmentação que enfraqueceu a proposta das incubadoras; suscitada pela falta de comunicação, de intercâmbio e socialização das experiências, pesquisas, idéias, propostas e debate em torno das questões referentes ao tema e objeto de estudo e trabalho – a partir do que se pode falar em impacto negativo desta ruptura para o avanço do desenvolvimento de suas atividades no campo da Economia Solidária e apontar ainda que; em meio a um movimento que pretende cultivar valores de solidariedade e cooperação, é um paradoxo que o mesmo encontre dificuldades em convergir solidariamente entre os seus próprios pares.

Sobre estas duas redes, atualmente pode-se apresentar que:

- A UNITRABALHO é uma Rede Nacional de Universidades que se propõe a apoiar “[...] os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social”; com a “[...] missão de estimular o conhecimento sobre o mundo do trabalho e democratizar o acesso ao conhecimento produzido na universidade” e engloba projetos “[...] articulados em torno de três programas nacionais: Educação e Trabalho, Relações de Trabalho e Emprego e Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável (UNITRABALHO, on-line).
- A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – REDE DE ITCPs – reúne programas acadêmicos que desenvolvem atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão que objetivam apoiar a formação e desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária (REDE DE ITCPs, on-line). Esta rede é formada hoje por 44 incubadoras; com uma proposta de discutir uma universidade que trabalhe os processos de produção do conhecimento de maneira articulada

com os movimentos sociais, comprometida com a formação de estudantes com um novo perfil, além de estimular o debate interno às universidades, questionando o modelo produtivista de produção do conhecimento – contribuindo assim no processo de transformação social a partir da ótica dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. A ação da Rede pressupõe o trabalho na direção das demandas originadas dos grupos de economia solidária que reúnem trabalhadores e trabalhadoras que fazem a opção pelo trabalho associado em suas necessidades de assessoria técnica, formação e produção do conhecimento, principalmente no que se refere às tecnologias sociais (MANIFESTAÇÕES..., on-line).

Os objetivos das duas redes possuem convergências no debate e experiências de alternativas econômicas no sentido de configurar uma nova estratégia de desenvolvimento humano para o enfrentamento da ordem capitalista neoliberal. Contudo, cada rede segue por decisões e estrutura própria, além de diferenciarem-se quanto ao público-alvo. A Rede de ITCPs trabalha com foco em cooperativas populares; enquanto que a Rede UNITRABALHO não se restringe à formação de cooperativas populares, envolvendo outros formatos de iniciativas da Economia Solidária, como clubes de trocas, associações e empresas autogestionárias.

Compreendida essa organização em rede, cumpre abordar o desenvolvimento e fortalecimento das Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária. Neste sentido, Oliveira e Dagnino (2003, on-line) destacam os seguintes fatores que contribuíram para essa ocorrência:

- ✓ O crescente desemprego e exclusão de indivíduos do mundo do trabalho, que aflige o país nos últimos anos e que leva uma parcela da sociedade a buscar respostas junto às universidades;
- ✓ O fomento à implantação de Incubadoras Universitárias de Cooperativas, por meio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), que iniciou em 1995, com a integração de diversas instituições, sob a coordenação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), quando participantes do Comitê de Entidades Públicas no combate à fome e pela vida (COEP) – no apoio à disseminação de experiências de geração de trabalho e renda por meio de pesquisas sobre Cooperativismo e Economia Solidária e da implantação de ITCPs nas universidades.

- ✓ A figura do professor e aluno envolvidos no estímulo às iniciativas autogestionárias nas universidades, e que, considerando os interesses político-sociais, visualizam nesse engajamento uma possibilidade para que as universidades exerçam o seu papel social.

Contudo, como apontam Oliveira e Dagnino (2003, p. 2, on-line), é preciso observar que o fato de nascer e se desenvolver no ambiente universitário não significa garantia de um arranjo institucional exitoso; uma vez que, “[...] o contexto em que surge e se desenvolve esse arranjo institucional é, de um lado, oportuno para o seu desenvolvimento e crescimento e ao mesmo tempo ameaçador”, considerando-se os desafios que se apresentam e expandem constantemente.

Cruz (2004) destaca um conjunto de desafios que se apresentam para que as ITCPs nas universidades venham a cumprir os seus objetivos (Quadro 6):

Quadro 6 - Os desafios com que se confrontam as ITCPs nas Universidades

DESAFIOS/QUESTÕES PARA AS ITCPs NAS UNIVERSIDADES	
DESAFIOS	QUESTÕES A QUE SE REFEREM
O desafio econômico	▪ Como organizar e fazer funcionar empresas de trabalhadores com as Características distintas (geralmente pobres, desempregados e com pouca escolarização), que fossem capazes de sobreviver em mercados oligopolizados e de alta competitividade, ou mesmo em mercados saturados como os das pequenas e médias empresas? ▪ Como organizar, nessas condições, um processo produtivo com a eficácia e a eficiência necessárias que lhes permitisse ao mesmo tempo viabilizar economicamente a empresa e garantir a autogestão? ▪ Como acessar créditos para financiamento e como acessar mercados para comercialização?
O desafio pedagógico	▪ Como capacitar este tipo de trabalhador, que não compartilhou a cultura da Educação formal, a criar, gerir e consolidar um negócio, fazendo-o forma coletiva? ▪ Como lograr que esses trabalhadores, coletivamente, sejam capazes de acessar e manejar conhecimentos de (a) gestão econômica, de (b) qualidade do produto, de (c) mecanismos de decisão democrática, de (d) permanente busca de tecnologias alternativas, e finalmente, de (e) preservação da saúde e do meio ambiente?
O desafio sócio-político	▪ Como intervir de maneira que os grupos preservem sua autonomia em relação à incubadora e a autogestão seja construída de forma permanente? ▪ Como intervir de maneira que a viabilização da iniciativa se transforme num processo de potencialização da cidadania dos grupos e das pessoas?

Fonte: CRUZ, 2004, p. 47.

Oliveira e Dagnino (2003) em seu estudo “As Fragilidades das Incubadoras Universitárias de Cooperativas no Brasil” trazem contribuições para colocar em debate também alguns aspectos da gestão das ITCPs. Segundo os autores, uma das fragilidades se encontra na forma como as incubadoras de cooperativas foram

concebidas: em um arranjo institucional baseado na oferta de conhecimento, na crença de que este conhecimento germinado até então na universidade será transposto para uma cooperativa; e que esta, por sua vez, o transformará em bens e serviços que ao final do processo serão ofertados à sociedade. Esta concepção é apresentada por estes autores com a denominação “modelo ofertista-linear”; como utilizado nas incubadoras de empresas – onde tanto o público-alvo como os projetos estão dentro da universidade, que se orienta para as necessidades de conhecimento das incubadoras e empreendimentos.

Contudo, esta concepção não está adequada às incubadoras de cooperativas; onde tanto o público-alvo quanto os projetos estão fora da universidade, a qual não contempla os interesses e necessidades por conhecimento das ITCPs e iniciativas autogestionárias – originando algumas necessidades a se considerar: 1) tecnologia adaptada ao tamanho físico e financeiro pequeno; 2) tecnologia voltada para o mercado interno de massa; e tecnologia adaptada ao contexto socioeconômico de seu público-alvo (OLIVEIRA; DAGNINO, 2003).

Outra fragilidade apontada por Oliveira e Dagnino (2003) refere-se à adequação sócio técnica; pois existe a necessidade de o desenvolvimento científico e tecnológico produzido na universidade estar voltado à realidade dos grupos; e, neste aspecto, verificam-se impasses e até mesmo fracassos, o que precisam ser revertidos. Além destes aspectos, os autores destacaram ainda fragilidades quanto ao financiamento público; quanto ao engajamento de alunos e professores; quanto à recente construção de uma Teoria sobre Economia solidária e incubação de cooperativas; quanto ao desprestígio e enfraquecimento das cooperativas; e, por fim, quanto ao avanço da corrente da teoria da inovação (reforçando a mentalidade da comunidade científica de que o (“locus da inovação está na empresa”) legitimado pelo modelo neoliberal.

Exposto sumariamente o percurso que concretizou as Incubadoras Universitárias de Cooperativas e a sua atuação, compreende-se também como se originou a proposta de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária nas universidades. Estas constituem espaços com o desafio de agregar professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento; além de desenvolver de plena forma a sua proposta de extensão universitária – ao auxiliar na prática, na orientação, na formação, no acompanhamento sistemático e na assessoria aos indivíduos interessados em constituir uma iniciativa neste sentido.

Desta forma, importa abordar na seqüência como se dão essas ações: diretrizes metodológicas e pedagógicas nas ITCPs nas universidades.

1.3.3.1 Diretrizes Pedagógicas e Metodológicas Adotadas pelas ITCPs nas Universidades

O conhecimento adquirido no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) realizado pelas Incubadoras Universitárias no campo da economia solidária, implica um conjunto complexo de atividades de caráter técnico e social orientado por objetivos, o que faz desta prática uma atividade conscientemente buscada e orientada a um fim (CULTI, 2009, p.154).

Ao iniciar a abordagem da metodologia pela qual funcionam as Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária deve-se destacar que, embora o objetivo das mesmas seja “[...] apoiar a consolidação de iniciativas econômicas fundamentadas nos princípios da autogestão, a partir de um processo pedagógico orientado pelas trocas entre o ‘saber popular’ e o ‘saber acadêmico’”; é mister considerar nos seus projetos as diferenças regionais das comunidades envolvidas; as diferenças institucionais das várias universidades e as diferentes perspectivas teórico-metodológicas dos atores envolvidos no processo (CRUZ, 2004, p. 38).

Assim, levando-se em conta as condições peculiares de cada grupo assistido; não há como se falar em padronização no que diz respeito às atividades das Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária – o que, por sua vez, impossibilita a utilização de um planejamento rígido, cronograma padronizado ou padronização de conteúdos de capacitação numa seqüência disciplinar, entre outros.

Por esta razão, considera-se que interdisciplinaridade que deve ser um conceito permanente neste âmbito, pois a mesma “[...] perpassa toda a economia solidária, quando pensado em sua complexidade exige que se supere os limites entre as disciplinas e que seja formulado como transdisciplinaridade (EID, on-line).

Embora exista uma busca constante para a construção de uma metodologia de incubação com possibilidades de atender às diferentes demandas dos grupos incubados e nortear a própria práxis das incubadoras; a sistematização deste processo é um dos maiores desafios que se apresentam para o debate ao se abordar as ITCPs.

Cruz (2004) apresenta ainda que as diversas incubadoras de cooperativas existentes atualmente nas universidades possuem diferentes metodologias de incubação; e que as mesmas estão em constante revisão. Em seu estudo denominado “É caminhando que se faz o caminho – diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil” o autor afirma:

Isto significa que a incubação se produz num espaço social e pedagógico que antepõe dois ‘mundos’ distantes que se encontram: o mundo do saber acadêmico, concentrado nas universidades, e o mundo do saber popular, dos trabalhadores e de suas experiências de vida. E em cada ITCP se produz um encontro diferente, pois cada universidade comporta um sistema mais ou menos singular de relação com a comunidade, de estrutura de poder, de co-relação interna de forças políticas e projetos, de estruturas de trabalho, enfim, uma ‘cultura acadêmica e institucional’ própria. E porque cada micro-região em que se insere cada ITCP possui, também, características específicas meso-econômicas, culturais, de relação política da comunidade etc. Então, a incubação de cooperativas aparece na intersecção desses dois espaços sociais: da universidade e da comunidade. (CRUZ, 2004, p. 54-55).

Neste sentido, Culti (2009, p. 155) corrobora e aponta que não há possibilidade de se prever totalmente o caminho, uma vez que o mesmo vai sendo construído no decorrer do próprio processo (com base em erros e acertos, avanços e recuos) adquirindo um caráter único, sem repetição – e; “Embora previsto teórica e idealmente, sua realização é imprevisível, uma vez que está sujeita à intervenção de fatores subjetivos”.

Com relação aos aspectos que caracterizam procedimentos pedagógicos da prática da incubação, Culti (2009) destaca a interação entre o conhecimento teórico e a prática; entre o saber acadêmico e o saber popular e da construção de uma relação dialógica de aprendizado entre os atores.

Assim, consideradas as peculiaridades do processo, pode-se apenas estabelecer alguns passos ou etapas para concretizar os objetivos das incubadoras. Como destacado, estas etapas não constituem uma formulação rígida; pois, antes de tudo, deve-se levar em consideração o público-alvo e as formas adotadas pelas iniciativas/empreendimentos atendidos. Nesta perspectiva, Cruz (2004) sugere que se pode adotar uma tipologia própria, contendo as seguintes classificações de público-alvo e iniciativas/empreendimentos atendidos nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária (Quadro 7):

Quadro 7 - Público-alvo e Formas Variadas das Iniciativas atendidas nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária

PÚBLICO-ALVO E INICIATIVAS ATENDIDAS PELAS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS DE COOPERATIVAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Tipos de Público-alvo	
Popular	Trabalhadores pobres, de baixos ingressos e pouca ou nenhuma escolarização, em geral em situação de desemprego ou de trabalho precário.
Médio	Trabalhadores egressos da universidade ou com algum grau de escolarização ou com experiência qualificada no mercado formal.
Rural	Pequenos produtores rurais ou agricultores assentados da reforma agrária.
Tipos de iniciativas	
Trabalho/fabricação	Cooperativas de produção (ou trabalho) a partir de unidades de trabalho comuns (coletivas), voltadas para alguma forma de industrialização.
Trabalho/serviços	Cooperativas de produção (ou trabalho) estruturadas como unidades de trabalho coletivo, voltadas para alguma forma de prestação de serviços.
Produtores associados	Cooperativas voltadas para apoio e comercialização de produtos fabricados por produtores individuais. Podem ser urbanas (artesãos, por exemplo) ou rurais (pescadores ou apicultores, por exemplo).
Empresas recuperadas	Empresas (industriais ou de serviços) que faliram e foram ocupadas e reorganizadas pelos trabalhadores na forma de cooperativas.

Fonte: CRUZ, 2004 p. 46-47.

Destaca-se também no curso das ações realizadas nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas o aspecto referente ao “tempo” das iniciativas/empreendimentos. Neste sentido, Cruz (2004, p. 49) demonstra uma convergência para os seguintes períodos:

Quadro 8 - O Tempo nas ações realizadas nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas

O aspecto “TEMPO” nas ações realizadas nas incubadoras universitárias de cooperativas
A entrada em funcionamento das cooperativas (com a respectiva geração de ingressos) deve ser realizada no menor prazo possível – em poucas semanas, de preferência – em função do público alvo;
Não há incompatibilidade entre o início do funcionamento das cooperativas (garantindo faturamento para a iniciativa e renda para os trabalhadores) e os prazos mais longos de formação/qualificação, já que a ausência inicial de formação dos cooperados deve ser suprida pelo apoio da incubadora;
O processo de incubação propriamente dito – ou seja, de formação dos cooperados, simultaneamente ao funcionamento da cooperativa –, exige um longo prazo (o período calculado, em geral, varia de 2 a 4 anos, dependendo da incubadora).

Fonte: CRUZ, 2004, p. 49.

Sobre a estrutura organizacional adotada para as atividades realizadas nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária pode-se apontar que as mesmas iniciam suas atividades organizando-se administrativamente e

pedagogicamente; com vistas a proporcionar agilidade e qualidade ao trabalho realizado internamente e no contato com o público-alvo e parcerias.

Em geral, esta estrutura organizacional é composta pelos seguintes atores: pessoal administrativo da universidade; professores e estudantes estagiários, e uma Coordenação Geral – constituindo uma estrutura definida coletivamente, que possibilita a construção da dinâmica de funcionamento das equipes de trabalho nas incubadoras. Assim, pode-se desenvolver, entre outras atividades: a organização operacional, técnica, administrativa, comercial, financeira, contábil e de recursos humanos. Estes atores interagem de forma a utilizar e/ou transmitir o conhecimento acadêmico de suas respectivas áreas de conhecimento; para operacionalizar o trabalho de orientação prática às iniciativas/empreendimentos incubados (CULTI, 2009).

Barros (2003) apresenta que, embora nunca explicitados de forma sistematizada, destacam-se os seguintes eixos que impulsionam as discussões acerca da metodologia de incubação:

Quadro 9 - Eixos que impulsionam a discussão acerca da metodologia de Incubação

EIXOS QUE IMPULSIONAM A DISCUSSÃO ACERCA DA METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO	
EIXO	DISCUSSÕES SOBRE METODOLOGIA PARA
DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES	Implantar e formar novas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares;
	O processo de incubação propriamente dito, que geralmente se constitui em: pré-incubação, incubação e, para algumas Incubadoras – a desincubação;
	A realização de intercâmbio / transferência de metodologia para a formação de outras ITCPs.
AVALIAÇÃO	Avaliar a assessoria - o trabalho de incubação desenvolvido pela(s) ITCP(s);
	Avaliar o desenvolvimento da cooperativa popular incubada sob dois principais aspectos: 1) <u>Autonomia</u> : legalização, aquisição de SICAF, sede, relação com outros atores sociais, relação com a comunidade, relação com outras instituições/fomento, relação com o cliente, relação intercooperativa/fóruns/redes, conquista e manutenção de mercado; 2) <u>Autogestão</u> : gestão administrativa e financeira, organização do trabalho, socialização de informações, relações de liderança, espaço e opção por educação (formal, profissional, cooperativista e política).

Fonte: BARROS, 2003, p.113-114.

Com relação ao processo de Incubação de Cooperativas nas Universidades, existe uma convergência nas experiências que demonstra que o mesmo envolve: a sensibilização, o planejamento, a estruturação, e o desenvolvimento e

acompanhamento de Cooperativas da Economia Solidária, com a utilização da estrutura da universidade (conhecimento, cursos, parcerias, entre outros) como forma de assessorar e acompanhar as atividades dessas iniciativas/empreendimentos e possibilitar seu desenvolvimento por meio da interação entre o conhecimento teórico acadêmico e as experiências práticas dos cooperados associados.

Dessa interação, resultam subsídios para que o público-alvo e demais atores possam concretizar a iniciativa incubada. Assim, o processo de incubação pressupõe uma construção participativa que, na essência, pode envolver as seguintes etapas:

Quadro 10 - Etapas da Incubação

ETAPAS DA INCUBAÇÃO NAS UNIVERSIDADES	
ETAPAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
ETAPA I Pré-Incubação	Compreende a realização do Diagnóstico Participativo de Cooperativas (DPC) por meio de reuniões, oficinas e encontros, tanto com técnicos como com o grupo de pré-cooperados. O objetivo é apurar as visões dos cooperados acerca da iniciativa pretendida; além de compreender estudos sobre o negócio e o mercado. Após, são realizadas oficinas sobre organização a cooperativa e visão empreendedora. As ações constituem capacitação, assessoria e acompanhamento para delinear os passos seguintes da incubação, e os parâmetros básicos para se projetar o êxito a serem obtidos durante e depois da incubação. Esta etapa compreende, em geral, de 4 a 6 meses de atividades.
ETAPA II Incubação	Compreende a realização da Consolidação Cooperativa (CCO) com a consolidação do grupo através da capacitação, com oficinas de trabalho visando: análises de cenários de negócios; estratégias de participação; educação cooperativa; planejamento estratégico; gestão organizacional; gestão financeira; gestão de recursos humanos; estratégias de comunicação; plano de marketing cooperativo; sistemas de controle; processos de produção; organizações em rede; e outras. A participação dos envolvidos se torna cada vez mais pró-ativa na direção e articulação, da apropriação e da inserção do seu negócio no mercado a partir da oferta de novos produtos e/ou de serviços diferenciados e inovadores. Esta etapa tem início com a constituição da cooperativa enquanto pessoa jurídica, e acontece num período que pode variar de 18 a 24 meses.
ETAPA III Desincubação	Esta etapa compreende a avaliação da qualidade técnica e pessoal dos cooperados, a qualidade de serviço das cooperativas, a organização do grupo, a participação política das cooperativas e sua inserção no debate local, por meio de indicadores sociais. Na sequência, procede-se a Desincubação, com a realização de oficinas de Auto-avaliação e de Estratégias de Crescimento (AEC) com a inclusão da cooperativa em redes de cooperação, de projeto locais, de financiamento e de negócios. As oficinas abordam temas orientados para a articulação e estratégias de ampliação e/ou diversificação do negócio cooperativo no intuito de ganhar escala, e competitividade no mercado, técnicas de resolução de problemas e conflitos em cooperativas. Esta etapa possui uma duração de 02 a 06 meses, em média.

Fonte: BERGONSI, 2007.

Compreendidas as etapas pelas quais se realiza a maioria das experiências das ITCPs nas universidades, deve-se ainda, para compreender os objetivos propostos para esta tese, detalhar as ações realizadas no sentido de promover o apoio, assistência e assessoria técnicas neste âmbito.

1.3.3.2 As Ações de Apoio, Assistência e Assessoria Técnica nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas da Economia Solidária

Exigências cada vez mais complexas quanto aos processos de organização autogestionária, formalização de empreendimentos, soluções direcionadas à viabilidade e sustentabilidade das iniciativas/empreendimentos; além da articulação em rede e da cadeia produtiva, levam os trabalhadores da Economia Solidária a buscar apoio e combinação de esforços em múltiplas direções, como apontado pela II Conferencia Nacional de Economia Solidária (CONAES); especificamente na “Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica”:

Os(as) trabalhadores(as) da economia solidária se deparam no cotidiano com exigências cada vez mais complexas relativas aos processos de autogestão de suas iniciativas coletivas, bem como da necessária busca de seu bem-estar no mundo. Para isso, é fundamental combinar processos integrados de sistematização de técnicas, habilidades e processos de trabalho e produção já construídos e vivenciados com o desenvolvimento de pesquisas participativas para a ampliação das capacidades, das técnicas e ferramentas de trabalho e de novas relações com os recursos naturais e ente os/as participantes. Sendo assim, a questão do acesso ao conhecimento e da apropriação e desenvolvimento de técnicas e tecnologias se coloca como pressuposto para a afirmação e a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários e da própria economia solidária. (CULTI, 2009, p. 12).

Neste contexto, as Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária possuem papel fundamental quanto às atividades de apoio, assistência técnica às iniciativas/empreendimentos incubados, para a articulação da formação social, profissional, política e cultural, além de potencializar a realização de processos e a melhoria das condições de trabalho e renda do público-alvo envolvido. Esta importância é destacada por Verardo (2005), quando apresenta que as Incubadoras nas Universidades são “embriões da transformação”:

[...] é necessário valorizar a parceria com as incubadoras, porque partilham da visão de que a universidade tem por missão (dentre outras) a produção tecnológica. Se é verdade que por muitos motivos, que não serão aqui analisados, a universidade tem produzido predominantemente tecnologia convencional, que é excludente, que reforça uma economia que concentra riqueza, que centraliza poder, é verdade também que ela tem a potencialidade de desenvolver uma outra tecnologia que reverta esse quadro, em que o resultado que se busque possa ser qualidade de vida para todos, desenvolvimento das potencialidades humanas, cooperação e solidariedade no lugar de competição, sociabilidade no lugar de individualismo. A nosso ver as Incubadoras representam hoje essa perspectiva, são os embriões dessa transformação. (VERARDO, 2005, p. 121).

Para tanto, verifica-se que as universidades, nas atividades de apoio, assessoria e assistência técnica; utilizam, não só recursos materiais, mas também estratégias didático-pedagógicas apropriadas para repassar conhecimento para as cooperativas incubadas e para os trabalhadores que formam as iniciativas/empreendimentos.

Esses processos são concebidos como práxis de aprendizagens coletivas, construção e partilha de saberes, reflexões e pesquisas sobre a (e a partir da) realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. Entendendo práxis como a inter-relação entre teoria(s) e prática(s) a partir da observação sobre a realidade, num constante movimento de reflexão e avaliação, resultando em novas idéias e ações. (CONAES, 2010, p. 13).

Isso compreende, entre outros, a realização de processos articulados que envolvam a formação social, profissional, política e cultural dos envolvidos, desde o plano local/comunitário até as esferas estaduais, regionais e nacional. Contempla também a disponibilização de assessoria técnica para as iniciativas/empreendimentos com vistas à formalização das mesmas e a melhoria das condições de trabalho e de renda dos envolvidos; além do estímulo à formação de Redes de Cooperação entre as iniciativas/empreendimentos; bem como a articulação de cadeias produtivas solidárias; a identificação, registro e apoio ao desenvolvimento de tecnologias sociais apropriadas às formas de organização coletivas dos trabalhadores; entre outros – tendo como horizonte a cooperação, a autogestão, a democracia, a transformação do modo de produção capitalista, uma nova ética e, uma concepção educativa leva à convergência de esforços para a construção de um novo projeto societário.

Com as referidas ações, nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas da Economia Solidária pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Melhorar a capacidade técnica, produtiva, de gestão e de comercialização das organizações associativas ou cooperativadas;
- Aumentar os postos de trabalho e a renda média do público-alvo organizado coletivamente nas iniciativas/empreendimentos da Economia Solidária; e,
- Constituir metodologias diferenciadas para a formação e assistência técnica que reconheçam e valorizem a identidade de cada grupo/comunidade e respeite suas formas de organização.

Considerando o processo de precarização que perpassa a história de vida e de trabalho dos seus participantes, as Incubadoras Universitárias de Cooperativas da Economia Solidária buscam fortalecer o potencial de inclusão social e de sustentabilidade das suas organizações produtivas, além de considerar uma dimensão autonomizadora e emancipatória para os envolvidos.

Destarte foram constituídos neste capítulo, os elementos teóricos para subsidiar a presente pesquisa, e o referido debate e a reflexão; considerando que as Incubadoras Universitárias de Cooperativas e a Economia Solidária e suas iniciativas ganham cada vez mais adesões e destaque nos meios sindicais, governamentais, acadêmicos, políticos e comunitários.

CAPÍTULO 2 A PESQUISA

A um príncipe, portanto, não é necessário que de fato possua as sobreditas qualidades; é necessário, porém, e muito, que ele pareça possuí-las. Antes ousar dizer que, possuindo-as e praticando-as sempre, elas redundam em prejuízo para si, ao passo que, simplesmente dando a impressão de possuí-las, as mesmas mostram toda a sua utilidade.
(O Príncipe, Maquiavel)

2.1 As Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo

Dentre as múltiplas possibilidades de compreensão da temática Economia Solidária, nesta tese optou-se pela realização do Estudo de Caso, do de forma a constituir a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto real; e buscar elementos essenciais e característicos que proporcionem a compreensão global de um fenômeno de interesse. E, neste sentido, tem-se a preocupação de compreender a Economia Solidária enquanto fenômeno em si a partir de suas práticas singulares – das Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

O capítulo anterior trouxe o referencial teórico que permite compreender o que é o apoio, assistência e assessoria técnica prestado pelas Incubadoras de Cooperativas nas Universidades à organização de grupos populares para a geração de trabalho, renda e cidadania, por meio de iniciativas/empreendimentos de Economia Solidária.

Nesta perspectiva, apresenta-se a seguir, aspectos referentes à concepção e ao processo de incubação realizado em cada incubadora objeto deste estudo, para subsidiar a compreensão do cenário plural dessa atividade – apresentada em ordem cronológica de citação de origem das incubadoras: a ITCP/USP; a INCOOP/UFSCar; a ITCP/UNICAMP; a INCOP/UNESP (UNESP/Assis) e a INCONESP (UNESP/Franca); para, na seqüência, apresentar e analisar os dados provenientes do questionário de pesquisa.

Esta é uma tarefa complexa, como observa a ITCP/UNICAMP (SISTEMATIZAÇÃO..., on-line):

É muito difícil separar o desenvolvimento da metodologia da incubadora de seu processo histórico como um todo. Como nos ensina a autogestão, a concepção política se expressa mais por nossas práticas do que por

formulações teóricas. Assim, estrutura interna, prática de incubação e concepção política se transformam dialeticamente. A concepção inicial da incubadora se relaciona profundamente com as expectativas e aspirações do cenário no qual foi criada [...].

Assim constitui um desafio sumarizar como se dá, na extensão dos muros da universidade, a realização das práticas e ações da Economia Solidária como alternativa para superar o capitalismo, através de uma organização social, política e econômica cujo cerne seja a cooperação - esforço apresentado na seqüência.

Cumprir observar que o presente capítulo contou com a contribuição de documentos produzidos pelas próprias incubadoras e também de sistematização produzida recentemente – indicado pelos sujeitos da pesquisa - que objetivou a construção de conhecimentos conjunta e articulação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares do Estado de São Paulo, de Abril de 2011: “Sistematização de práticas das ITCPs: Metodologia de Incubação, Pedagogia da Autogestão e Movimento da Economia Solidária”. Esta sistematização teve como participantes as incubadoras universitárias da USP, UNICAMP, UNESP (Assis) e UFSCar (além da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), não incluída na amostra da presente tese); e permitiu abarcar um conteúdo proveniente da reflexão dos próprios sujeitos a respeito da sua prática enquanto incubadora inserida na Economia Solidária, dentro das Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

Outra observação necessária é constatação de que, no âmbito das universidades que compõe o estudo de caso aqui apresentado, a denominação adotada é Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs) ou Incubadora de Cooperativas Populares. Cooperativa, por ser considerada a forma jurídica com que os trabalhadores organizados podem desenvolver ações para gerar trabalho e renda com pouco ou nenhum capital.; e, além disso, por envolver a idéia de que as relações neste tipo de organização coletiva, de natureza solidária e autogestionária, poderiam constituir vias para acionar processos emancipatórios nos sujeitos associados. Populares, em função do público-alvo dessas ações (BOCAYUVA, 2001; CRUZ, 2004).

Por último convém registrar que se trata de um Estudo de Caso com limitações próprias, portanto seus resultados não podem ser generalizados.

2.1.1 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo ITCP-USP

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-USP) é um programa de extensão, vinculado a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo, que trabalha para o desenvolvimento da Economia Solidária, por meio da formação de trabalhadores, estudantes, profissionais e professores para a organização autogestionária, da incubação de empreendimentos de Economia Solidária, do fomento e apoio à construção de redes e arranjos políticos, econômicos e culturais para o desenvolvimento local autogestionário, do desenvolvimento de pesquisas na universidade e da mobilização e participação nos fóruns de Economia Solidária (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line).

Ao longo de sua existência a ITCP/USP desenvolve métodos, discute e aprofunda caminhos que permitam aos seus integrantes, alunos e professores da Universidade, apropriar-se de uma prática pedagógica pautada nos princípios que norteiam a Economia Solidária e a autogestão (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line).

Para compreender a atuação da ITCP-USP, apresenta-se no Quadro 11 os aspectos históricos da concepção da incubadora:

Quadro 11 - Aspectos Históricos da Concepção da ITCP – USP

ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONCEPÇÃO DA ITCP-USP	
Denominação	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo ITCP-USP
Mobilização para a constituição da incubadora	Em 1997 a partir da experiência da criação da UNITRABALHO e debates acerca da autogestão e trabalho cooperativo, o Prof. Paul Singer propõe a criação de um grupo de estudos sobre economia solidária sob a sua orientação, com reuniões na Faculdade de Economia e na Faculdade de Filosofia da USP.
Criação da Incubadora	Em 1998 a ITCP-USP é criada por iniciativa da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE) da USP, órgão ligado a Pró-Reitoria da Universidade. O projeto teve adesão imediata do professor e dos alunos que formavam o grupo de estudos e, nesse momento, foi recebida com entusiasmo pela comunidade acadêmica. Em 1999, a ITCP-USP estabelece uma parceria com a Confederação Nacional de Metalúrgicos (CNM/CUT), na qual foram dados cursos de formadores aos sindicalistas e de formação cooperativa aos grupos do projeto 'Integrar', no Estado de São Paulo. Em seguida, em parceria com a Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado (SERT) a ITCP-USP desenvolveu 20 cursos de introdução ao cooperativismo e, posteriormente, acompanhou os grupos formados. Em 2001, a ITCP-USP ampliou suas parcerias com executivos municipais, seguindo a estratégia de construção e desenvolvimento de trabalhos no âmbito de políticas públicas de Economia Solidária.
Tipo específico de iniciativa selecionada/ preferido pela incubadora	Ao conceber a sua linha de ação, a ITCP-USP fez uma escolha por <u>não</u> trabalhar apenas com grupos previamente organizados e já interessados em cooperativismo. Foi estabelecido como objetivo realizar um trabalho de sensibilização do grupo, prévio ao desenvolvimento da atividade econômica, pressupondo a criação de uma metodologia e estratégia educativa próprias.
Compreensão inicial sobre o processo de incubação	Se compreendia que a incubação deveria ser um processo pedagógico, que favorecesse o desenvolvimento de sujeitos autônomos.
Aspectos iniciais dos Grupos de trabalho na incubadora	O traço fundamental foi a escolha da interdisciplinaridade, tida como necessária para captar de uma forma mais sensível a realidade dos projetos. Nessa concepção, os grupos de trabalho reúnem pessoas de diferentes formações para lidar com as mesmas questões e processos. As especialidades não ficam fechadas e separadas dentro de funções específicas, como gestão, formação, comercialização. Todos participam de tudo, ou seja, os processos devem ser transparentes de modo que haja a compreensão do todo e não apenas de partes.
Considerações iniciais sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão na incubadora.	Foi assegurado o caráter de ensino, pesquisa, e extensão devido ao entendimento de que a teoria e a prática são indissociáveis para uma formação consistente. Outro aspecto fundamental foi a busca pelo exercício da autogestão como forma de organização, adotada tanto dentro da ITCP-USP, como nos projetos de incubação.

Fonte: SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line.

A ITCP/USP vincula-se, desde o início de 2004 a uma estratégia de atuação baseada na criação e consolidação de uma Rede Solidária Local. Esta é uma

estratégica originada de atividades desenvolvidas com beneficiários dos programas de redistribuição de renda nos municípios do seu âmbito de atuação.

A formação da Rede Solidária Local, de empreendimentos da Zona Sul, e de empreendimentos do entorno da USP são atualmente projetos desenvolvidos através do financiamento do Programa Nacional de Incubadoras do Governo Federal (PRONINC). Estes projetos contemplam parceiros do poder público local, iniciativas/empreendimentos de Economia Solidária e entidades da sociedade civil; e envolvem ações de apoio a empreendimentos/iniciativas na região, atividades de formação e divulgação da Economia Solidária e novos projetos: núcleos de compras coletivas, projeto de apoio para os grupos de agricultura urbana e o projeto Mercado Escola, entre outros. Estes projetos contam com parcerias e financiamentos da Cáritas, da Rede de Tecnologia Social (RTS), da FINEP - MCT e do CNPq.

Além disso, a atuação da ITCP/USP contempla em seu histórico o importante papel de ter auxiliando a constituição de incubadoras em outras universidades, através de cursos e incubação em conjunto.

Segundo levantado junto à ITCP/USP, um sumário da intervenção realizado pela equipe técnica contempla:

- a. **Contato:** por meio de mapeamento de grupos produtivos que já atuem coletivamente, sensibilizações com grupos que ainda não atuam coletivamente e por grupos que procuram a ITCP/USP.
- b. **Conscientização/sensibilização:** se dá por meio de dinâmicas que envolvam a discussão sobre o modo de produção capitalista e alternativas para o seu enfrentamento.
- c. **Sobre o conjunto dos empreendimentos (redes, articulações):** a atuação da ITCP/USP contempla trabalhar firmemente com redes de empreendimentos, na cadeia produtiva e com bancos comunitários.

O trabalho realizado pela ITCP/USP não obedece a fórmulas prontas, sendo criado e recriado, a partir das demandas, questões ou limites encontrados – e “[...] prevê que cada acompanhamento de EES deve ser tratado como algo único, assim como são as pessoas que serão incubadas” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 195, on-line). O *lôcus* de planejamento do trabalho com os grupos é o Grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão Multidisciplinares (GEPEM), constituído por formadores de diversas áreas, que trabalham diretamente com os grupos (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line).

Com respeito a continuidade de seus trabalhos, a ITCP/USP aponta que: “A despeito de suas instabilidades financeiras e institucionais, a Incubadora procurou dar continuidade aos trabalhos iniciados, considerando-os como o passivo que não pode ser simplesmente descartado” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 14, on-line). Também é assim no que se refere a clareza quanto à manutenção de seus objetivos:

As dificuldades e decepções no meio do caminho tendem a proporcionar novos pensamentos e propostas de desenvolvimento metodológico. É possível visualizar [...], o constante movimento da ITCP na busca de maior clareza nos seus objetivos e na sua prática. Sem perder as oportunidades que nos eram oferecidas, mas sem ceder a pressões e objetivos alheios aos nossos, a ITCP vem resistindo ao tempo, aprendendo com ele e, quando possível, tornando-o seu aliado (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 14, on-line).

2.1.2 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos – INCOOP/UFSCar

A INCOOP/UFSCar constitui um Programa de Extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar, que atua junto às comunidades urbanas e rurais por meio do processo de incubação de cooperativas populares e de empreendimentos solidários, aliando intervenção, produção de conhecimento e formação de estudantes e de profissionais. Seus objetivos contemplam fomentar a Economia Solidária pela atuação na capacitação técnica, administrativa e política dos indivíduos envolvidos nestas iniciativas (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line).

A INCOOP/UFSCar sistematizou sua atuação em um documento organizado pela própria incubadora, que demonstra a linha do tempo da metodologia de incubação adotada desde as mobilizações iniciais até o ano de 2010. Contempla aspectos que desenham o contexto em se desenvolveu a incubadora, a constituição de equipe, as principais parcerias, os demandantes, os critérios adotados para definição de acolhimento ou não de uma demanda, as diretrizes norteadoras do método de incubação e a metodologia adotada em si (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line).

Para compreender a atuação da INCOOP/UFSCAR, apresenta-se no Quadro 12 os aspectos históricos da concepção da incubadora:

Quadro 12 - Aspectos Históricos da Concepção da INCOOP/UFSCar

ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONCEPÇÃO DA INCOOP/UFSCar	
Denominação	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos – INCOOP/UFSCar
Mobilização para a constituição da incubadora	A INCOOP UFSCar vem desenvolvendo, desde 1998, atividades de Ensino-Pesquisa-Extensão no campo da Economia Solidária como forma de geração de trabalho e renda e promoção da cidadania tendo como público preferencial segmentos historicamente excluídos.
Criação da Incubadora	Nasce em 2000 juntamente com outras Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, na perspectiva de incubação de cooperativas populares, realizando assessoria quanto a viabilidade de Empreendimentos da Economia Solidária, qualificação dos serviços e organização coletiva autogestionária.
Tipo específico de iniciativa selecionada/ preferido pela incubadora	A partir de estudo realizado por pesquisadores Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, foram identificados os bolsões de pobreza no município de São Carlos. Um dos bolsões identificados foi o Bairro Jardim Gonzaga e entorno, localizado na cidade de São Carlos, que passa a ser objeto de intervenção e pesquisa da INCOOP UFSCar. A atuação da incubadora num primeiro momento foi de sensibilização dos moradores da localidade para a possibilidade de geração de trabalho associado e renda. Depois a INCOOP/UFSCar respondeu ou responde pela incubação de um conjunto relativamente amplo e diversificado de empreendimentos solidários do ponto de vista de atividades econômicas: produção de alimentos orgânicos, processamento de alimentos, hortifruticultura, limpeza de ambientes, costura, artesanato, resíduos, marcenaria, lavanderia, panificação etc. Suas atividades envolvem, ainda, um conjunto diversificado de pessoas, incluindo moradores de bairros de baixa renda, de assentamentos rurais, catadores de resíduos, egressos de programas de assistência social e de cursos de qualificação etc.
Compreensão inicial sobre o processo de incubação	Assessoria quanto a viabilidade de empreendimentos da Economia Solidária, qualificação dos serviços e organização coletiva autogestionária.
Aspectos iniciais dos Grupos de trabalho na incubadora	Método dividido em sub-etapas, prazos e tarefas (conforme Linha do Tempo).
Considerações iniciais sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão na incubadora.	Nasce como projeto de extensão (conforme Linha do Tempo).

Fonte: SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line.

No contexto atual da INCOOP/UFSCar a incubação contempla o acompanhamento sistemático e de rotina de grupos em fase de organização ou consolidação como iniciativa/empreendimento coletivo e autogestionário, em qualquer cadeia produtiva. É um processo participativo de troca e construção de saberes empregados à produção econômica e à vida dos envolvidos. Busca a geração de trabalho e renda de forma simultânea ao processo educativo dos sujeitos históricos, valorizados como entes capazes de transformar a realidade social: a

incubação relaciona-se à práxis da pesquisa, ensino e extensão, entendidos como instâncias interdependentes e indissociáveis (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line).

De acordo com levantamento junto à INCOOP/UFSCar, um sumário da intervenção realizado pela equipe técnica contempla:

- a. **Contato:** Diante da classe de comportamento, contempla identificar a população em potencial para formação de empreendimento solidário. Os procedimentos específicos são definidos em função da demanda, podendo envolver a busca de lideranças na área geográfica em que a população potencial se localiza; situações em que estas pessoas possam estar reunidas ou em torno das quais estão organizadas; ou, ainda, por chamadas públicas para interessados em se envolver com propostas de geração de trabalho e renda.
- b. **Conscientização/sensibilização:** É realizada diante de um conjunto de pessoas com interesse, disposição ou necessidade de organizar-se para o trabalho coletivo e autogestionário; potencial para formação de empreendimento solidário já identificado; e, reunido em situações de grupo para a sensibilização para o trabalho coletivo e autogestionário. De modo geral, a apresentação da Economia Solidária se dá na forma de atividades formalizadas de ensino (embora o menos possível expositivas e formais), contendo apresentação de informações; e no grau máximo possível, oportunidades de aprendizagem por resposta ativa destes indivíduos, utilizando simulações, dinâmicas de grupo, ilustrações e outras condições de ensino-aprendizagem de conceitos, princípios e valores relevantes para a Economia Solidária – sempre que possível, comparando com a economia capitalista, em linguagem acessível, com participação ativa dos membros do grupo, em "doses" compatíveis com as características e tolerância do grupo. Constituem temas usualmente abordados, neste momento: a história do cooperativismo, os princípios derivados das primeiras experiências, as características e valores da Economia Solidária em comparação com a Economia Capitalista, as experiências em andamento, os desafios as serem construídos coletivamente, as dificuldades encontradas, entre outros. Em relação à Incubadora e às condições para que esta possa oferecer atendimento ao grupo, são oferecidas informações sobre o papel da Universidade, o significado de incubação e informações que situam os

objetos prioritários de interesse da INCOOP/UFSCar, que indicam seu método de trabalho na incubação, parâmetros para constituição de equipes, recursos disponíveis e recursos a serem providenciados, bem como contrapartidas esperadas do grupo no processo de incubação.

- c. **Sobre o conjunto dos empreendimentos (redes, articulações):** A estratégia adotada pela INCOOP/UFSCar para favorecer articulações e redes de cooperação entre os empreendimentos e iniciativas consiste em partir do protagonismo dos empreendimentos existentes em um determinado território, apoiando-os na implementação e consolidação de atividades de geração de renda em diversas cadeias produtivas, atividades relacionadas ao acesso aos direitos do cidadão como saúde, e educação e cultura; em um território determinado.

O trabalho de incubação realizado pela INCOOP/UFSCar não demarca períodos específicos do processo e não trabalha o processo de incubação com base nas fases Pré-Incubação, Incubação e Desincubação. Em seu lugar, pauta-se em nove condições essenciais para o processo de incubação, quais são:

- 1) Formação contínua e permanente para o cooperativismo;
- 2) Formação contínua e permanente para a autogestão como centralidade em todas as situações que envolvem o processo de incubação (na prática e não apenas em situações formais);
- 3) Caracterização dos envolvidos no processo de incubação (do grupo, condições de renda, cadeia produtiva, parcerias) para definição dos procedimentos de trabalho;
- 4) Estudos para definição de atividade econômica: estudo da viabilidade produtiva, exame da cadeia produtiva e do mercado;
- 5) Busca pela viabilidade econômica de maneira contínua e permanente;
- 6) Capacitação técnica para o serviço/produção ofertado pelo empreendimento;
- 7) Capacitar para a autonomia administrativa
- 8) Buscar a propriedade dos bens de produção;
- 9) Promover estatuto e regimento interno de maneira participativa, contemplando princípios da economia solidária e cooperativismo (buscando a consolidação de um processo mais preventivo para condutas favoráveis e menos punitivo) (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line).

2.1.3 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas – ITCP/UNICAMP

A ITCP/UNICAMP é um Programa de Extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UNICAMP; cuja razão de existência é:

[...] contribuir para o desenvolvimento da Economia Solidaria a partir da formação e acompanhamento de Empreendimentos Econômicos Solidários e produzir conhecimento a partir do processo de incubação (EMPIRICA..., 2009, p. 8).

Para compreender a atuação da ITCP/UNICAMP, apresenta-se no Quadro 13 os aspectos históricos da concepção da incubadora:

Quadro 13 - Aspectos Históricos da Concepção da ITCP/UNICAMP

ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONCEPÇÃO DA ITCP/UNICAMP	
Denominação	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas – ITCP/UNICAMP
Mobilização para a constituição da incubadora	No ano de 2000 a reitoria da UNICAMP enxergou no cooperativismo uma solução para um conflito trabalhista interno: uma greve de funcionários que durou cerca de 3 meses – envolvendo os funcionários da Unicamp e os funcionários terceirizados da Limpeza Hospitalar do Hospital das Clínicas – que acabaram sendo demitidos por participar do movimento. Pela sugestão/intervenção da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp (CORI) foi formada uma cooperativa de limpeza com 120 desses demitidos, com a assessoria da ITCP da Universidade de São Paulo. Após um programa de capacitação, deu-se início a uma cooperativa popular especializada em serviço de limpeza hospitalar. Esse foi um dos fatos que motivaram a criação da ITCP/UNICAMP.
Criação da Incubadora	Em 2001 foi elaborada uma primeira versão de Projeto de Incubadora; no entanto, inicialmente houve uma dificuldade por parte deste grupo envolvido em chegar a um consenso de como seria essa Incubadora. O movimento estudantil tencionou a discussão no sentido de garantir que a incubadora tivesse uma estrutura democrática de decisão. Formaram-se então duas comissões para dar andamento ao Projeto Incubadora. A primeira comissão, composta por docentes e representantes da universidade, teve como função institucionalizar a ITCP/UNICAMP e tratar de sua Regulamentação nos moldes das normas da Universidade. A outra comissão, constituída por pós-graduandos e um membro do governo municipal, ficou responsável pelo processo de formação de formadores no final de 2001, para atender em situação emergencial os grupos que estavam sendo formados pela Prefeitura Municipal.
Tipo específico de iniciativa selecionada/ preferido pela incubadora	É escolha da Incubadora somente trabalhar em projetos com movimentos sociais previamente organizados. São critérios para tornar o trabalho viável (instituídos ao longo dos anos): que os grupos existissem com uma identidade mínima; não preterir algum grupo de acordo com sua organização formal (independe a formação como cooperativas, associação, grupos que não optaram por legalização); que os grupos fizessem parte da região geográfica da ITCP/UNICAMP, para respeitar um acordo na rede de ITCPs que preza por isso, além de tornar viável e freqüente os espaços de vivência; que os grupos tivessem alinhamento político e atuassem junto aos movimentos sociais.

Denominação	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas – ITCP/UNICAMP
Compreensão inicial sobre o processo de incubação	O folder do “Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares” nos dias 9, 10 e 11 de Setembro de 2001, realizado para coroar o início das atividades apresentava: “a consolidação do processo extensionista da Universidade na direção de sua responsabilidade social [...] A incubadora de base tecnológica se caracteriza por ser um ambiente que apresenta as condições necessárias e suficientes em termos de estímulo e apoio às organizações recém-criadas, para que elas possam desenvolver-se em um “espaço protegido”. Este processo, que deve acontecer durante um período determinado, possibilita às organizações o acesso à infra-estrutura compartilhada e assessoria especializada visando o crescimento e a ocupação de um lugar no mercado, para posteriormente, permitir uma auto-gestão sustentada.”
Aspectos iniciais dos Grupos de trabalho na incubadora	Em 28 de Agosto de 2001, a Resolução nº86 reconheceu a ITCP/UNICAMP junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitário (PREAC), que estabelecia os objetivos da incubadora e sua coordenação pelo Conselho Orientador, presidido por um docente indicado pelo reitor. Aparentemente a deliberação pela institucionalização rápida da incubadora se justifica pelo cenário favorável ao projeto no conselho universitário e pela conjuntura política municipal.
Considerações iniciais sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão na incubadora.	Inicialmente na concepção da incubadora ficou evidenciada a tentativa de transposição do modelo de incubadoras de empresas para incubadoras populares. A excelência acadêmica e o ambiente protegido por um certo período de tempo (simbolizado por uma casca de ovo) gerariam condições suficientes para que os empreendimentos posteriormente se sustentassem no mercado

Fonte: SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line.

Na ITCP/UNICAMP a metodologia se fundamenta na ação de Equipes de Incubação (formadores). O processo de incubação é subdividido em três etapas: pré-incubação, incubação e desincubação.

- a. **Contato:** A incubação é o período durante o qual as equipes de formadores acompanham os grupos que querem tornar-se cooperativas, empreendimentos, associações, entre outros; deslocando-se aos locais de funcionamento desses grupos. Ali, na primeira etapa, acontece o estudo da realidade do empreendimento a ser incubado à luz de diagnósticos e questões específicas das áreas de conhecimento da Incubadora.
- b. **Conscientização/sensibilização:** A partir desse estudo, é projetado, em conjunto com os trabalhadores e as trabalhadoras, um Plano de Incubação para cada empreendimento - construído coletivamente entre equipe de incubação e empreendimento incubado. Essa construção conjunta privilegia a troca de saberes entre a universidade e os grupos populares, e não afirmando uma supremacia do conhecimento acadêmico em relação à

realidade destes. Na segunda etapa - período de incubação – realiza-se a execução do Plano construído conjuntamente, permeada por um intenso trabalho das equipes da incubadora; e, nessa etapa, os conhecimentos acadêmicos são utilizados, avaliados e reprojatados segundo as condições específicas de cada iniciativa/empreendimento e segundo os princípios da Economia Solidária. Nesse processo, a incubadora atualiza seus debates e experimenta novas formas de intervenção.

- c. **Sobre o conjunto dos empreendimentos (redes, articulações):** Na última etapa - a desincubação – dá-se a finalização do processo de incubação, que deve culminar com o alcance das metas e objetivos levantados durante o processo de incubação. A preocupação, nesse momento, é relativa a sustentação financeira e o fortalecimento político do empreendimento por meio de sua inserção em Redes de Economia Solidária.

Cabe destacar que a metodologia de incubação desenvolvida pela ITCP/UNICAMP está sistematizada no Caderno de Incubação (EMPIRICA, 2009) e no site EMPÍRICA.

2.1.4 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual Paulista – INCOP/UNESP – Núcleo Assis

A INCOP/UNESP é um programa de extensão e núcleo de estágio constituído junto à UNESP de Assis/SP e tem sua atuação voltada a grupos de catadores de materiais recicláveis do Oeste Paulista e especializou sua metodologia de acordo com tal contexto.

Para compreender a atuação da INCOP/UNESP, apresenta-se no Quadro 14 os aspectos históricos da concepção da incubadora:

Quadro 14 - Aspectos Históricos da Concepção da INCOP/UNESP – Núcleo Assis

ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONCEPÇÃO DA INCOP/UNESP – Núcleo Assis	
Denominação	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual Paulista – INCOP/UNESP
Mobilização para a constituição da incubadora	Em 2001, ainda em seu período inicial, a equipe do Grupo de Discussão sobre Desemprego com Trabalhadores Desempregados (Núcleo de Estágios da UNESP de Assis que se formava por uma equipe de professores e estagiários do Curso de Psicologia) , em suas reuniões com trabalhadores desempregados, deparava-se com uma indagação por eles apresentada: “... mas vai ter trabalho?” Ou seja, discutir a condição e os determinantes do desemprego só teria sentido se fosse possível vislumbrar alternativas. Nesta mobilização destacam-se ainda os contatos com a Cáritas Diocesana e com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Em 2003, o então Grupo de Formação da Cooperativa foi oficializado como Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (COOCASSIS). Contando, nesta ocasião, com 47 cooperados, a cada mês novos catadores e desempregados de outras áreas procuravam a COOCASSIS para ingressarem em busca de uma alternativa de trabalho e renda.
Criação da Incubadora	Em 2004, o núcleo de estágio se transforma na INCOP/UNESP – Núcleo Assis.
Tipo específico de iniciativa selecionada/ preferido pela incubadora	Um dos principais focos de trabalho ao longo da história foi com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Ali eles conseguiram desenvolver um trabalho que identificou uma demanda local e, a partir desse relacionamento, estabeleceram bases com o movimento e com os agentes do poder público da região. Isso demonstrou bastante estrutura e eficiência para a Incubadora, assim como evidenciou a importância do relacionamento entre os atores sujeitos do movimento.
Compreensão inicial sobre o processo de incubação	A metodologia de incubação que tem como característica, não apenas fortalecer a gestão e produção coletiva dos empreendimentos, como também, atuar na organização política dos catadores. Desde sua fundação, em 2004, suas atividades compreendem a assessoria a gestores públicos para elaboração de políticas públicas na área de Gestão de Resíduos Sólidos com inclusão de catadores, pois além dos trabalhos de incubação com organizações de catadores, a incubadora participou da implantação de Coleta Seletiva em diversos municípios de sua área de abrangência.
Aspectos iniciais dos Grupos de trabalho na incubadora	Não definido.
Considerações iniciais sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão na incubadora.	Trata-se de uma experiência de extensão universitária que marca uma identidade quanto aos processos metodológicos realizados pela INCOP/UNESP – Núcleo Assis.

Fonte: SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line.

De acordo com levantamento junto à INCOP/UNESP, um sumário da intervenção realizado pela equipe técnica contempla:

- a. **Contato:** É realizado, em geral, por meio de entrevistas na imprensa escrita e falada, de palestras em escolas e outras instituições ou ainda, em reuniões com gestores públicos e representantes de outras instituições.
- b. **Conscientização/sensibilização:** Os espaços de educação (cursos, oficinas, círculos de cultura, rodas de conversa) criados para proporcionar informações e/ou sensibilização dos membros dos empreendimentos procuram adotar metodologias participativas, tanto para potencializar os conhecimentos que já possuem, quanto para facilitar a produção de novos. Paralelamente a esses espaços, no cotidiano, todas as reuniões ou encontros são transformados em oportunidades pedagógicas para aprendizagem e/ou construção de novos valores.
- c. **Sobre o conjunto dos empreendimentos (redes, articulações):** O trabalho de incubação realizado pela incubadora, especificamente em relação aos catadores de materiais recicláveis, todo o processo de assessoria aos vários grupos no Oeste Paulista e mais ao Comitê de Catadores do Oeste Paulista se pauta em duas orientações:
 - 1) Contribuir para a preparação dos empreendimentos para desenvolverem suas atividades de forma autônoma e democrática;
 - 2) Contribuir para a preparação dos grupos para comercializarem em rede, uma forma de potencializarem os resultados de seu trabalho e de enfrentar o mercado, melhorando a renda e a vida dos envolvidos.

Atualmente, a INCOP/UNESP assessora o Comitê de Catadores do Oeste Paulista em sua discussão com os grupos para a constituição de uma Cooperativa de Segundo Grau (Cooperativa de Segundo Grau: contempla centrais de cooperativas e as federações de cooperativas, cujo quadro social é formado por cooperativas singulares). Além disso, participa, juntamente com as demais Incubadoras universitárias do Estado de São Paulo, da execução de dois convênios que têm o propósito de potencializar articulações e redes entre grupos e entre grupos e universidades e entre universidades.

Com relação ao seu trabalho em incubação na Economia Solidária, a INCOP/UNESP revela “[...] para além de sua metodologia de atuação um trabalho de caráter provisório, inacabado, em constante transformação, e que não se propõe a apresentar um produto final e sedimentado” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 55, on-line).

2.1.5 Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares da Região Nordeste de São Paulo – INCONESP

A INCONESP é um Projeto de Extensão junto à Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) da UNESP, localizado no Campus de Franca/SP, e visa o acompanhamento de iniciativas/empreendimentos populares e solidários da Economia solidária, de forma a constituir uma alternativa de geração de trabalho e renda, visando a inclusão social e econômica, construindo democracia, solidariedade e auto-gestão, buscando a emancipação do sujeito e o fortalecimento político entre o local e o micro regional.

Para compreender a atuação da INCONESP, apresenta-se no Quadro 15 os aspectos históricos da concepção da incubadora:

Quadro 15 - Aspectos Históricos da Concepção da INCONESP

ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONCEPÇÃO DA INCONESP/Franca	
Denominação	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Região Nordeste de São Paulo – INCONESP
Mobilização para a constituição da incubadora	Com sede na unidade da UNESP de Franca, a INCONESP é resultado de esforços do Grupo de Extensão Democracia Econômica – Franca (GEDE) e do Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania – Araraquara (NEESC) na busca de atender a uma demanda por assessoria técnica à formação de empreendimentos econômicos solidários. Como justificativa, apresenta o propósito de contribuir na dinamização da economia local, criando novos postos de trabalho, educando indivíduos para a cooperação e solidariedade, além de formar agentes de Economia Solidária (pois muitos dos estudantes que participam da incubadora durante a graduação, depois de formados continuam atuando, profissionalmente, na promoção da Economia Solidária).
Criação da Incubadora	Os núcleos Franca e Araraquara pertencem a uma mesma região, nordeste do Estado de São Paulo, trabalham de forma coordenada, em sistema de rede, aproveitando o potencial de cada unidade e dos cursos presentes em cada um – criando, no ano de 2007 a referida incubadora.
Tipo específico de iniciativa selecionada/preferido pela incubadora	Os grupos incubados trabalham com empreendimentos que apresentam condições muito favoráveis à construção de redes de solidariedade regionais. O público-alvo é composto por homens e mulheres desempregados, assim como suas famílias, pequenos agricultores, pessoas contempladas em programas de assistência social, aposentados, entre outros, que possam participar de forma a contribuir nas ações de tipos diversos dentro dos princípios de atuação da Economia Solidária.
Compreensão inicial sobre o processo de incubação	Atuar na formação e acompanhamento de cooperativas e associações ligadas à Economia Solidária, por meio de atividades como formação em autogestão e trabalho em equipe, assessoria jurídica na elaboração de estatutos e legislação vigente relacionada, acompanhamento e articulação dos indivíduos e famílias envolvidos em programas de assistência social, dentre outras atuações.
Aspectos iniciais dos Grupos de trabalho na incubadora	A incubadora, formada por estudantes, professores e técnico, trabalha para a formação de grupos humanos para a constituição de cooperativas e associações fundadas nos princípios e valores de solidariedade, mútua-ajuda, sustentabilidade ambiental, valorização da vida em detrimento do capital, dentre outros.
Considerações iniciais sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão na incubadora.	A incubadora, enquanto atividade de Extensão Universitária, tem também, como objetivo, colocar os conhecimentos adquiridos na Universidade, utilizando os conhecimentos teóricos e técnicos das áreas de cada operador da incubadora, de forma multidisciplinar, em prática, efetivando a tão aclamada práxis (processo em que os conhecimentos e práticas andam juntos, realimentando-se reciprocamente), assim como o cumprimento do papel almejado para a Universidade Pública, ou seja, o de refletir sobre os problemas que acometem a sociedade, assim como construir alternativas viáveis para estes.

Fonte: INCONESP..., 2009, on-line.

Em seu trabalho a INCONESP apresenta os seguintes objetivos específicos, declarados no Projeto da Incubadora (INCONESP..., 2009, on-line):

- Geração de trabalho e renda, fundados nos valores e princípios da economia solidária;
- Articulação para a construção de políticas públicas;
- Criar tecnologias sociais reaplicáveis, assim como metodologias e técnicas de incubação de grupos;
- Acompanhar e prestar assessoria aos grupos incubados tendo em vista a construção de empreendimentos solidários, com viabilidade econômica, tendo em vista o desenvolvimento local;
- Promover a educação para a cooperação dos indivíduos envolvidos;
- Realizar oficinas e discussões com os grupos incubados de modo a empreender nestes a importância da segurança alimentar, tendo em mente que os empreendimentos se pautem nesses princípios;
- Formação de recursos humanos, incluindo estudantes, professores, grupos incubados e demais sujeitos envolvidos para serem agentes de desenvolvimento da economia solidária.

De acordo com levantamento junto à INCOP/UNESP, um sumário da intervenção realizado pela equipe técnica contempla:

- a. **Contato:** Realizado pro meio de visitas *in loco* e contato direto com as pessoas e comunidades. E também meios de comunicação, Ex: Rádio, TV e internet.
- b. **Conscientização/sensibilização:** Realizado via discussões e apresentações de possibilidades frente à realidade concreta vivida pelas comunidades - utilizando oficinas temáticas e assembleias extraordinárias.
- c. **Sobre o conjunto dos empreendimentos (redes, articulações):** As articulações são feitas através de parcerias estabelecidas com grupos de outras universidades e movimentos sociais (ex: movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis); além da participação em eventos e congressos de discussão.

Este breve relato permite basear as percepções e análises junto aos dados coletados no questionário da pesquisa acerca das práticas e ações de apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas, apresentadas na sequência.

2.2 Apresentação e Análise dos Dados

Em sequência à contextualização do Estudo de Caso realizado, com vistas a aprofundar o conhecimento destas experiências e ações, com foco na

gestão/coordenação das Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo – contudo, sem a pretensão de esgotar o tema que se encontra sempre em construção –, apresentam-se os dados provenientes dos questionários e pesquisa bibliográfica e documental, e sua análise com base no referencial teórico apresentado.

Observa-se que, à análise dos questionários respondidos pelos sujeitos foram acrescentadas – a pedido e indicação dos próprios respondentes – algumas das percepções relacionadas à prática dos mesmos sistematizada no documento “Sistematização de práticas das ITCPs: Metodologia de Incubação, Pedagogia da Autogestão e Movimento da Economia Solidária” elaborado em 2011. Esta indicação foi considerada por compreender que assim as análises não ficam limitadas às respostas obtidas do questionário, contemplando também algumas percepções da visão do chamado “coletivo” sobre as práticas aqui abordadas – incluindo dados relevantes para a finalidade da presente tese e questão de pesquisa referente.

A identidade dos respondentes foi preservada, apontando-se apenas a ITCP a que se refere em função dos objetivos da pesquisa; buscando apresentar, ao final, um quadro que reflita o posicionamento global das Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo – ITCPs SP, e os limites e possibilidades da atuação dos profissionais responsáveis pelo apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária.

2.2.1 O Perfil das Incubadoras de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo

As Incubadoras de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo constituem uma experiência recente; relacionada aos últimos 12 anos, sendo a mais antiga a ITCP/USP e a mais recente a INCONESP (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line.). O quadro apresentado ao abordar a contextualização das incubadoras detalhou este aspecto, trazendo uma síntese do percurso e realizado por cada uma delas para o estágio atual e o processo de incubação empreendido – compreendido na presente análise.

Todas as Incubadoras de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo aqui abordadas - a ITCP/USP; a INCOOP/UFSCar; a ITCP/UNICAMP; a INCOP/UNESP (UNESP/Assis) e a INCONESP (UNESP/Franca) – adotam a

denominação “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)”, portanto, a partir deste ponto, tratar-se-á das mesmas como “ITCPs SP” – considerando como *lôcus* as Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

Todas as ITCPs SP constituem-se como programas de extensão das universidades da qual são integrantes; destacando-se a peculiaridade da INCOP/UNESP que registra ainda outra configuração: a incubadora é; além de um programa de extensão, um Núcleo de Estágio profissionalizante do Curso de Psicologia daquela universidade. Todas as Incubadoras Universitárias de Cooperativas presentes na amostra definida para a presente pesquisa fazem parte da Rede de ITCPs.

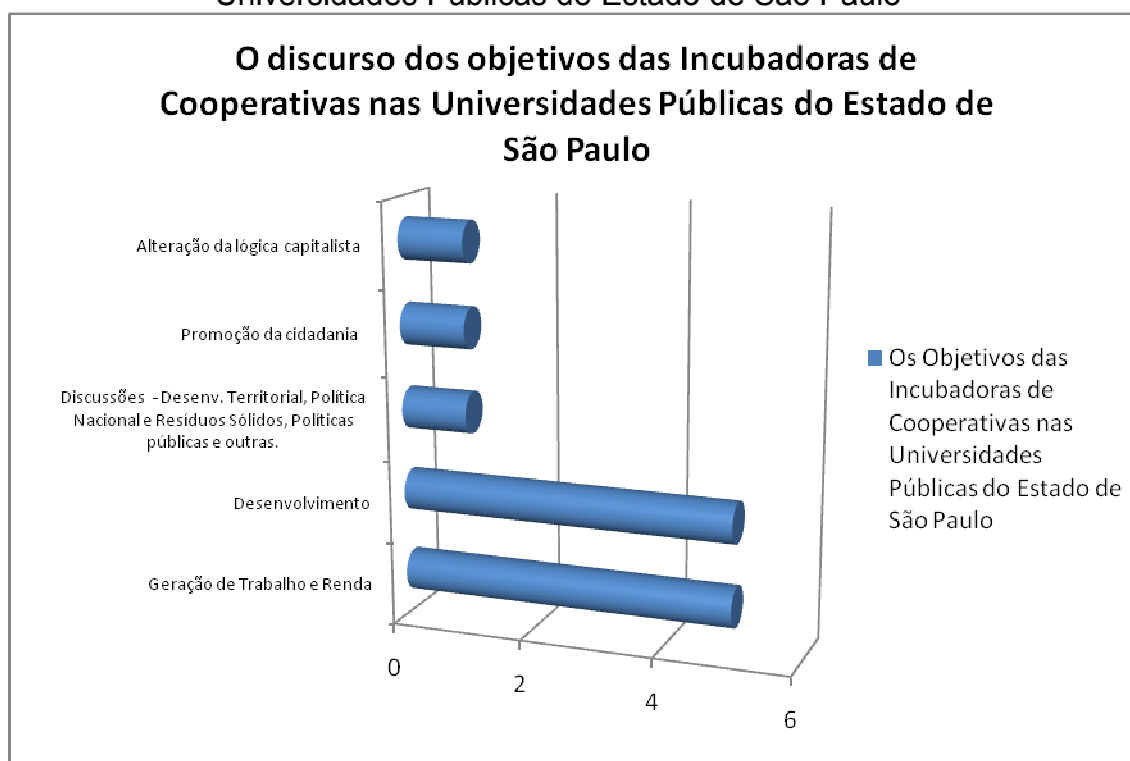
Ao observar o histórico das ITCPs SP pode-se perceber que as mesmas iniciam suas atividades após um período de mobilização e discussões da Economia Solidária na academia, para fazer frente a uma determinada demanda local ou regional; de indivíduos em formação de grupos ou em grupos já constituídos, compostos por trabalhadores que foram expropriados de seus saberes e que tornaram-se sujeitos passivos engendrados pelo sistema capitalista.

As primeiras ações práticas no sentido de constituir uma incubadora de cooperativas foram na ITCP/USP e na ITCP/UNICAMP, e, à princípio, tiveram direcionamento à uma demanda interna à universidade, com objetivos de enfrentamento do desemprego e formação de cooperativa para a prestação de serviços de jardinagem e cooperativa para substituir serviços terceirizados de limpeza na própria universidade respectivamente.

A ITCP/USP continua atualmente com este foco. A ITCP/UNICAMP direcionou recentemente suas atividades para o trabalho junto aos grupos produtivos ligados aos Movimentos Sociais. Já a INCOOP/UFSCar e a INCONESP voltaram-se desde o primeiro momento para a comunidade em iniciativas diversas. Enquanto que a INCOP/UNESP (Assis) voltou-se, desde o momento inicial para as demandas externas à universidade – as dos coletores de recicláveis na comunidade onde está inserida.

Em seus objetivos, as ITCPs SP destacam seu papel e contribuição, a partir do qual foi possível compor o Gráfico 1; onde é possível observar a geração de trabalho e renda e desenvolvimento dos grupos e indivíduos como mais citados (por todas as ITCPs SP):

Gráfico 1 - Os objetivos das Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo



Fonte: Questionários da pesquisa.

Esse apontamento demonstra que, com relação aos objetivos, as ITCPs SP buscam traduzir a capacidade da economia solidária em gerar oportunidades de geração de trabalho e renda para sujeitos que não conseguem se inserir no mercado de trabalho tradicional; contemplando também o compromisso da Economia Solidária em promover o desenvolvimento sustentável e solidário.

Com relação ao método e incubação e o contato entre os integrantes da incubadora e os indivíduos dos grupos incubados foi possível verificar (conforme apresentado no Capítulo 4), que o mesmo se viabiliza de diferentes maneiras em cada ITCP, com diferentes tratamentos às demandas, sendo que o processo de incubação reveste-se de um constante “construir”.

Foi possível verificar que parte das incubadoras optou por não manter ou elencar um método único de incubação para todos os grupos – caso da ITCP/USP – e reinventa esse processo a cada nova iniciativa incubada; o que traz reflexos e dificuldades uma vez que o conhecimento gerado em cada experiência acaba, muitas vezes, não sendo sistematizado ou se perdendo na limitação dos cadernos de campo e relatórios de projetos (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line).

Por outro lado, encontram-se incubadoras - caso da INCOOP/UFSCar e ITCP/UNICAMP/INCONESP – onde segue-se um projeto geral de incubação, com passos, etapas ou eixos temáticos definidos para o trabalho em qualquer iniciativa que venha a se constituir; mas sempre com o compromisso de considerar a necessidade específica do grupo incubado.

Já no processo de incubação da INCOP/UNESP fica destacada que a demanda inicial (grupo de catadores de recicláveis) norteou a formação de um processo que considera; desde o primeiro instante, a parceria com os gestores públicos locais e a sustentabilidade da iniciativa incubada.

Estas percepções da pesquisa corroboram os apontamentos apresentados no referencial teórico acerca da necessidade de considerar, nos projetos das ITCPs, as diferenças relativas as comunidades envolvidas e suas perspectivas e contextos. Neste sentido, destaca-se que as ITCPs SP levam em conta as condições peculiares de cada grupo assistido – o que inviabiliza que se padronize totalmente a sua atuação e que faz também com que essa metodologia esteja em processo de constante revisão.

Adentrando mais especificamente no interesse da presente tese, quanto à forma de organização de trabalho adotado pelas ITCPs SP, a pesquisa demonstrou que as mesmas pensaram em uma forma de organização de trabalho, tanto para dentro como para fora da mesma, nas cooperativas; e, a partir disso, operacionalizaram a sua coordenação (assim denominada a gestão da atividade neste âmbito) no formato de Gestão Coletiva (horizontal) – que compreende o exercício da autogestão.

Neste contexto da Gestão Coletiva, destaca-se o potencial político-pedagógico das experiências participativas da classe trabalhadora; como “[...] aquisição progressiva dos poderes alienados da tomada de decisão por parte do antagonista estrutural do capital que se transforma, no devido tempo, em corpo social de produtores livremente organizados”; onde “[...] participação significa exercício criativo, em benefício de todos, dos poderes de tomada de decisão adquiridos.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 52).

Essa compreensão é corroborada pelo discurso ITCP/USP (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 21, on-line):

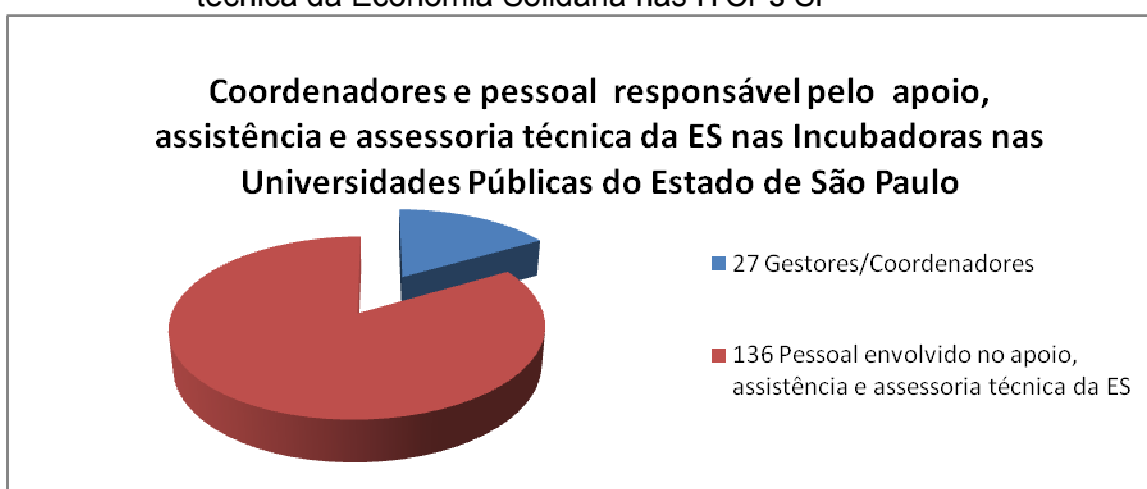
Nesta perspectiva, quem está em primeiro plano é o ser humano e não o capital. Assim, retoma-se outra função histórica da universidade que é o da formação em seu sentido humanístico, pensada em contraposição ao modelo de universidade que deslegitima a formação dos alunos, em seu sentido mais amplo, em prol de uma educação mais técnica, voltada à atender as demandas do mercado de trabalho.

Assim, são constituídos nas universidades os espaços coletivos internos, tanto de formação quanto de discussão e de deliberação. Estes espaços coletivos, citados também como “o coletivo”, são formados por alunos, estagiários, técnicos, docentes e eventuais participantes que exercem a autogestão na prática; o que, como apresenta a ITCP/USP (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 21, on-line), proporciona que a experiência seja exercida “[...] no sentido benjaminiano do termo, como algo que pode ser narrado e compartilhado com o outro, numa experiência comum.”

Ao analisar este espaço, pode-se compreendê-lo com o direcionamento para constituir-se num espaço institucional de articulação e organização que contempla a natureza transversal e intersetorial da Economia Solidária.

Neste coletivo das ITCPs SP foi possível identificar 163 pessoas envolvidas nas atividades de apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária (exceto UNICAMP, que não apresentou resposta à este item), sendo que 27 atuam na coordenação, como demonstra o gráfico apresentado na seqüência:

Gráfico 2 - Número de indivíduos que atuam o apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária nas ITCPs SP



Fonte: Questionários da pesquisa.

Observa-se que mesmo adotando uma coordenação para melhor condução dos trabalhos, as incubadoras demonstram prezar pela valorização do processo

coletivo de tomada de decisões entre os membros da equipe – o que envolve considerar a igualdade de posições/opiniões entre os seus membros, e o fortalecimento dos espaços de decisões coletivas – buscando um consenso entre a equipe.

Neste âmbito, segundo a ITCP-USP (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 19, on-line), o que se busca é “[...] construir coletivamente as metodologias de incubação tendo como base a assimetria – e não na hierarquia”. Pode-se apreender também que esta postura também está relacionada aos princípios da autogestão, pelo que se “[...] une e humaniza o que o capitalismo divide e desumaniza em suas hierarquias valorativas.” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line).

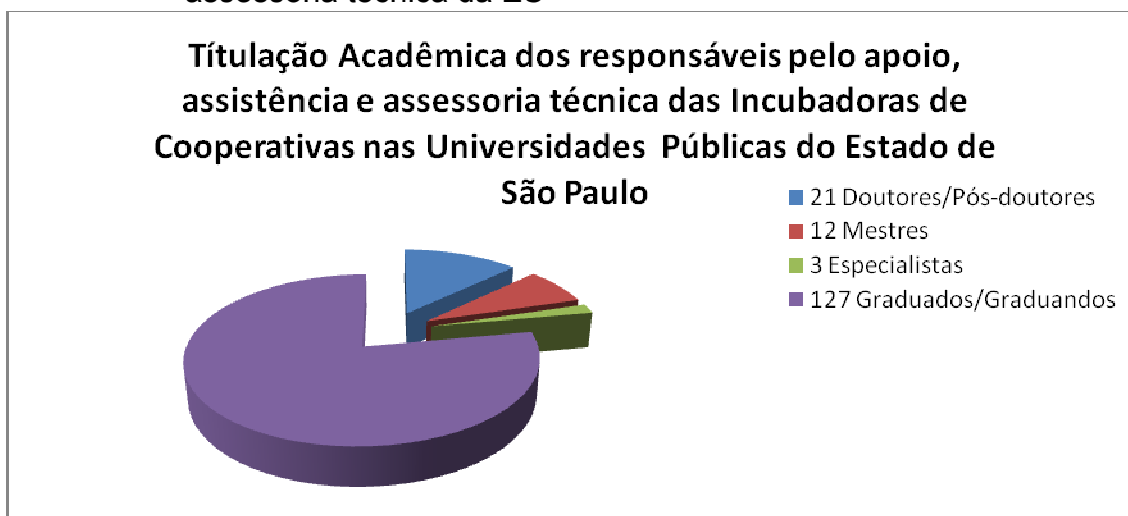
Por outro lado, neste contexto de decisões coletivas, o exercício da autogestão pode imprimir um ritmo de decisões e planejamento mais moroso do que as demandas que os grupos apresentam – a exemplo do que aponta o exemplo da ITCP/USP (2011); e, além disso, fica ampliada a dificuldade de monitoramento das decisões tomadas (por seus vários responsáveis).

Cumprе esclarecer que, ao falar em decisões nas ITCPs SP, aborda-se as decisões relativas ao processo e atividades de incubação, sua operacionalização, composição, entre outros; e não uma ou outra forma de administrar e tomar decisões em nome das iniciativas/empreendimentos assessorados.

Verificou-se ainda que as ITCPs SP realizam uma divisão do trabalho – em etapas, equipes, grupos de trabalho ou temáticos. Para a INCOOP/UFSCar “[...] a divisão do trabalho acontece na tentativa de que todos tenham oportunidade de aprendizado para moderação/relato” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 123, on-line). A experiência da INCOP/UNESP também está se consolidado neste sentido, com “[...] um processo de maior autonomia dos membros da equipe, composta por estagiários, bolsistas graduandos e graduados CNPq. O trabalho por grupos temáticos muito tem contribuído para esse avanço” (Dados da pesquisa).

Com relação à titulação acadêmica dos indivíduos que atuam no apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária, foi levantado o Gráfico 3 que demonstra que as incubadoras estudadas contemplam:

Gráfico 3 - Titulação Acadêmica dos indivíduos que atuam no apoio, assistência e assessoria técnica da ES



Fonte: Questionários da pesquisa.

O gráfico demonstra que os indivíduos que atuam nas ITCPs SP (exceto UNICAMP, que não apresentou resposta discriminando a titulação) são em maioria graduados/graduandos, e alguns Doutores/Pós-doutores seguido de Mestres e Especialistas.

Foi possível verificar também que duas das ITCPs SP – a ITCP/UNICAMP e a INCONESP – são formadas apenas por discentes (uma vez que o reduzido número de docentes presentes, exerce maior caráter de orientação do que execução); enquanto que as demais contam com a participação de doutores, pós-doutores, mestres e especialistas, além dos discentes. No caso da ITCP/UNICAMP, os estudantes de pós-graduação tomaram a frente do processo deste as primeiras mobilizações; e “[...] a ausência de docentes engajados no cotidiano desse programa de extensão parece ser marcante desde o seu começo.” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 163, on-line).

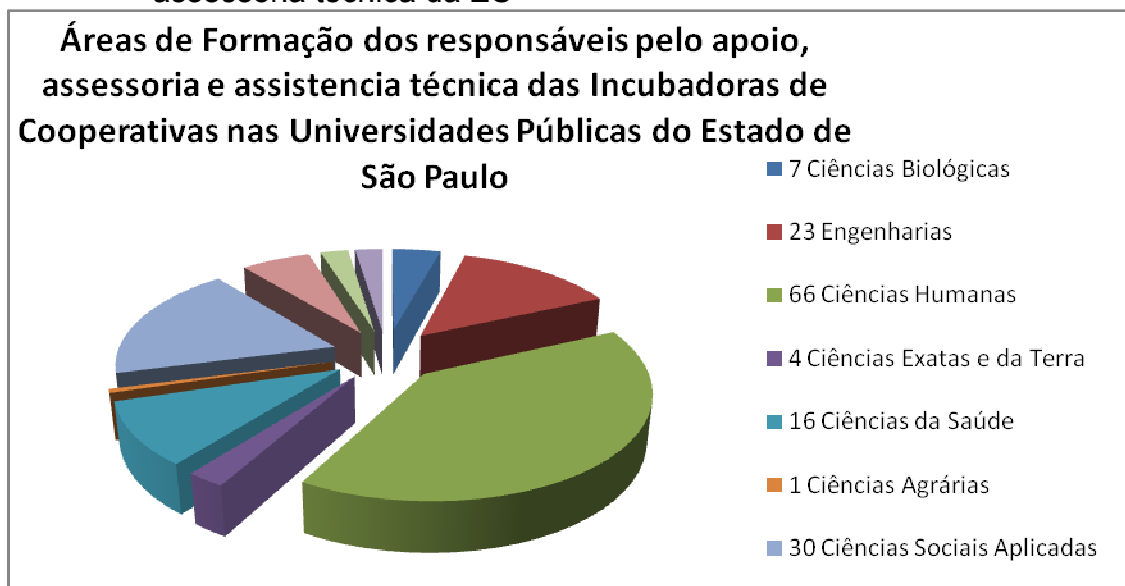
Por não constituir foco da presente pesquisa, cabe a observação de que não foram abordadas aqui as questões de gênero e/ou faixa etária referente à essa composição interna das ITCPs SP.

Com relação a categoria de formação majoritária que se faz presente nas incubadoras e o exercício de autogestão no grupo, a INCOOP/UFSCar faz duas constatações importantes a refletir no cotidiano de cada incubadora: a) contar com professores e de técnicos graduados beneficia o acúmulo de experiência e a construção de uma identidade de longo prazo; e b) contar com membros muito mais

experientes no coletivo pode conduzir a um acúmulo de poder que, por sua vez, pode trazer conseqüências não desejadas; a exemplo de “[...] dificultar a expressão, o posicionamento em público de novos membros, podendo reduzir a velocidade com que este se envolve com o grupo e com suas ações.” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 6, on-line).

No que se refere às áreas de formação destes indivíduos (exceto UNICAMP, que não apresentou resposta à este item), foi possível visualizar a seguinte participação:

Gráfico 4 - Áreas de Formação dos indivíduos que atuam no apoio, assistência e assessoria técnica da ES



Fonte: Questionários da pesquisa.

O Gráfico 3 demonstra que, ao observar as principais áreas de formação dos indivíduos envolvidos no apoio, assistência e assessoria técnica nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo, destacam-se as áreas de Ciências Humanas, seguido pelas Ciências Sociais Aplicadas.

Verifica-se uma diversidade de profissionais, de várias áreas do conhecimento, o que destaca o aspecto interdisciplinar que reveste as ITCPs SP, que promove o aproveitamento do conhecimento específico de cada área de conhecimento – podendo constituir um exercício de diálogo dos diferentes olhares de cada pesquisador. Isso demonstra também que não se considera uma ou outra área em detrimento de algum conhecimento vinculado ao tipo de iniciativa em processo.

Isso corrobora os apontamentos teóricos que dão conta de que a interdisciplinaridade é um conceito permanente quando se aborda a Economia Solidária; e, além disso, fica destacada a necessidade de superar eventuais/possíveis limites entre as disciplinas em benefício dos projetos e iniciativas apoiados/assessorados.

A interdisciplinaridade é apontada pela ITCP/USP (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line) como elemento necessário para captar de forma sensível a realidade em que se viabilizam os projetos e iniciativas incubadas. Neste sentido, a ITCP/USP (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line) destaca que, na sua experiência, as especialidades não são fechadas e separadas em funções específicas, participam de tudo, em processos transparentes que compreendem o todo e não apenas as partes. Contudo, segundo a mesma incubadora, fica claro que existem aspectos positivos e outros não tão positivos com relação à interdisciplinaridade nos processos desenvolvidos pelas ITCPs:

As diferenças de formação enriquecem o processo de discussão dentro da ITCP. Mas durante a incubação elas oferecem perspectivas variadas sobre o que está ocorrendo: o economista ou o engenheiro vêem com olhos próprios o que fazemos, críticos e atentos, e trazem problemas que seriam impossíveis de detectar para pessoas com outra formação. Mas, nem sempre é o psicólogo é quem tem sensibilidade para perceber problemas de relacionamentos dentro dos grupos e na ITCP. Seja sociólogo, educador, engenheiro ou biólogo, sua sensibilidade é bem vinda e o conhecimento do psicólogo também se beneficia dessa capacidade humana de perceber. A possibilidade de articulação dos diferentes saberes é semelhante àquela que propomos aos empreendimentos e vem do reconhecimento das diferenças como legítimas (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p.19, on-line).

A INCOOP/UFSCar também destaca a importância da interdisciplinaridade e de possuir:

[...] no seu quadro um leque diversificado de profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento. Essa diversidade implica no exercício constante da interdisciplinaridade por meio do diálogo dos diferentes olhares de cada pesquisador. (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 123, on-line).

Neste contexto, compreende-se que interdisciplinaridade apresenta possibilidades de propiciar respostas mais pertinentes aos problemas reais da sociedade contemplados pela Economia Solidária, os quais não se limitam a uma área do conhecimento.

Por outro lado, pode ser sentida a ausência de determinadas áreas do conhecimento e/ou determinados profissionais exigidos pela demanda da incubadora; que acabam por representar possíveis entraves e/ou dificultadores para a realização dos trabalhos nas ITCPs SP, como aponta a experiência da INCOP/UNESP (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 78, on-line):

[...] um dos maiores desafios que enfrentamos no processo de incubação se refere às demandas administrativas, jurídicas, financeiras e contábeis dos empreendimentos [...] Essa dificuldade, compartilhada entre equipe da Incop e empreendimentos, nos trouxe também alguns obstáculos quanto à construção coletiva do trabalho. Nestes empreendimentos, a carência de processos efetivos de instrumentalização coletiva para gestão financeira e contábil é evidente e a presença da figura do especialista nesta área se torna inevitável. A sensação de nos tornarmos reféns de um saber ao qual não nos apropriamos, nos traz algumas limitações de atuação.

A necessidade de saber especializado – em áreas estratégicas para a consolidação da autogestão – pode levar as ITCPs a contratar os serviços de profissionais específicos para atender às referidas demandas; contudo, podem emergir problemas nesta prática – principalmente por estes não estarem inseridos no processo e não compreenderem as características inerentes às iniciativas/empreendimentos da Economia Solidária. Exemplos neste sentido são apresentados pela INCOP/UNESP (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line): a concentração de decisões financeiras da iniciativa de modo a tomar vários encaminhamentos sem consultar o coletivo gestor; resoluções que trazem benefícios apenas o próprio especialista; arbitrariedade na condução administrativa do empreendimento; e enfraquecimento de espaços coletivos de deliberação sobre os procedimentos administrativos.

Outra observação oriunda da pesquisa é a eventual parceria com órgãos públicos, como as prefeituras; a exemplo do que ocorre com a INCOOP/UFSCar, onde a mesma contribui disponibilizando técnicos específicos e em situações pontuais para prestar assessoria às iniciativas/empreendimentos incubados; com serviços como técnicos das áreas de engenharia, agricultura, contabilidade, gestão ambiental, saúde, comunicação, jurídica, dentre outras.

Compreendendo essa necessidade de saber especializado, a pesquisa buscou ainda identificar, em pergunta específica, a existência e o percentual de participação de pesquisadores ou profissionais do Serviço Social nas ITCPs-SP,

pelo qual foi identificada inexistência de profissionais desta área atuando neste contexto da pesquisa aqui realizada.

Entretanto, foi possível identificar que o Serviço Social pode estar presente no contexto das ITCPs-SP como resultado de parcerias com o poder público (a exemplo do que ocorre na INCOP/UNESP); por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), envolvendo, além dos benefícios sociais previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o acompanhamento efetivo de seus profissionais, inclusive durante as reuniões das incubadoras. Em decorrência dessa participação, realizam-se os encaminhamentos dos casos necessários aos serviços públicos de atendimento, conforme as demandas específicas (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line). Isso leva a considerar que existem possibilidades de contribuição por parte do Serviço Social no Movimento da Economia Solidária. Aqui caberiam sugestões para estudos futuros para compreender melhor a forma que se dá esta atuação.

Com respeito às motivações destacadas pelas ITCPs SP para sua constituição, foi possível verificar os seguintes aspectos:

Alterar a lógica vigente de sociedade para um lugar com uma gestão coletiva, tanto do trabalho quanto de outras esferas de decisão pública.
 Articulação da extensão, pesquisa e ensino relacionados à Economia Solidária; atuação diante de demandas reais relacionadas a precarização do trabalhador e da qualidade de vida especialmente de populações em situação de pobreza.
 Compromisso com projetos de extensão de serviços à comunidade com caráter mais transformador da realidade.
 A vontade do grupo em institucionalizar suas atividades e ser reconhecido pela Universidade a fim de preservar a continuidade do trabalho desenvolvido foi o principal motivo para o surgimento da incubadora. (QUESTIONÁRIOS).

Destarte, é possível perceber que as ITCPs constituíram-se objetivando apresentar possibilidades para alterar a lógica capitalista vigente na sociedade, pela articulação do ensino, pesquisa e extensão, considerando as especificidades e os saberes construídos por todos os envolvidos, em consonância com os princípios da Economia Solidária.

Sobre as parcerias e articulações interorganizacionais instituídas, destacaram-se nas respostas das ITCPs SP: gestores públicos; laboratórios e grupos de pesquisa; ONGs; entidades de fomento; Cáritas Diocesana; Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas

Populares (PRONINC); entre outras. Estas parcerias se dão tanto de forma permanente (com identidade com o Movimento de Economia Solidária) quanto de forma estratégica (formadas a partir de interesses comuns) entre os envolvidos.

O discurso das ITCPs SP corrobora a importância de parcerias e articulações entre organizações diversas na atividade de incubação:

A formação de parcerias é [...] passo fundamental para início da incubação [...] Nossas parcerias com instituições e entidades, comprometidas com setores populares além do poder público, nos levaram ao encontro com demandas para o trabalho de assessoria a associações e cooperativas [...] as parcerias têm se concretizado com grupos que possuem conhecimentos e experiências capazes de se somarem aos da equipe da incubadora. Essa articulação para o desenvolvimento de atividades conjuntas tem potencializado ainda mais o grupo que se coloca também no papel de educador e/ou assessor (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 63-73, on-line).

Assim, percebe-se que as parcerias, nos diversos âmbitos, possuem papel significativo na geração de conhecimentos e contribuição para o trabalho das ITCPs SP; e também para a sustentabilidade da mesma e das iniciativas/empreendimentos por ela apoiadas.

Sobre o número de iniciativas incubadas atualmente, apresenta-se o gráfico 5:

Gráfico 5 - Número de Iniciativas Incubadas atualmente nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Estaduais do Estado de São Paulo

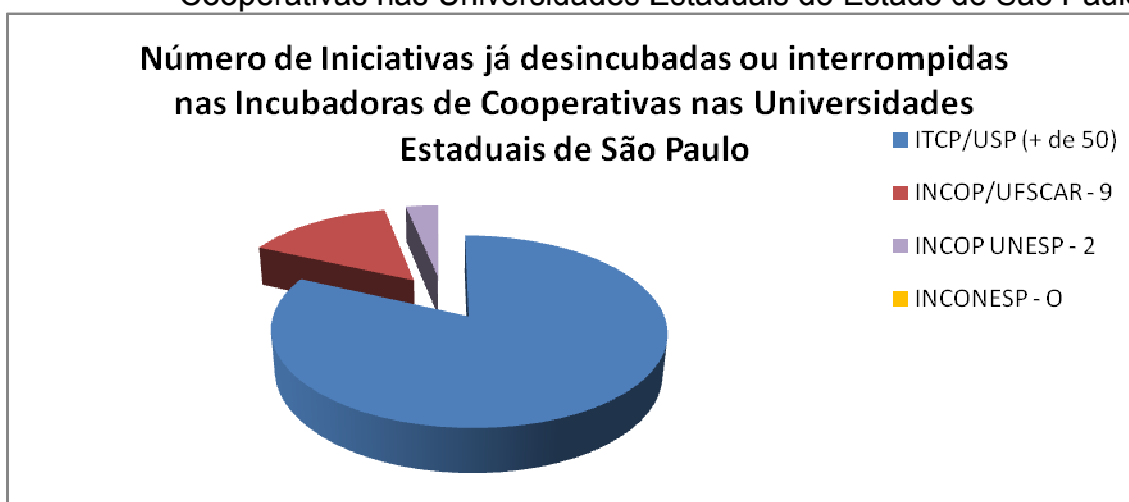


Fonte: Questionários da pesquisa.

Este gráfico demonstra que as ITCPs SP atuam com uma média de e a 9 iniciativas em cada uma (exceto UNICAMP, que não apresentou resposta à este item); o que demonstra uma média de atuação bastante balanceada entres as diversas incubadoras. Já no que se refere às iniciativas/empreendimentos já

desincubados ou interrompidos (Gráfico 6) destaca-se o trabalho da ITCP/USP, com mais de 50 iniciativas/empreendimentos nesta situação, que pode representar um processo de efetividade com que se realizam as atividades naquela incubadora – contudo, para afirmativas neste sentido, seria necessário um estudo de caso aprofundado e comparativo, que não cabe na presente pesquisa (mas pode-se registrar aqui como sugestão para estudos futuros).

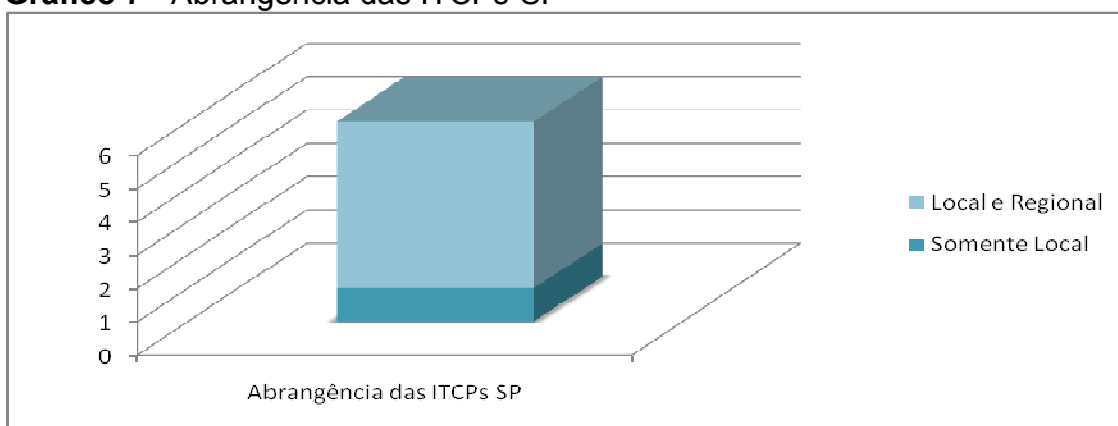
Gráfico 6 - Número de Iniciativas já desincubadas nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Estaduais do Estado de São Paulo



Fonte: Questionários da pesquisa.

Sobre a abrangência das ITCPs SP, apresenta-se o Gráfico 7, com os resultados do espectro de atuação.

Gráfico 7 - Abrangência das ITCPs-SP



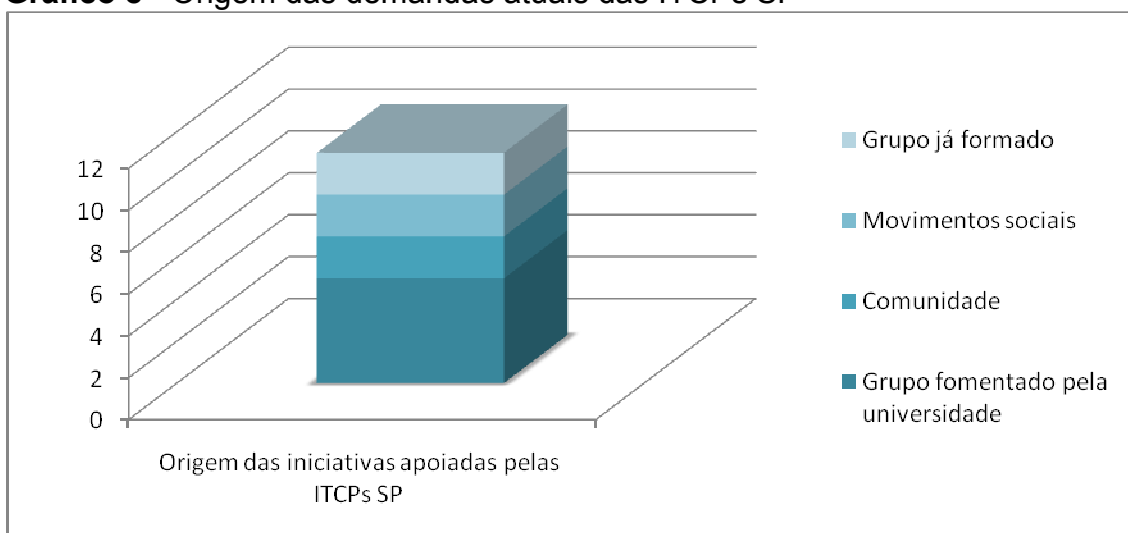
Fonte: Questionários da pesquisa.

Como apontado por uma das ITCPs em sua resposta, a abrangência está “[...] relacionada a estratégia atual de incubação de empreendimentos ou iniciativas”

(QUESTIONÁRIOS). E, assim, no caso das ITCPs-SP, a opção é pelo foco de ações e atividades no espaço local e regional.

Buscou-se também identificar a origem das demandas das ITCPs-SP, ao que foi possível construir o Gráfico 8 com o seguinte público-alvo:

Gráfico 8 - Origem das demandas atuais das ITCPs SP



Fonte: Questionários da pesquisa.

Este quadro revela que as origens das iniciativas/empreendimentos assessorados nas ITCPs SP está nos grupos fomentados pela universidade (maior número de citações); nos grupos já formados, nos movimentos sociais e na comunidade.

Buscou-se também identificar se atualmente as ITCPs SP selecionam algum tipo específico de cooperativa, para o que foi possível apreender que três das ITCPs SP fazem o seguinte tipo de seleção da demanda: a INCOP/UNESP trabalha com catadores de materiais recicláveis (definido pela demanda local); a ITCP/USP, que trabalha a partir da sensibilização do grupo (não previamente organizados); a ITCP/UNICAMP optou por trabalhar com grupos que existissem com uma identidade mínima, independente de sua organização formal, mas que tivessem alinhamento político e atuassem junto aos movimentos sociais (definido por deliberação própria). As outras duas ITCPs SP não selecionam nenhum tipo de cooperativa específico para sua atuação.

Assim, pode-se apreender que cada incubadora constrói, com características próprias, singulares e bem demarcadas o trabalho de formação e assessoria a iniciativas/empreendimentos da Economia Solidária.

2.2.2 O Processo de Gestão nas Incubadoras de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo

2.2.2.1 Sobre a Prática da Gestão/Coordenação nas ITCPs SP

A **ITCP/USP** é um Programa de Extensão da Universidade onde se utiliza uma gestão via coordenação colegiada, a qual delibera em conjunto sobre as decisões em reuniões gerais semanais pautadas por princípios da autogestão, por meio do consenso e com a participação aberta a todos os membros. Possui papéis diferenciados para seus membros, sendo que a coordenação, além do exercício da autogestão colegiada, exerce a representação institucional perante órgãos executivos da USP; assinatura de termos, ofícios e outros documentos institucionais; orientação para assuntos estratégicos, pedagógicos e de produção de conhecimento.

Nesta atuação, a coordenação da ITCP/USP se depara e destaca as seguintes dificuldades:

[...] um diálogo fecundo com as áreas mais aptas a prestarem auxílio nas dificuldades dos empreendimentos, como nas questões legais, administrativas contábeis, ou na construção de tecnologia adequada aos diversos tipos de processos produtivos que fazem parte de nossa experiência nos empreendimentos. [...] Muitas vezes aparecemos, aos olhos de nossos colegas da universidade, como militantes de uma causa utópica, de uma ação sem futuro. Diálogo com a universidade é importante e desejável, mas também, se possível, com atores de outros movimentos presentes na comunidade de modo a não isolar a ação da ITCP [...] Temos grande dificuldade em nos organizar para lutar por pautas comuns a outros grupos de extensão aumentando, conseqüentemente, certo isolamento quanto às demandas e pautas presentes na universidade (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 17-21, on-line).

A **INCOOP/UFSCar** é também um Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão no campo da Economia Solidária, que atua com instancias de gestão em diversos níveis: coordenação colegiada, comissões permanentes (infraestrutura, acolhimento, gestão de projetos e captação de recursos) e comissões temporárias (criada para

uma situação específica) – que juntos compõe o “coletivo” do programa que se reúne semanalmente para decisões e deliberações:

Dentro dos fóruns de discussão e deliberação como reuniões e assembléias, busca-se sempre tomar decisões por consenso. Este esforço tem o intuito de aprofundar a discussão até que se chegue a uma decisão que seja entendida como a melhor para o coletivo como um todo (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p.123, on-line).

O papel de cada instancia de gestão é assim apresentado pela INCOOP/USFCAR:

- i. **Coordenação colegiada:** faz a relação institucional com a UFSCar que é formada por seis professores de diversos Centros;
- ii. **Comissões permanentes:** são instâncias de gestão dos recursos internos da INCOOP operacionalizadas por coordenadores executivos (profissionais de nível superior contratados por meio de recursos de editais);
- iii. **Comissões temporárias:** criada diante de uma demanda específica relacionada a gestão interna da INCOOP e operacionalizada pelos coordenadores executivos;
- iv. **Reuniões gerais:** reuniões semanais com caráter deliberativo, a partir do consenso, de questões operacionais e estratégicas com a participação de todos e todas os membros da INCOOP (Dados da pesquisa; SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line, grifo nosso).

Sobre dificuldades relativas aos aspectos de gestão, a INCOOP/UFSCar destaca os seguintes aspectos:

[...] graus distintos de disponibilidade dos docentes integrantes da coordenação acarretando em sobrecarga de atividades relacionadas, o exercício de atividades simultâneas aos seus papéis na INCOOP em centros, departamentos e programas de pós graduação, de ensino, pesquisa, extensão e administração; baixa motivação relacionada a sobrecarga de atividades e principalmente a desvalorização, dentro da universidade e dos órgão de fomento, relacionadas as atividades de extensão – motivo pelo qual docentes se dedicam mais a pesquisas ditas avançadas pois, os recursos e reconhecimento são maiores (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da pesquisa).

Existe ainda uma dificuldade relativa ao acompanhamento das decisões, sua avaliação e prazos, referida como a “[...] separação entre quem planeja, modera e monitora, além de uma dificuldade de monitoramento das decisões tomadas”; “[...] Em certo momento foi feito um acordo de que todos os pontos de pauta para ser fechados precisam ter responsáveis e prazos definidos, mas devido a urgências, entre outras situações, nem sempre isso acontece”; e além disso, é citado também:

“Identificamos problemas de processamento de conflitos interpessoais: como se explicitam e quais os procedimentos para resolver os conflitos?” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p.123, on-line).

A **ITCP/UNICAMP** é um programa de extensão reconhecido recentemente pela universidade, gerido por uma Coordenação Executiva (CE), composta por 2 integrantes formadores (autodenominação utilizada pelos integrantes da ITCP/UNICAMP), que cumprem tarefas de representação – externas e internas à UNICAMP –, de organização e, muitas vezes, de execução de todo o trabalho burocrático da incubadora.

A ITCP/UNICAMP possui as seguintes instâncias em sua organização interna: Coletivo (instância máxima de nossa organização - ocorre quinzenalmente); coordenação Geral (composta por um coordenador de cada equipe); três equipes de trabalho (que realizam a incubação) nas cadeias de agricultura, resíduos sólidos e construção civil; Grupos de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária (GEPES) (em sete áreas do conhecimento: Processo Pedagógico, Planejamento Econômico, Saúde do Trabalhador, Dinâmica das Relações Humanas, Comunicação e Artes, Produção e Tecnologia e Gênero); Pesquisadores (que fazem ou fizeram parte do coletivo de formadores e realizam ou realizaram pesquisa acadêmica em temas relacionados ao nosso trabalho, estudam temas relativos à pesquisa-ação e são responsáveis por encaminhar as demandas relacionadas à projetos acadêmicos que chegam para a ITCP ou EES incubados) e Grupos de Trabalho (GTs) para resolver questões mais específicas do coletivo (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 174, on-line).

A ITCP/UNICAMP não apontou as dificuldades de atuação da coordenação.

Já a **INCOP/UNESP** (Assis) além de ser um projeto de extensão, constitui também um Núcleo de Estágio Profissionalizante do Curso de Psicologia (a INCOP/UNESP (que teve, inclusive, seu surgimento a partir das atividades desse núcleo). A INCOP/UNESP possui dois coordenadores que se fazem presentes no cotidiano das atividades, tanto acompanhando os trabalhos de campo, quanto às pautas administrativas.

O papel dos coordenadores é o de articulador do processo, especialmente no sentido de garantir a continuidade das atividades, projetos e convênios em andamento – devido à rotatividade dos membros da INCOP/UNESP. Aos coordenadores cabe a função de representar a Universidade junto à comunidade e instituições com as quais se relaciona no processo de incubação, bem como

responder pela Incubadora perante a Universidade; e, mais especificamente, à Direção do Campus e à Pró-Reitoria de Extensão.

Sobre o modo de gestão das incubadoras, a INCOP/UNESP aponta:

[...] a despeito das peculiaridades de cada Incubadora, o modo de gestão deve ser um processo em permanente construção, pois ele depende, entre outros aspectos, da composição da equipe, seu grau de apropriação dos processos e disponibilidade para assumir responsabilidades (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

Nesta atuação, a coordenação da INCOP/UNESP se depara e destaca as seguintes dificuldades para exercer seu papel:

[...] muitas horas de trabalho dedicadas à extensão, nem sempre reconhecidas pela academia como deveria. O exercício permanente para consolidar uma gestão democrática, com muita autonomia a todos os membros (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

Na **INCONESP** é um Programa de Extensão onde todos os membros atuam como coordenadores e a participação de todos nesse processo é de extrema importância. Todos os integrantes participam das atividades de organização das ações, instituição de metas, construção da metodologia e decisões – enfim, “[...] são eles que estruturam e discutem todo o trabalho desenvolvido pela incubadora, juntamente com os coletivos incubados” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa). Os participantes atuam divididos em subgrupos e atuam em projetos específicos, para condução dos trabalhos; mas decisões e resultados são compartilhados com a totalidade dos membros.

Nesta atuação, a INCONESP destaca como dificuldades vivenciadas: “O grande número de responsabilidades; tempo de dedicação necessário (todos os coordenadores são estudantes) e a constante necessidade de aprimoração técnica.” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da pesquisa).

2.2.2.2 Sobre a Diversificação Técnica Necessária para Exercer o Apoio, Assistência e Assessoria Técnica nas ITCPs SP

A **ITCP/USP** destaca como o conhecimento mais importante, no seu âmbito de atuação a gestão coletiva e resolução de conflitos; mas considera imprescindível

também o conhecimento de ferramentas de gestão, contabilidade, jurídico, entre outros.

A **INCOOP/UFSCar** aponta a necessidade de “[...] uma diversidade de olhares e saberes, sendo o ponto em comum o trabalho com economia solidária e com os empreendimentos”; e “[...] sem uma visão de articulação entre os diversos saberes terá dificuldades no trabalho [...]” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p.124, on-line); e, desta forma, atua com pesquisadores, assessores e educadores de diversas áreas do conhecimento e que suas ações são permanentemente sistematizadas (nas reuniões semanais) de forma a socializar o conhecimento entre os membros de equipes. Salienta ainda que as demandas internas por formação ou conhecimentos específicos são facilmente identificáveis. E, uma vez que não haja profissional apto para alguma atividade, a INCOOP/UFSCar utiliza o apoio de laboratórios associados ou parceiros de outras instituições e/ou ITCPs (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

Contudo, como observa a INCOOP/UFSCar, a ausência da diversificação técnica não inviabiliza o processo de incubação:

[...] para a INCOOP, a diversificação técnica entendida como a necessidade de alguns profissionais especialistas para assessorar no processo de incubação não é um pressuposto para a constituição de uma equipe para este fim. Entendemos que qualquer pessoa, formado em qualquer área de conhecimento pode assessorar qualquer etapa do processo de incubação desde que os espaços de intercâmbio sejam claros assim como a constituição de uma rede informações esteja consolidada tanto internamente a universidade quanto externamente. Assim, partimos do pressuposto de que o perfil das pessoas que assessoram interfere sucesso do processo de incubação e não a sua área de formação (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

A **INCOP/UNESP** destaca como áreas de conhecimento importante para o desenvolver das atividades as “[...] ciências humanas: psicólogo ou assistente social; ciências contábeis; administração; economia; direito, entre outras” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa). A INCOP/UNESP contou desde seu início com a participação da área de psicologia da UNESP e atualmente iniciou a diversificação de áreas de conhecimento, com a contratação de técnicos/estagiários pertencentes às áreas de direito, contábeis e comunicação e até mesmo ex-estagiários, agora graduados no curso de psicologia para incorporarem a equipe técnica da incubadora (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line).

A **INCONESP** considera que a diversificação técnica necessária para realizar suas atividades é muito ampla e específica – considerando o foco nas iniciativas/empreendimentos coletivos e destaca:

Conhecimento em finanças e administração voltadas para a área de empreendimentos coletivos; Direito; conhecimento técnico em agronomia; Serviço Social para o trabalho social com os trabalhadores visto que a maioria são pessoas com uma renda muito baixa a baixa; Tecnologia, com o intuito de adaptar as tecnologias já existentes ao cotidiano e necessidade dos empreendimentos; Educação Popular, para desenvolver ações socioeducativas sobre temáticas diversas, incluso economia solidária (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

2.2.2.3 Sobre Capacitação/Formação dos Integrantes das ITCPs SP

O questionamento aqui realizado teve sentido de verificar como se dá, na prática, a socialização das metodologias voltadas para assessoria técnica às iniciativas/empreendimentos da economia solidária e como se as bases teóricas utilizadas encontram-se na literatura, nos movimentos sociais, no exemplo de outros programas ou em ambas as bases.

Na **ITCP/USP** o corpo técnico é capacitado inicialmente por um Curso de Introdução à Economia Solidária e ao ingressar de fato na incubadora, começa as atividades acompanhado por um integrante mais antigo da ITCP; de forma a apreender os processos de incubação. Além disso, todo o trabalho é amparado pelo Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Multidisciplinar (GEPEM) que se reúne semanalmente e, de maneira coletiva, auxilia o andamento do processo dos trabalhos e decidem como devem ser trabalhados os próximos pontos (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

Para essa capacitação a ITCP/USP baseia-se na literatura; utilizando uma apostila revista em todos os processos de entrada de novos formadores que abrangem vários autores e, inclusive, textos produzidos pela própria incubadora. Dentre os autores, a ITCP/USP inclui: Paul Singer, Paulo Freire e Pierre Clastres. Tem referencias também nos Movimento da Economia Solidária e no exemplo de outros programas e referencias dos encontros de formadores e rede de incubadoras.

A socialização do conhecimento entre o corpo técnico é realizada na ITCP/USP por formações coletivas que ocorrem nas sextas-feiras (espaço em que

todos os integrantes devem participar), no GEPEM, e nas “duplas de velhos e novos” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

A **ITCP/UNICAMP** destaca a capacitação por meio da “[...] oficinas, tanto nas equipes, quanto nos GEPEs, o que faz com que as diversas áreas do conhecimento se entrecruzem e que as mesmas tragam diversos olhares”. Afirma ser necessário, neste contexto, “[...] uma sensibilidade grande da parte dos educadores e uma auto-avaliação permanente, para que a metodologia não seja encarada como um guia ou uma cartilha a se aplicar nos grupos [...]” e que “[...] as diversas áreas do conhecimento se entrecruzem e que as mesmas tragam diversos olhares” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 175, on-line):

Sobre a valorização dos diferentes saberes na prática da incubação, a ITCP/UNICAMP destaca:

[...] a própria experiência de incubação seguida da avaliação do trabalho tem permitido o reconhecimento desses saberes e linguagens, normalmente vinculados à experiência prática das cooperadas e à sua lógica de mundo. Nesse aspecto em especial, consideramos importante, como formadores, desenvolver a sensibilidade de acolher esses saberes e articulá-los de acordo com a metodologia da autogestão para que o conhecimento das cooperadas, somado ao dos formadores, se traduza na auto-organização do empreendimento (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 175, on-line).

A ITCP/UNICAMP utiliza referências diversas – e não destacou especificamente nenhuma leitura nas atividades de capacitação.

A **INCOOP/UFSCar** considera a capacitação é um processo emancipatório/educativo tanto do grupo incubado quanto dos assessores; e se realiza por meio da práxis permanente com indução ao questionamento, desconstrução da realidade e reconstrução de novas práticas e pensamentos.

Nesta perspectiva, a principal estratégia do método de incubação de empreendimentos solidários praticado pela INCOOP/UFSCar é do treinamento em serviço, ou seja, do “aprender fazendo”; a partir das demandas apresentadas pelos atores sociais, sensibilizando-os e organizando-os para as práticas cooperativas e para economia solidária enquanto uma alternativa às relações sociais de produção hegemônicas. Além disso, a incubadora adota o planejamento participativo comunitário com vistas à autogestão, em que a dicotomia saber popular/saber erudito é rompida, horizontalizando as relações e possibilitando a socialização dos conhecimentos (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da pesquisa).

A INCOOP/UFSCar utiliza como referencias para a capacitação uma vasta biblioteca que se encontra em constante renovação. Além disso, são realizadas oficinas diversas e tentativas de constituir grupos de estudos para a leitura de novos autores e autores consolidados. Paul Singer é o autor indicado como porta de entrada para a leitura em Economia Solidária, uma vez que os integrantes consideram que não há apenas uma leitura específica a ser indicada, mas várias onde a diversidade de fundamentos de teorias é o princípio para o debate e a prática. Também se baseia no movimento dos catadores de materiais recicláveis e no Programa de Aquisição de Alimentos é referência indicada sempre que pretendemos debater as compras públicas para a Economia Solidária (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da pesquisa).

Neste âmbito, as justificativas para a capacitação destacadas pela INCOOP/UFSCar contemplam: a formação das pessoas envolvidas durante a prática; a sistematização, produção e socialização do conhecimento produzido permanentemente, a avaliação e revisão constante das práticas.

A **INCOP/UNESP** destaca que a capacitação contempla a realização de grupos de estudos, oficinas e outros eventos acadêmicos ou não. Além disso, “[...] os membros são desafiados a exercitarem, no cotidiano, a adaptação dos conhecimentos adquiridos na academia, bem como a construir novos conhecimentos, junto aos grupos populares” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

Sob o prisma técnico a INCOP/UNESP, aponta para duas direções:

[...] 1ª. atendimento das demandas apresentadas pelos grupos (desde aspectos administrativos, legais, contábeis, grupais, políticos, etc);
2ª. preparação de profissionais eticamente comprometidos para atuarem em contextos que contribuam para a transformação da realidade brasileira.
Sob a perspectiva social, a responsabilidade da universidade em alterar sua produção de conhecimentos, contemplando as camadas populares, excluídas do acesso ao conhecimento, bem como o convencimento de que sendo esses trabalhadores sujeitos de direitos, contribuir para potencializá-los, além da oportunidade de geração de trabalho e renda (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da pesquisa).

A INCOP/UNESP baseia essa capacitação do seu corpo técnico em leituras como “Filosofia da Práxis” de Adolfo Vásquez; “Pesquisa Participante” de Carlos Brandão; “Psicologia Sócio-Histórica” de Ana M. B. Bock (Org.); “Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas” de Paul Singer; “Introdução à Economia

Solidária” de Paul Singer, entre tantos outros. Além disso, consideras os movimentos sociais como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Movimento dos Sem Terra (MST), entre outros (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

A socialização do conhecimento gerado na INCOP/UNESP é realizado via discussões sobre os processos de incubação em andamento e por meio de oficinas realizadas pelos participantes.

A **INCONESP**, ao abordar a capacitação, destaca a falta de tempo para os integrantes se capacitarem/elaborarem capacitação em todas as áreas do conhecimento necessárias ao processo de incubação.

Assim, as capacitações em que os seus integrantes participam são, em geral, promovidas por outras incubadoras mais antigas e solidificadas. O conteúdo das mesmas envolve os aspectos mais gerais da Economia Solidária e a importância da interlocução com as diversas áreas de conhecimento no intuito de garantir a qualidade das ações desenvolvidas. Além disso, destaca o conhecimento desenvolvido/socializado na participação em eventos; congressos que tratam de temáticas que interessam ao trabalho dos coordenadores e para a Economia Solidária; como: educação popular; direito Cooperativista; tecnologia social, políticas públicas, entre outros.

A capacitação para a INCONESP se justifica pela contribuição ao fomento das iniciativas/empreendimentos coletivos geridos por trabalhadores para geração de trabalho e renda; qualificação técnica de trabalhadores; valorização do saber e cultura popular, via fomento da produção de artigos que caracterizam tais aspectos, tais como: doces regionais; artesanatos, etc. Além disso, o desenvolvimento de ações sócio-educativas que visam à desmistificação da sociabilidade vigente e a organização política dos trabalhadores em prol de seus direitos (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

A INCONESP destaca a utilização dos seguintes referenciais como base para capacitação do seu corpo técnico: “Introdução a Economia Solidária” de Paul Singer; Textos de Eduardo Mance; Renato Dagnino e Boaventura Souza Santos; além de contemplar material produzido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; e publicações das Incubadoras: USP; UNICAMP; Universidade Federal do Paraná (UFPR); Paulo

Freire. Utiliza como referência também o MST e o Movimento da Economia Solidária (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

A socialização do conhecimento gerado na INCONESP é realizado através de oficinas em grupo; relatos de vivência e diário de campo.

Neste item, os questionários contemplaram a existência de um processo educativo permanente da equipe das ITCPs SP, o que demonstra a existências e permanente atualização e construção de conhecimentos, considerando bases teóricas tanto na literatura, nos movimentos sociais e no exemplo de outros programas, construindo um processo permanente de capacitação.

2.2.2.4 Sobre as Principais Preocupações/Desafios Técnicos para a Equipe de Apoio, Assistência e Assessoria Técnica das ITCPs SP

A **ITCP/USP** aponta como principal preocupação/desafio técnico para sua atuação a dificuldade de orientar no sentido de proporcionar a viabilidade econômica das iniciativas/empreendimentos assessorados. Essa pode ser uma dificuldade relacionada a opção de não manter um mesmo método de incubação para todos os grupos (em geral as metodologias são desenvolvidas a partir da atuação da equipe com base no que já foi realizado pelos formadores mais antigos).

A **INCOOP/UFSCar** aponta como preocupação técnica para a equipe a própria formação para o trabalho coletivo baseados na autogestão; que é o tema principal em qualquer atividade relacionada a Economia Solidária, e a sua apreensão de que, o entendimento e prática da mesma em curto prazo é de difícil aplicação (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

É verificada também uma dificuldade frente a articulação entre os membros da INCOOP/UFSCar:

Um dos princípios que orientam essa forma de ação é a tentativa de articular os conhecimentos entre os membros da incubadora, mesmo que originalmente fragmentados, o que é uma dificuldade, devido tanto ao volume de informações e trabalho, quanto ao número de membros envolvidos na INCOOP UFSCar (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 124, on-line).

Além disso, outra dificuldade apontada é a rotatividade dos membros da própria incubadora, o que dificulta a constituição de um “[...] núcleo durável com dedicação integral e estável” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 134, on-line).

A rotatividade dentro da incubadora é uma das maiores dificuldades para a continuidade e para a amplificação do potencial das ações. A enorme diversidade de atribuições e tarefas que os membros precisam saber para que a incubadora se mantenha leva à dificuldade de inserção de novos membros, que levam meses ou anos para compreender, em um nível significativo, a complexidade da atuação dentro dela (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 124, on-line).

A assiduidade na participação das reuniões da incubadora também é dificultador para a operacionalização das decisões; além das “reuniões inchadas” com assuntos emergenciais, cuja resolução depende de um posicionamento coletivo (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 125, on-line).

Frente a isso, a incubadora já demonstra direcionamento de esforços, no sentido de trabalhar as dificuldades verificadas, num processo de aprendizagem conjunta e constante.

A **ITCP/UNICAMP** não apresentou resposta com relação às suas preocupações atuais neste item do questionário, mas pode-se verificar (nos documentos de sistematização) relatos acerca de problemas com a diferenciação na carga horária dos formadores e mudanças na estrutura da coordenação.

A **INCOP/UNESP** aponta preocupações relativas a manter uma equipe transdisciplinar qualificada na Incubadora (considerando que a entrada e saída de membros da Incubadora ocorrem permanentemente, de acordo com a conclusão da graduação ou término de projeto); contribuir para a qualificação efetiva dos membros dos empreendimentos para manterem uma gestão democrática e transparente da iniciativa/empreendimento incubado.

A **INCONESP** destaca preocupações com a Metodologia de trabalho e Conteúdo programático preservando as particularidades e necessidades de cada coletivo.

2.2.2.5 Sobre as Discussões Acerca dos Movimentos Sociais nas ITCPs

A **ITCP/USP** aponta que as interações realizadas pela equipe técnica da incubadora contemplam discussões acerca dos movimentos sociais, principalmente na participação ativa dos fóruns do movimento de economia solidária.

A **INCOOP/UFSCar** destaca a Economia Solidária como um movimento social que compreende espaços de debates e reivindicações na interação entre os atores sociais que a vivenciam; e, aponta que a INCOOP/UFSCar, como um destes atores, participa ativamente dos seus espaços (fóruns, conferências, encontros, redes, etc.) depois de debate interno em encontros periódicos e semanais.

A **ITCP/UNICAMP** aponta uma relação cada vez mais orgânica com os movimentos sociais, envolvendo-se com profundidade:

[...] participamos, juntamente com outros estudantes da universidade, de algumas atividades na Unicamp, que denunciavam o mau uso dos espaços públicos. Divulgamos em nosso site os vídeos, feitos pelos estudantes, denunciando as péssimas condições dos trabalhadores terceirizados na Unicamp e, nessas ocasiões, os MS sempre estiveram presentes, trazendo para dentro da Universidade extremamente elitizada, um pouco de sua força, de sua mística, suas bandeiras e cores (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 170, on-line).

Essa convivência, segundo a ITCP/UNICAMP, proporciona uma melhora compreensão da realidade dos movimentos sociais, e, desta forma, verifica-se a possibilidade de novos projetos relacionados à organização produtiva dos trabalhadores se iniciam.

A **INCOP/UNESP** aponta que o trabalho da equipe sempre leva em conta a luta dos movimentos sociais, inclusive contribuindo para sua organização:

[...] não apenas discute, mas contribui para sua organização, como é o caso da assessoria que presta ao Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista. Mais recentemente, passou a apoiar a organização de trabalhadores na luta pela terra, em parceria com a Pastoral da Terra. Paralelamente, sempre defendeu e promoveu a participação de representantes desses movimentos em eventos promovidos pela Rede Universitária de Incubadoras, entre outros (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da pesquisa).

Na **INCONESP** as discussões acerca dos Movimentos Sociais também são consideradas, visando à interação com tais movimentos e a discussão do

posicionamento político da equipe em relação à proposta dos movimentos colocados em pauta.

2.2.2.6 Sobre as Discussões Acerca de um Modo de Produção Alternativo ao Capitalista

A **ITCP/USP** realiza discussões acerca do Modo de Produção em um Grupo de Estudos sobre Marx.

A **INCOOP/UFSCar** afirma que a base fundamental das discussões sobre Economia Solidária está relacionada a autogestão e assim, à posse dos meios de produção coletiva pelos trabalhadores. Dessa forma, em todas as reuniões, encontros, oficinas de formação e outros encontros, este debate é feito de maneira a construir o conceito em conjunto com o grupo incubado – entendendo que há um processo de transição para a autogestão e não a imposição de um outro modelo.

A **ITCP/UNICAMP** é destaca a opção de uma organização interna da incubadora que tem como horizonte trabalhar junto aos movimentos sociais que fazem lutas e questionam através da ação, a propriedade privada e o controle privado dos meios de produção (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line)

A **INCOP/UNESP** relata que todo o trabalho da equipe e, conseqüentemente, as interações, prática ou da reflexão que realizam são atravessadas pela crítica ao modo de produção capitalista e seu processo de subjetivação.

A **INCONESP** aponta essa consideração, realizada de maneira a identificar os impactos e potencialidades de tais modelos alternativos e/ou novos na sociedade como um todo e qual a probabilidade de inserção na realidade em que a incubadora desenvolve suas ações.

2.2.2.7 Sobre a Preocupação das ITCPs SP em se Criar uma Nova Subjetividade

A **ITCP/USP** destaca que o foco no trabalho coletivo constrói novas subjetividades, novas formas de se empoderar da vida, tanto individual quanto coletivamente, em sociedade. Isso se dá em formações com os incubados com, principalmente, dinâmicas utilizando outras linguagens artísticas. Além disso, o próprio trabalho coletivo em si já trabalha outras subjetividades.

O esforço da ITCP para fundamentar uma prática emancipatória parte da idéia de que todo processo educativo precisa estar assentado no conhecimento dos educandos, da realidade em que vivem e como a vivem. A construção desse conhecimento possui sentido duplo: conhecer os sujeitos com os quais trabalhamos e reconhecer que os sujeitos são portadores de conhecimentos que nós não possuímos. Assim, é possível estabelecer o princípio da pedagogia dialógica, ou seja, aquela que coloca o diálogo (a troca) como o centro do processo educativo, marcando as relações entre educador e educandos (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 5, on-line).

A **INCOOP/ UFSCar** aponta que o método de incubação sempre favorece uma nova subjetividade; uma vez que a atuação dos trabalhadores e assessores em diversos âmbitos não apenas no ambiente de trabalho como algo desligado da vida cotidiana, onde é possível se ter um comportamento aceitável diferente da vida fora do trabalho. A Economia Solidária permeia a vida das pessoas por isso o agir socialmente deve ser baseado em princípios comuns.

A **ITCP/UNICAMP** trouxe a consideração da construção de uma nova subjetividade já em 2005, na produção do documento denominado “Consenso de Jaguariúna” (produzido pelo coletivo), onde aponta:

[...] entendemos que a tarefa colocada aos militantes da Economia Solidária deve ser maior do que buscar a geração de trabalho e renda a uma parcela excluída da sociedade; deve acima de tudo contribuir com a transformação social, pois somente a transformação social e o fim do capitalismo poderão incluir de forma definitiva todos aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Assim, o trabalho de formação política deve ser entendido como um princípio a ser seguido [...] (Consenso de Jaguariúna, 2005 apud SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 166, on-line).

A **INOCOP UNESP** aponta que busca potencializar os cooperados como sujeito, contribuindo para que compreendam os vários determinantes da realidade social. Essa leitura mais crítica acerca da realidade, paralelamente às alterações concretas nessa mesma realidade, como a posse dos meios e bens de produção, vão possibilitando mudar o lugar que ocupam na sociedade e a imagem que têm de si mesmos.

Neste sentido, segundo a INOCOP/UNESP, assessorá-los “[...] é produzir com eles um saber que se inscreve no social e que se desdobra em outros saberes, em outros processos de subjetivação, e no estabelecimento de outras relações sociais” (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, p. 59, on-line).

A **INCONESP** destaca uma preocupação em desmistificar para os trabalhadores a sociabilidade capitalista, sua base e a importância da organização

coletiva/política dos mesmos. Isso se realiza por meio de discussões que traz aspectos da realidade cotidiana e corriqueira dos mesmos abordando os aspectos a serem desmistificados, por exemplo, terceirização; reestruturação produtiva; questão de gênero; preconceitos. Destaca ainda que a pretensão é de aportar aspectos para reflexão e discussão e não verdades absolutas e acabadas.

Essas percepções apresentadas demonstram e afirmam a intenção de construção, por parte das ITCPs SP, um processo que promova a construção coletiva de conhecimentos e de novas práticas sociais, pela participação – considerando, principalmente, a emancipação dos sujeitos - dos trabalhadores e trabalhadoras das iniciativas/empreendimentos atendidos.

2.2.2.8 Sobre a Preocupação das ITCPs SP com a Valorização Social, Cultural Política, Ambiental e Econômica da Economia Solidária

Todas as ITCPs SP consideram este aspecto, principalmente porque o debate contínuo e permanente sobre os fundamentos, teorias, conceitos e práticas sobre os princípios da Economia Solidária permeiam todas as atividades das incubadoras; e, assim, a valorização social, cultural, política, ambiental e econômica da Economia Solidária é feita permanentemente.

Isso reafirma, junto às ITCPs SP, o papel que a Economia Solidária tem na sociedade, de considerar a aproximação entre o saber acadêmico e o saber popular, e a construção de uma relação dialógica de aprendizado entre os atores; além da consideração das dimensões do desenvolvimento ambiental, econômico, político, social e cultural neste contexto.

2.2.2.9 Sobre o Monitoramento e Avaliação da intervenção Realizada pelas ITCPs SP

A **ITCP/USP** aponta que utiliza avaliações semanais com o relato nos grupos de ensino, pesquisa e extensão multidisciplinar, das ações realizadas na semana anterior pelas duplas. Neste processo se avalia o andamento do projeto bem como são traçadas novas diretrizes. Não foram destacadas informações quanto à utilização de indicadores.

A **INCOOP/UFSCar** destaca que o monitoramento e avaliações são feitos continuamente considerando os avanços, limites e obstáculos de cada etapa ou

situação vivida no processo de incubação. As informações ou indicadores considerados durante o período de monitoramento e avaliação estão relacionados aos resultados esperados com a ação desenvolvida. Os resultados são levantados identificando variáveis relacionadas a estratégia adotada, condições necessárias e recursos utilizados avaliando inclusive o método para adaptá-lo a realidade do grupo e não adaptar o grupo incubado ao método proposto. Por exemplo:

Apresentar economia solidária como possibilidade de organização para geração de trabalho e renda e a Incoop e sua proposta de trabalho espera-se que a população em potencial seja esclarecida quanto às características de empreendimentos no âmbito da economia solidária, princípios do cooperativismo e da economia solidária, alternativas para geração de trabalho coletivo e renda, forma e condições de trabalho da INCOOP, capaz de se apropriar da linguagem e dos conceitos no campo da Economia Solidária e de realizar escolhas livres e esclarecidas relacionadas à adesão à proposta cooperativista, bem como de participar da busca de recursos para viabilizar o atendimento da Incoop, por meio de captação de recursos (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line; Dados da Pesquisa).

Quanto a **ITCP/UNICAP**, os relatos dão conta de um processo de auto-avaliação permanente, com vistas a compreensão de que a metodologia não deve ser encarada como um guia ou uma cartilha a ser aplicadas nos grupos, uma vez que durante o processo de incubação, são elaboradas muitas oficinas, tanto nas equipes, quanto nos GEPES (Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária, o que faz com que as diversas áreas do conhecimento se entrecruzem e que as mesmas tragam diversos olhares (SISTEMATIZAÇÃO..., 2011, on-line).

A **INOCOP/UNESP** aponta discussões semanais sobre o cotidiano de trabalho da equipe e as conquistas e desafios enfrentados pelos grupos assessorados que permitem, em certa medida, um monitoramento das intervenções. Destaca ainda a construção, pela equipe da incubadora, do instrumento “critérios e indicadores” para realizar o acompanhamento do desenvolvimento dos grupos. Sua aplicação ainda será realidade e se dará de forma coletiva e participativa, envolvendo membros da INCOP e dos empreendimentos. O período de coleta não é determinado e os resultados deverão subsidiar as definições de estratégias a serem adotadas no trabalho junto ao empreendimento, bem como para repactuar o processo de assessoria entre as partes (universidade e empreendimento).

Na **INCONESP** aponta que realiza avaliação relativa a metodologia, resultados e impactos: utiliza-se verificar quais as ações do cronograma foram executadas; o impacto das mesmas e as metas atingidas. Essas informações são

levantadas ao final de cada semestre (Julho e Dezembro). Além disso, cada subgrupo de trabalho realiza um monitoramento e avaliação constante em suas ações e tais dados são sistematizados e apresentados a incubadora toda nos meses supracitados. Essas avaliações representam um aumento da participação dos coletivos nas discussões; proporcionam verificar falhas metodológicas; o apoderamento, por parte dos coletivos, de direitos sociais; as necessidades dos coletivos; desempenho produtivo dos coletivos e satisfação (dos coletivos) nas ações desenvolvidas pela incubadora. Não foram apontadas as ferramentas para este processo.

Estas constatações da pesquisa referente à avaliação dos objetivos ITCPs SP corroboram as afirmações apresentadas no referencial teórico de que, em geral, o processo de avaliação não se apresenta explicitado de forma sistematizada, o que pode-se apresentar como sugestão de estudos neste contexto. exige estudos aprofundado destacam-se os seguintes eixos que impulsionam as discussões acerca da metodologia de incubação:

Neste ponto, apresentados os resultados da pesquisa empírica, parte-se para as considerações finais, constituindo uma análise global de forma a responder aos objetivos propostos ao início da presente tese e concretização de suas conclusões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Janela sobre a utopia

*[...] me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte se afasta dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar.
(Eduardo Galeano, As palavras andantes)*

Este espaço destina-se às considerações finais e conclusões decorrentes da pesquisa e análise apresentadas ao longo do presente trabalho. Busca-se, finalmente, responder à problemática enunciada no início da tese, assim definida, com base na pesquisa teórico-empírica: **Como se realizam as atividades de apoio, assistência e assessoria técnica nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo?**

Com base no que foi realizado até aqui, as considerações que se seguem procuram responder a essa questão principal e atender aos objetivos da pesquisa, consolidando-os; além validar os pressupostos apresentados.

Os Capítulos 1 e 2 responderam aos objetivos específicos.

Para **contextualizar a Economia Solidária no Brasil e o papel das Incubadoras Universitárias de Cooperativas** no contexto contemporâneo foi constituído o Capítulo 1, que trouxe o **Referencial Teórico**.

O Referencial Teórico identificou, inicialmente, junto à literatura especializada, elementos de contextualização e da problematização da pesquisa; com os referenciais antecedentes da Economia Solidária, delineando o percurso histórico de constituição do Modo de Produção Capitalista e a ordem econômica do capitalismo nas últimas décadas.

Estas referências desvelaram sucintamente o quadro de precarização do Mundo do Trabalho e suas repercussões, indicando necessidades de combate aos seus reflexos, como desemprego e exclusão neste contexto.

Depois, adentrando no tema específico proposto para a presente tese, abordou-se a Economia Solidária e seus fundamentos, sua contextualização histórica; as suas perspectivas de contribuição na atual conjuntura econômica e social enquanto proposta que surge frente à emergência da superação do capitalismo, com alternativas concretas e emancipatórias, de um Modo de Produção que resgata a cooperação e autogestão; com sentido de transformação para os

trabalhadores - e que pretende a não exploração da força de trabalho da mesma forma como no capitalismo.

Apreende-se aqui a Economia Solidária enquanto proposta de projeto econômico e societário a ser construído em ampla escala (como apresentada por Singer); mas que apresenta amplos desafios, impostos à sua atual constituição enquanto tentativa de ruptura ou transformação, na busca pela introdução de outro conjunto de valores em substituição à lógica capitalista instaurada, e de fazer frente aos seus principais reflexos na sociedade contemporânea.

Por fim, foram abordadas as Incubadoras Universitárias de Cooperativas na Economia Solidária; apresentando-as enquanto instrumento da Economia Solidária, que busca apoiar a consolidação de iniciativas econômicas fundamentadas nos princípios da autogestão, com um processo pedagógico orientado pelas trocas entre o “saber popular” e o “saber acadêmico”; considerando as diferenças das comunidades em que se inserem; além de trazer para a academia o debate e reflexão, provenientes destas experiências e das com possibilidades de ressignificação do papel das universidades na sociedade.

As considerações realizadas neste capítulo levam a compreender que as Incubadoras Universitárias de Cooperativas da Economia Solidária possuem possibilidade de constituir, no *lôcus* da universidade, um novo espaço para manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista. Destaca-se, principalmente, a contribuição das mesmas no que se refere a organização de trabalhadores, desenvolvimento de formas de gestão diferenciada, e condenação das características da sociabilidade capitalista. Assim, é possível afirmar que as Incubadoras Universitárias de Cooperativas da Economia Solidária possuem possibilidades de vir a constituir **“embriões para a transformação”**.

Para **explicar como se realizam as ações de apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo** foi constituído o Capítulo 2, que trouxe a construção da **Pesquisa**:

A Pesquisa consiste, primeiramente, na apresentação descritiva das instituições que compõe a amostra em análise – englobando aspectos de sua concepção e da intervenção realizada atualmente em cada incubadora objeto deste estudo, na própria perspectiva das incubadoras, de forma a subsidiar a

compreensão da atuação das mesmas: ITCP/USP; INCOOP/UFSCar; ITCP/UNICAMP; INCOP/UNESP (UNESP/Assis) e INCONESP (UNESP/Franca).

As considerações realizadas na presente tese permitem identificar e apreender convergências, indicando que as incubadoras em estudo:

- Apresentam contextualização própria acerca das experiências e ações desenvolvidas, bem como um histórico de atuação, o que demonstra que, mesmo adotando práticas e ideologias que semelhantes, o trabalho realizado possui diferenças peculiares; e, além disso, destacam-se semelhanças e contrastes entre visão e aplicação dos princípios da Economia Solidária.
- Constituem uma experiência realizada nos últimos 12 anos e possuem foco de ações e atividades no âmbito local e regional e compreendem iniciativas/empreendimentos com origem em grupos fomentados pela universidade; nos grupos já formados, nos movimentos sociais e na comunidade.
- Possuem uma proposta que contempla como objetivos a contribuição para viabilizar alternativas gerar de trabalho e renda por meio da formação de cooperativas de trabalhadores (em situação de desemprego ou trabalho precarizado, com pouca ou nenhuma qualificação profissional, pertencentes a comunidades de baixa renda, baixa escolaridade, entre outros); sob a orientação dos princípios da autogestão – com a perspectiva de emancipação dos sujeitos via inclusão social, política, econômica e cultural.
- Trabalham com o coletivo das cooperativas incubadas, o que significa que todos os processos envolvem o conjunto de trabalhadores (e não órgãos diretivos); compreendendo o pressuposto da capacidade de autogestão das cooperativas.
- Compreendem, em seus projetos, as diferenças relativas às comunidades em que atuam e se inserem e suas perspectivas e contextos.
- Constituem uma experiência não estática; isto é, em constante revisão e atualização.
- Autodenominam-se “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)”; adotando a terminologia “*cooperativas populares*”. Não existe consenso sobre a utilização deste termo, que gera discussões atualmente, uma vez que esta opção pode se dar, tanto em função da utilização dos

princípios do trabalho cooperativo (valorização do grupo, autogestão, cooperação, viabilidade econômica, valorização do trabalho e educação) e foco/público-alvo de suas ações; como pelo aspecto da organização jurídica como cooperativa em si.

- Constituem-se como programas de extensão das universidades da qual são integrantes (filiadas à Rede Universitária de ITCPs); o que demonstra um envolvimento e responsabilidade das universidades enquanto *lócus* de produção do conhecimento no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, - bem como de seus atores – ao assumir papel fundamental quanto à elaboração e manutenção de atividades de incubação na Economia Solidária.
- Possuem demandas, tanto internas quanto externas à universidade.
- Realizam uma divisão do trabalho realizado, em etapas, equipes, grupos de trabalho ou temáticos.
- Entre outros.

A pesquisa contemplou ainda alguns aspectos desenvolvidos nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo que constituem uma base para conhecer a atuação das mesmas via processo de incubação; a saber:

As equipes das Incubadoras

- Compreendem denominações como o “coletivo”, os “formadores” ou os “assessores-educadores”.
- São equipes multi e interdisciplinares, com pesquisadores e profissionais de diversas áreas envolvidos em suas atividades – com destaque para as áreas de Ciências Humanas, seguido pelas Ciências Sociais Aplicadas. E demonstram possuir lacunas em algumas áreas, e destaca-se que existe espaço e demanda para a atuação de diversas áreas, inclusive do Serviço Social.
- São compostas, em maioria, por graduados/graduandos, e alguns Doutores/Pós-doutores seguido de Mestres e Especialistas.

- Possuem profissionais e pesquisadores com diversas especialidades; mas que não se fecham ou direcionam a atividades específicas ou separadas às suas áreas – todos participam de todas as atividades.
- Realizam uma divisão do trabalho – em etapas, equipes, grupos de trabalho ou temáticos, de forma que todos os integrantes possuem oportunidade de aprendizado e contribuição.
- Reúnem-se periódica e rotineiramente para dar seqüência e atendimento às demandas de trabalho nas incubadoras.
- Realizam um processo de incubação em níveis distintos de sistematização.
- Possuem necessidade permanente de formação e diversificação técnica, tendo em vista a compreensão de seu papel educativo nas mais diversas áreas; que compreendam conhecimentos relativos: à gestão coletiva e ferramentas de gestão, resolução de conflitos; contabilidade, jurídico, entre outros. Considerando, principalmente, as demandas de conhecimento nas iniciativas/empreendimentos coletivos

Aspectos de gestão e decisão das incubadoras

- Utilizam o formato de Gestão Coletiva, partir do exercício da autogestão, com reconfiguração das relações entre os sujeitos de forma horizontal. Isso legitima os seus princípios de formação e seu *status* como uma experiência coletiva de trabalho e autogestão;
- Revestem-se da preocupação de, mesmo inseridas na universidade (espaço de relações meritocráticas e autoritárias), estar permeadas pelo questionamento sobre a atuação da academia e seu papel na transformação da sociedade.
- Seu processo de tomada de decisões que segue o pressuposto de valorizar o coletivo; e assim, envolvem-se os membros da equipe, com vistas a considerar a igualdade de posições/opiniões entre os membros, além de fortalecer o espaço de decisões coletivas – com assimetria – e não na hierarquia.
- Compreende atividades de representação institucional perante órgãos executivos das universidades; articulação no sentido de garantir a continuidade das atividades, assinatura de termos, convênios, ofícios e

outros documentos institucionais; orientação para assuntos estratégicos, pedagógicos e de produção de conhecimento.

A capacitação da equipe técnica das incubadoras

- Possui caráter permanente e compreende a socialização das metodologias voltadas para assessoria técnica às iniciativas/empreendimentos da economia solidária e construção de conhecimentos relativos aos princípios de autogestão e trabalho cooperativo.
- Compreende bases teóricas oportunizadas por autores diversos, pelos debates dos movimentos sociais, exemplos de outros programas; referencias e práticas socializadas nos encontros de formadores e rede de incubadoras. Além disso, são utilizados também inclusive, textos produzidos pela própria incubadora.
- É realizada por meio de cursos, oficinas e debates, com conteúdos diversos – em geral, por meio de eventos coletivos.
- Compreende também treinamento para o trabalho de incubação, na forma de acompanhamento por um integrante mais antigo da ITCP.

As principais preocupações/desafios para as incubadoras

- A dificuldade de orientar no sentido de proporcionar a viabilidade econômica das iniciativas/empreendimentos assessorados.
- A compreensão das dificuldades relativas à prática da autogestão que a prática da autogestão em curto prazo é de difícil aplicação.
- Dificuldades na articulação do conhecimento entre os membros da incubadora, devido tanto ao volume de informações e trabalho, quanto ao número de membros envolvidos.
- A rotatividade dos membros da incubadora, que dificulta a constituição de um núcleo com dedicação integral e estável.
- A falta de assiduidade na participação das reuniões da incubadora é um dificultador para a operacionalização das decisões.
- A diferenciação na carga horária dos formadores e mudanças na estrutura da coordenação.

- A dificuldade em manter uma equipe transdisciplinar qualificada na Incubadora (considerando que a entrada e saída de membros da Incubadora ocorrem permanentemente, de acordo com a conclusão da graduação ou término de projeto).
- Preocupação com a Metodologia de trabalho e Conteúdo programático preservando as particularidades e necessidades de cada coletivo.

Os vínculos e discussões acerca dos movimentos sociais nas incubadoras

- São constituídos em profundidade; principalmente por meio de espaços de debates, participações ativas em fóruns e reivindicações da Economia Solidária e dos mais diversos movimentos (fóruns, conferências, encontros, redes, entre outros).
- São realizadas de forma a trabalhar junto aos movimentos sociais que fazem lutas e questionam através da ação, a propriedade privada e o controle privado dos meios de produção
- Busca-se uma melhor compreensão da realidade dos movimentos sociais, e, desta forma, constituem-se novas possibilidades de projetos relacionados à organização produtiva dos trabalhadores.
- Visam à interação com tais movimentos e a discussão do posicionamento político da equipe em relação à proposta dos movimentos colocados em pauta.

As discussões acerca de alternativas ao Modo de Produção Capitalista

- São realizadas tendo por base os Estudos de Marx, além de autores diversos em voga na academia acerca do tema.
- São realizadas em todas as reuniões, encontros, oficinas de formação e outros encontros, de maneira a construir o conceito em conjunto com o grupo incubado – entendendo que há um processo de transição para a autogestão e não a imposição de outro modo de produção.
- Toda prática ou da reflexão que realizam são atravessadas pela crítica ao modo de produção capitalista e seu processo de subjetivação.

- É realizada de maneira a identificar os impactos e potencialidades de tais modelos alternativos e/ou novos na sociedade como um todo e contempla discussões sobre possibilidades de inserção na realidade em que a incubadora desenvolve suas ações.

As preocupações em criar uma nova subjetividade

- Existe a preocupação, por parte das incubadoras, de fundamentar uma prática emancipatória, por meio do processo educativo em consonância com os conhecimentos e a realidade que vivenciam os grupos incubados.
- Contribuem para que os sujeitos da ação das incubadoras compreendam as determinantes da realidade social; por meio de uma leitura mais crítica acerca dessa realidade, paralelamente à alterações concretas nessa mesma realidade, como a posse dos meios e bens de produção, que possibilita mudar o lugar que ocupam na sociedade e a imagem que têm de si mesmos.
- A reflexão sobre as vivências e a socialização sobre as experiências concretas realizadas, permite a (re) construção das práticas sociais e dos sentidos do trabalho.
- A preocupação com a valorização social, cultural política, ambiental e econômica permeia todas as atividades das incubadoras.

O monitoramento e avaliação da intervenção realizada pelas incubadoras

- É realizado, mas pouco sistematizado.
- Quando realizado, contempla levantar as variáveis relacionadas à estratégia adotada, condições necessárias e recursos utilizados.
- Os métodos de incubação utilizados são constantemente analisados para que se adaptem a realidade do grupo e sua demanda.

Considerando estes elementos e a perspectiva apresentada pela pesquisa empírica, é possível apontar que os pressupostos colocados ao se iniciar a presente tese ficam assim definidos:

PRESSUPOSTO: As atividades das incubadoras universitárias de cooperativas não contemplam discussões acerca dos movimentos sociais, a “[...] luta

política ideológica contra o neoliberalismo e disputa com o capitalismo o fundo público e luta pelo direito de viver e trabalhar em formas associativas e democráticas². Privilegia-se o conhecimento técnico e instrumental em detrimento da construção de novas formas de relações sociais e de produção que visem atender, de modo concreto às necessidades da sociedade contemporânea e à construção de projetos mais condizentes de avanços que possam beneficiar a maioria da população.

Pressuposto desmentido. Os resultados da pesquisa demonstram que as Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo, mesmo utilizando e proporcionando conhecimento técnico e instrumental, entendem que suas atividades perpassam o modo de produção e contemplam de forma intensiva as discussões acerca das formas de organização do trabalho, e em esforços que convergem na necessidade de indicar a Economia Solidária como importante instrumento de consolidação de outro modelo de desenvolvimento e de inclusão social e econômica.

As ações realizadas pelas Incubadoras universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo constituem e pressupõem conteúdos e metodologias onde se destacam as reflexões sobre as vivências e a socialização sobre as experiências concretas realizadas, que permite a (re) construção das práticas sociais e dos sentidos do trabalho.

PRESUPOSTO: Com a utilização de uma equipe multidisciplinar nos projetos das incubadoras universitárias de cooperativas, sob uma perspectiva crítica, e com a participação do Serviço Social, é possível estruturar um processo educativo para que os profissionais de áreas multidisciplinares envolvidos no apoio, assistência e assessoria técnica destes projetos contemplem, em suas atividades, um compromisso de avanço rumo a um processo mais amplo de transformação social.

Pressuposto validado. Ao considerar o caráter transdisciplinar exigido pelas ações das Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo, verificam-se, no Serviço Social, possibilidades de contribuição ao desenvolvimento das diversas ações realizadas nestas incubadoras, principalmente para o desenvolvimento de suas ações educativas, no sentido de contribuir para dar suporte técnico às iniciativas de incubação, valorizando a

² Discurso/Proposta da Economia Solidária para a transformação da agenda do Desenvolvimento.” (CONAES, 2010, on-line).

interação entre o conhecimento da universidade com os conhecimentos que trazem os trabalhadores individualmente para a ação de cooperação; para que sejam realmente alcançados os objetivos propostos pela Economia Solidária.

A experiência internacional e nacional mostra que a organização dos programas e a eficácia de sua gestão são fatores decisivos para a consolidação da vocação transformadoras das Cooperativas. Portanto, caberiam aqui ações educativas do Serviço Social para a assessoria, o desenvolvimento, a implementação e a avaliação de resultados deste tipo de projeto – o que representa uma contribuição significativa, e um campo de atuação e intervenção com possibilidades para a área. Isso compreende também a intervenção, voltada à construção da democracia e de uma nova cultura das relações de e no trabalho, além de promover o desenvolvimento local sustentável e propiciar a efetivação de direitos, cidadania, qualidade de vida, educação e trabalho.

Destarte, sem a pretensão de construir modelos, apropriação do conhecimento dos capítulos anteriores possibilitou apresentar a seguinte resposta para a problemática enunciada: **Como se realizam as atividades de apoio, assistência e assessoria técnica nas Incubadoras de Cooperativas da Economia Solidária nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo?**

A partir do detalhamento da intervenção realizada, verifica-se a que a identidade do “apoio, assessoria e assistência técnica” vem sendo construída pelos integrantes das Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo; e não se apresentam fórmulas ou seqüência rígidas, sendo criada e recriada, conforme se verificam as demandas, questões ou limites encontrados.

Estas as atividades de apoio, assessoria e assistência técnica da Economia Solidária realizadas contemplam ações que abrangem, em distintos níveis e exercidas em distintos momentos, principalmente:

- Ações vinculadas diretamente ao processo de incubação e gestão (viabilidade) da iniciativa/empreendimento incubado;
- Ações que contemplam formação e qualificação profissional dos integrantes dos grupos incubados;
- Ações voltadas para fortalecer trabalho coletivo e a autogestão e o trabalho coletivo;

- Ações educativas, com métodos pedagógicos vinculados educação popular de jovens e adultos, de inspiração piagetiana e/ou paulofreireana.
- Ações voltadas para resolução de problemas que se apresentam para o coletivo das incubadoras;
- Atividades de contato, conscientização/sensibilização, e articulação de redes e cooperação.
- Trabalho em equipe na criação de um espírito investigativo coletivo, de reflexão e discussão, capaz de envolver todos os indivíduos, tanto para desvendar do mundo do trabalho como para busca de caminhos que favoreçam transformações políticas, econômicas, sociais e culturais – tendo como horizonte a emancipação humana.

Este é um conjunto de ações que possibilita criar espaços de sociabilidade propícios ao desenvolvimento dos indivíduos; compreendendo tanto os aspectos materiais, a exemplo da melhoria das condições de vida e criação de oportunidades de trabalho e renda; quanto os os aspectos subjetivos, como a melhoria educacional, conquista de autonomia, entre outros; e, em sentido ampliado, busca a promover a própria emancipação humana.

Com estas atividades, as Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo solidificam-se como ambientes ricos para aprendizagem de competências e habilidades necessárias para o exercício da autogestão, bem como de conteúdos próprios do funcionamento da Economia Solidária e suas iniciativas/empreendimentos – e estão sendo explorados com tal finalidade.

E, para fechamento de todos os objetivos específicos pretendidos para esta tese, alcançando o objetivo geral da mesma, cumpre ainda **demonstrar se a realidade levantada na pesquisa empírica compreende uma proposta de ruptura ou manutenção do modo de produção capitalista contemporâneo**. Para tanto, realizada uma análise global da presente tese, chega-se a seguinte consideração:

A realidade levantada na pesquisa empírica junto às Incubadoras Universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo demonstra que as atividades realizadas pelas mesmas compreende uma proposta de ruptura do modo de produção capitalista contemporâneo.

Neste sentido, é possível afirmar que estas incubadoras constituíram-se objetivando apresentar possibilidades de enfrentamento e alteração da lógica capitalista vigente na sociedade, pela articulação do ensino, pesquisa e extensão, considerando as especificidades e os saberes construídos por todos os envolvidos, e os princípios da Economia Solidária. Entretanto, as evidências demonstram que este é um caminho que ainda está em processo de construção.

Mais do que inclusão produtiva de indivíduos excluídos do sistema, as Incubadoras universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo buscam assegurar junto às iniciativas/empreendimentos incubados, a autogestão e o trabalho cooperativo. Assim, articula-se nas Incubadoras universitárias de Cooperativas das Universidades Públicas do Estado de São Paulo a construção um processo de conscientização – que pode “vir a ser” o **embrião da transformação de uma sociedade!**

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **A evolução do movimento de incubadoras no Brasil**. 2004. 195 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.coppe.ufrj.br>>. Acesso em: 10 maio 2010.

ALVES, G. O que é mundialização do capital? In: _____. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Marília: Praxis, 1999. Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/oquea.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

ANPROTEC. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Glossário dinâmico de termos na área de tecnópolis, parques tecnológicos e incubadoras de empresas**. Brasília, DF: Anprotec, 2002.

_____. **Pesquisa panorama 2003**. Brasília, DF: Anprotec, 2003.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Tradução de Ernani Ssó. Porto Alegre: Tomo Editorial : Clacso, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/cattapt.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

BARROS, J. F. **Rede universitária de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: projeto societário e projeto educativa**. 2003. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/357/3/Josiane_Fonseca_de_B Barros.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

BERGONSI, S. S. S. Estrutura e funcionamento da incubadora tecnológica de cooperativas populares da universidade federal do Paraná ITCP–UFPR. In: _____.; LACERDA, Gustavo B. (Org.). **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens**. Curitiba: PROEC : UFPR, 2007.

BERTUCCI, J. O. A política de economia solidária e as diretrizes da CONAES: uma contribuição crítica. **Boletim Mercado de Trabalho**, São Paulo, n. 43, p. 49-57, maio 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt43/07_Eco_Sol_Bertucci.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2011.

BOCAYUVA, P. C. Incubadora tecnológica de cooperativa populares/COPPE/UFRJ. Desempregados e trabalhadores informais encontram nesta experiência uma oportunidade em se organizar, ter acesso ao mercado formal de trabalho e conquistar direitos básicos a cidadania. In: CAMAROTTI, I. SPINK, P (Org.). **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <www.itcp.coppe.ufrj.br>. Acesso em: 6 mar. 2010.

BRASIL. **Atlas da economia solidária no Brasil: consultas gerais (2005-2007)**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>>. Acesso em: 20 maio 2011.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Secretaria de Política Tecnológica Empresarial. **Manual para a implantação de incubadoras**. nov. 2000. Disponível em: <http://www.incubaero.com.br/download/manual_incubadoras.pdf> Acesso em: 4 jun. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Instituições credenciadas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12467&Itemid=880> Acesso em: 20 maio 2011.

CAILLÉ, A. Sur les concepts d'économie en général et d'économie solidaire en particulière. **La Revue du Mauss Semestrielle**, n. 21 (Alter-économie: quelle autre mondialisation?). Paris: La Découverte, 2003.

CANÔAS, J. W. (Org.). **Mundo do trabalho e políticas públicas**. Franca: UNESP, 2007.

CARTA à Presidenta Eleita Dilma Rousseff. Dez, 2010. Disponível em: <<http://miud.in/iMo>>. Acesso em jan. 2011.

CARVALHO, A. M. R. de; GIRALDI, G. G.; AVIGHI, M. M. Autonomia e poder em uma associação de catadores: contradições e desafios. In: VI SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008, Marília. **Anais...** Marília: Unesp, 2008.

CASTLES, S. Estudar as transformações sociais. **Sociologia**, Lisboa, n. 40, p.123-148, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292002000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 ago. 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONAES. **II Conferência Nacional de Economia Solidária: pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável**. Eixo 1. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_conferencia_economia_solidaria_documento_final.pdf>. Acesso em: 20 maio 2010.

_____. **II Conferência Nacional de Economia Solidária: pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável**. Eixo 2. Brasília, DF, 2010b. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_conferencia_economia_solidaria_documento_final.pdf>. Acesso em: 20 maio 2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: apresentação da conferência, 1., 2006, Brasília, DF. **Anais....** Brasília, DF: MTE, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_default.asp>. Acesso em: 20 mar. 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: documento base. 2., 2010, Brasília, DF. **Anais....** Brasília, DF: MTE, 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_default.asp> Acesso em: 7 jun. 2010.

CRUZ, A. É caminhando que se faz o caminho: diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. **Cayapa: Revista Venezolana de Economia Social**, Mérida, v. 4, n. 8, p. 38-57. Dic. 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/622/62240803.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

CULTI, M. N. Economia solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. **Revista Trimestral de Debate da Fase**, Rio de Janeiro, n. 111, p.16-22, jan. 2004. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_nezilda.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. O cooperativismo popular no Brasil: Importância e representatividade. In: CRUZANDO FRONTERAS EN AMÉRICA LATINA. CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3. 2002, Amsterdam. **Anais eletrônicos...** Amsterdam: CEDLA, 2002. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt/txt/coopop.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

_____. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como processo educativo. **Otra Economia: Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidaria**, São Leopoldo-RS, v. 3, n. 5, p. 147-165, 2009. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/otraeconomia/article/view/1163/329>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

EMPÍRICA: metodologia de incubação. Campinas, SP: Instituto de Economia, 2009. 2009.

EID, F. **Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da UNITRABALHO e sobre metodologia de incubação.** Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/sobre-concepcao-de-incubadora-universitaria-de-empreendimentos.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Documento Base da I Conferência Nacional De Economia Solidária “Economia Solidária Como Estratégica E Política de Desenvolvimento”. Brasília-DF, jun. 2006. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=332&Itemid=18>. Acesso em; 21 maio 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**: século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041/1542>>. Acesso em: 10 out. 2010.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2009.

GAIVIZZO, S. B. **Limites e possibilidades da economia solidária no contexto das transformações do mundo do trabalho**: a experiência da incubadora de cooperativas populares da Universidade Católica de Pelotas. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, T. M. P. O espaço e o tempo da economia solidária. **Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 15, n. 886, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-886.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

GOERCK, C. Serviço Social e experiências de economia popular solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano 5, n. 5, p. 1-14, nov. 2006.

GUIMARAES, G. Por uma tecnologia do trabalho. In: _____. (Org). **Sindicalismo e cooperativismo**: a economia solidária em debate transformações no mundo do trabalho. São Paulo: Unitrabalho, 1999.

_____. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto. 2000.

HARTUNG, A. P. **O cooperativismo ao alcance de todos**. 2. ed. Florianópolis: OCESC, 1996.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 18., 2004. San José, Costa Rica. **Anais...** San José: ALAETS/Espacio: Escuela de Trabajo Social, 2004. p. 17-50.

IGLESIAS, G. V. Movimento de economia solidária. In: SISTEMATIZAÇÃO de práticas das ITCPs: metodologia de incubação, pedagogia da autogestão e movimento da economia solidária. São Paulo: Abr. 2011. Disponível em: <<http://articulacaoitcps.files.wordpress.com/2011/04/texto-completo.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

INCONESP. Incubadoras de Cooperativas Populares da Unesp Região Nordeste do Estado de São Paulo. Projeto técnico. 2009. Disponível em: http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ryTzoQNMSp0J:d.yimg.com/kq/groups/20925510/2007136403/name/PROJETO+projeto+inconesp&hl=pt-BR&pid=bl&srcid=ADGEESg0ILBhOOZJgoZCDwxE9J9yfBjb_13kwaVCq-qC1InNcN31UHFSNCjpH7quzxGJrVxVeSAln6wW_sF982knH1VWzTrqCVB4S2pjjnwTUWoZUh2oKAZwWqrFM4FE_DusQ59Jwm69&sig=AHIEtbTyNL9A-yVsBabBJbEUrxliF-dUiA Acesso em: 10 jan. 2010.

JUNQUEIRA, L. A. P., TREZ, A. P. Capital social e a sobrevivência das cooperativas de Trabalho. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 382-399, mar./abr. 2005.

LAPORTE, A. L. A. de. Pedagogia da autogestão. In: SISTEMATIZAÇÃO de práticas das ITCPs: metodologia de Incubação, pedagogia da autogestão e movimento da economia solidária São Paulo. São Paulo: Abr. 2011. Disponível em: <<http://articulacaoitcps.files.wordpress.com/2011/04/texto-completo.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

LECHAT, N. M. P. As raízes da economia solidária e o seu aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2002.

MANIFESTAÇÕES de integrantes de coletivos integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária sobre o PL 865. 29 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/27/do.pdf>>. Acesso: 20 maio 2011.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 1.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MCINTYRE, J.; BORGONSI, S. M.; FORTIN, M. Proposta de modelo de intercooperação de incubação de cooperativa. **Revista UNIRCOOP**, Canadá, v.2, n. 1, p. 55-79, 2004. Disponível. Em: <<http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/observatorio/34.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2011.

MÉSZAROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NEVES, W. A. **A incubadora de cooperativas do NESTH/UFMG – aproximações para se compreender os processos de incubação**: um estudo de caso. 2006. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/TMCB-7WUL9E/1/wallasce_grava_o_em_cd.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2011.

OLIVEIRA, L. J. R. de; DAGNINO, R. P. As fragilidades das incubadoras universitárias de cooperativas no Brasil. In: JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS SOCIALES DE LA CIENCIA Y LA TECNOLOGÍA - ESOCITE, 5., 2004, México. **Anais...** Toluca, México: Universidad Autónoma del Estado de México, 2004. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/Unicamp%20-%20fragilidades%20das%20itcps.doc>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

PAULA, A. P. P.; CALBINO, D. Os reflexos da incubação isolada e dos processos de formação para as práticas autogestionárias e a sustentabilidade econômica: um estudo dos empreendimentos incubados pela ITCP/UNEB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL –ENAPEGS, 4. 2010, Lavras-MG. **Anais...** Lavras-MG: UFMG, 2010. Disponível em: <http://anaisenapegs2010.cariri.ufc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=3&limitstart=6>. Acesso: 20 jan. 2011.

PEREIRA, J. R. Considerações metodológicas sobre o processo de incubação de cooperativas populares. In: CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA JÚNIOR, J. T. **Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão**: as experiências de Palmas/TO. Palmas: NESol/UFT, 2007. v. 1.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Mercado de Trabalho**, São Paulo, p. 23-34, ago. 2004. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2010.

REDE DE ITCPs. **Quem somos?** 2010. Disponível em: <<http://www.redeitcps.com.br/quemSomos.php>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

RUWER, L. M. E. **Proposta de requisitos de planejamento sustentável para a absorção de egressos dos projetos governamentais de grande porte**. 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SANTOS, B. S. (Org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEBRAE. **Procedimento operacional**: Programa Sebrae–SP de incubadoras de empresas. jun. 2008. Disponível em: <<http://antigo.sp.sebrae.com.br/principal/sebrae%20em%20a%C3%A7%C3%A3o/inc>>

ubadoras/documentos_incubadoras/anexo3_procedimento_operacional.pdf>.
Acesso em: 17 nov. 2010.

SENAES. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Disponível em:
<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp>. Acesso em: 20 mar. 2010.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo numa discussão marxista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 26, p. 44-80, 1980.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto. 2000.

_____. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: _____. **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SISTEMATIZAÇÃO de práticas das ITCPs: metodologia de incubação, pedagogia da autogestão e movimento da economia solidária. São Paulo: Abr. 2011. Disponível em: <<http://articulacaoitcps.files.wordpress.com/2011/04/texto-completo.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

SOUZA, M. C. A. F. et al. Incubadora tecnológica de cooperativas – ITCP x incubadora de empresas de base tecnológica - IEBT – siferenças e semelhanças no processo de Incubação. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación**, México (Cidade), n. 6, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www.oei.es/revistactsi/numero6/articulo01.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

TOLOSA, H. C. Política urbana e distribuição de renda. In: TOLEDO, A. H. P. de; CAVALCANTI, M. (Org.). **Planejamento urbano em debate**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURCK, M. G. M. G. **Gênese: o processo histórico na compreensão da origem do capitalismo**. Disponível em:
<<http://www.docstoc.com/docs/30885593/G%C5%A0NESE-O-PROCESSO-HIST%E2%80%99CRICO-NA-COMPREENS%C6%92O-DA>>. Acesso em 20 fev. 2011.

_____. O lugar do método na formação e na intervenção profissional em Serviço Social. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, PUCRS, 2008.

UNITRABALHO. Rede Nacional de Universidades. **Sobre a UNITRABALHO**. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article3>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

VERARDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, Sylvia Leser de (Org.). **Economia solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOLUSP, ITCP-USP, PW, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A - GRUPOS INCUBADOS NA ITCP/USP (2011)

MÃOS NA MASSA: O grupo Mãos na Massa é formado por 10 pessoas e é incubado desde o começo de 2008 pela ITCP num projeto em parceria com o Instituto Polis, contou também com formações de estudantes de graduação e mestrado do curso de nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP. Os trabalhos desenvolvidos com o grupo possibilitaram fortalecer a identidade do grupo, definir o foco da produção e desenvolver ferramentas de gestão coletiva do empreendimento. Agora o grupo estuda aprimorar as receitas e já comercializa sua produção de barrinhas de cereais.

Amor em Fibras

Produto artesanal feito com ingredientes integrais pelo empreendimento econômico solidário

Mãos Na Massa

Ingredientes: aveia, passas, amêndoas em flocos, flocos de milho, farinha de trigo integral, amêndoas sem casca, castanha de caju picada, glicose, açúcar mascavo, suco de limão, óleo, fermento de bolo.

informação nutricional		
Quantidade por porção	val	%DV*

endereço do grupo:

telefone:

fabricado em:

validade até:

E.A. - PRODUTOS ECOLÓGICOS



O E.A. é um empreendimento com princípios autogestionários que produz sabão, sabonetes e produtos de limpeza. Este é localizado no Jd. Clarice, Zona Sul de São Paulo, e iniciou suas atividades em 2003. O principal produto do grupo é o sabão em pedra e em pote, que são produzidos a partir da reciclagem, uma vez que utilizam como matéria prima óleo de cozinha usado. Este óleo é coletado por meio da troca que o grupo estabelece com a comunidade; os vizinhos e amigos trocam o óleo, que utilizam domesticamente, por pedaços de sabão e dessa forma, contribuem com o processo de reciclagem do óleo, evitando seu despejo na rede de esgoto e conseqüente mistura nos rios da região. Este empreendimento já foi desincubado pela ITCP-USP e atualmente segue participando do movimento de economia solidária.



VIDA EM AÇÃO - COSTURA E ARTESANATO



Proveniente do extremo sudoeste da capital paulista (região da periferia do Capão Redondo), o grupo transforma o refugo da indústria têxtil em belíssimos artigos de arte, moda e decoração.

Membro ativo da Rede de Economia Solidária da Zona Sul e dos Fóruns de Economia Solidária, o grupo produz de maneira cooperativa, buscando novas formas de geração de trabalho e renda na região.

Uma característica marcante da produção é a utilização das técnicas de fuxico, de retalhos, entre outras, aplicadas em uma vasta linha de produtos como colchas, tapetes, bonecas, bolsas, camisetas, almofadas, pano de prato, entre outros. Atualmente o grupo tem desenvolvido bolsas de raífa, visando substituir as sacolas plásticas usadas nos supermercados e em outros locais.

ESTRELA D'ALVA

Estrela D'Alva é um grupo composto por mulheres e foi formado a partir da iniciativa da ONG Ponte Brasil Itália. Localizado no espaço físico da ONG, Zona Oeste de São Paulo, o grupo recebeu capacitação em costura, designer e introdução ao cooperativismo. O início do processo de incubação ocorreu em novembro de 2007 e a produção é centrada, sobretudo, em bolsas, mochilas e outros artigos de artesanais.

CLUBE DE TROCAS DO JARDIM ÂNGELA

O Clube de Trocas do Jardim Ângela iniciou suas atividades em julho de 2002. É um empreendimento de Economia Solidária no qual as pessoas e grupos produtivos se reúnem para trocar produtos, serviços ou saberes entre si, por meio da moeda social, uma moeda gerida democraticamente pelo grupo.

É um espaço no qual ocorre compra e venda, portanto comercialização e consumo. Estas são realizadas, não de acordo com as regras pré-definidas pelo mercado, mas com as regras acordadas coletivamente pelos participantes do clube, que ocupam o espaço e o transformam de acordo com suas relações de grupo.



O Clube ocorre todo 2o Domingo do mês, a partir das 13 horas na Associação de Moradores do bairro Jardim Sonia Ingá, Rua Felipe Manara, 12.

Assista "Trocando Futuros no Ângela" - Vídeo sobre o Clube de Trocas do Jd. Ângela

ALPHA.COM

A Coopertiva Alpha.com tem como atividade produtiva o trabalho com informática. Este se constitui a partir de formações do Sampa.Org (Programa, ligado à Prefeitura de São Paulo, voltado à inclusão digital) em 2003, ano no qual foi iniciado o processo de incubação pela ITCP-USP.

O processo de legalização da Cooperativa ocorreu em 2004; no ano de 2005 esta foi desincubada pela ITCP-USP, transformando-se em parceiro da Rede de Economia Solidária da Zona Sul e estabelecendo sua sede no Centro de Referência de Economia Solidária.

Atualmente a cooperativa desenvolve as seguintes atividades: projetos de inclusão digital; manutenção e assessoria em hardware; elaboração de projetos, implantação, manutenção e assessoria em redes de computadores; implantação, migração e assessoria em software e proprietário; treinamento em informática básica, redes e software livre; e desenvolvimento de páginas de internet (web design). Visite o site da Cooperativa Alpha.com: www.coopalpha.com.br.

Cooperativa Monte Sinai



A Cooperativa Monte Sinai é uma lanchonete e restaurante por quilo localizada na Faculdade de Arquitetura da USP. A cooperativa existe desde 2004 quando os ex-funcionários passaram a gerir o restaurante após a saída da antiga proprietária, com o apoio da ITCP-USP para autogerir o empreendimento. Já desincubada pela ITCP-USP, a cooperativa segue trabalhando no espaço da

FAU.

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO APOIO, ASSISTÊNCIA E ASSESSORIA TÉCNICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apresentação

Vimos, por meio desta, convidá-lo (a) para participar da pesquisa: **INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS e ECONOMIA SOLIDÁRIA: ruptura ou alternativa?**, conduzida por LÉIA MARIA ERLICH RUWER do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, orientada pelo Prof. Dr. José Walter Canoas, pertencente ao quadro docente da FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – CAMPUS DE FRANCA, devidamente registrada no Comitê de Ética na Pesquisa.

A pesquisa propõe analisar e avaliar as ações de apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária nas Incubadoras de Cooperativas das Universidades Públicas de São Paulo; para verificar se configuram, pela sua atuação, a manutenção, modernização ou transformação ao modelo de propriedade capitalista. Este material será utilizado para apresentação de Tese – Doutorado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição.

Anexo encaminhamos a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Desde já, agradecemos a participação!

Franca, 26 de maio de 2011.



Pesquisador Responsável – Msc. Léia Maria Erlich Ruwer
Rua Heitor dos Prazeres, 841 – Nova Franca – Franca/SP
CEP 14409-208 – TEL 16 3403-6726 e 9204-4486 – E-mail: leia.ruwer@gmail.com



Orientador - Prof. Dr. José Walter Canoas
Av. Eufrásia Monteiro Petráglio, 900 – Jd. Petráglio – Franca/SP
CEP 14409-160 – TEL 16 9969-0618 – E-MAIL jwcanoas@uol.com.br

INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO: As perguntas apresentadas a seguir são relacionadas à atuação dos gestores e responsáveis pelo apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária e devem ser respondidas de forma a refletir a realidade desta atividade na sua instituição. Por gentileza, procure não deixar nenhuma questão em branco e, caso considere necessário, utilize uma folha a parte para comentar a questão. Agradecemos sua colaboração!

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO APOIO, ASSISTÊNCIA E ASSESSORIA TÉCNICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

DATA: ____/____/____

NOME DA INCUBADORA DE

COOPERATIVAS: _____

NOME DA
INSTITUIÇÃO/UNIVERSIDADE: _____

DADOS /PERFIL

1 – Fundação da Incubadora: ____/____/____

2 – Número de pessoas envolvidas na gestão da Incubadora (líder): _____

3 – Titulação Acadêmica do gestor (es) líder(es): _____

4 – Número de pessoas/colaboradores que atuam no apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária: _____

6 – Titulação Acadêmica dos colaboradores que atuam no apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária (no.):

_____ doutor(es)/pós-doutor(es) _____ mestres _____ especialistas
_____ graduados _____ graduandos

7 – Áreas de formação dos colaboradores que atuam no apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária (no.):

_____ Ciências Exatas e da Terra	_____ Ciências Biológicas
_____ Engenharias	_____ Ciências da Saúde
_____ Ciências Agrárias	_____ Ciências Humanas
_____ Ciências Sociais Aplicadas	_____ Linguística, Letras e Artes
_____ outras	

8 – Existem pesquisadores ou profissionais do Serviço Social atuando na incubadora?

() Sim. Quantos? _____ () não.

9 – Principal motivação para o surgimento da Incubadora Universitária: _____

10 – Parceiros do programa e seus papéis (identificar a existência ou não de articulações interorganizacionais):

() não possui parceiros

() possui parceiros.

Quais? _____

11 – Número de empreendimentos incubados: Atualmente _____

empreendimentos já desincubados: _____

12 – Abrangência da incubadora:

() local

() regional

() local e regional

13 – Origem das iniciativas / empreendimentos (para situar minimamente o público alvo com que se trabalha):

() massa falida

() de um grupo já formado

() da comunidade

() de movimentos sociais

() fomentado pela universidade

() fomentado pelos

sindicatos

() fomentado pelo programa

14 – Foi selecionado ou preferido algum tipo específico de cooperativa?

() Não () Sim. Tipo de cooperativa assessorada: _____

De acordo com: () Deliberação () rendimentos () Patrimônio () outros: _____

VARIÁVEIS EM INVESTIGAÇÃO – Responda conforme sua percepção real da atividade exercida:

1) Qual é o papel do gestor/coordenador nas Incubadoras Universitárias de Cooperativas?

2) Qual é a diversificação técnica necessária para exercer o apoio, assistência e assessoria técnica das Incubadoras Universitárias de Cooperativas?

3) Como o corpo técnico é capacitado sobre os fundamentos nas áreas de conhecimento necessários para o funcionamento de iniciativas de Economia Solidária? Quais são estas áreas?

4) Existe um processo educativo permanente da equipe de apoio, assistência e assessoria técnica da Incubadora Universitária de Cooperativas?

() Sim. Neste caso, a perspectiva utilizada neste processo educativo da equipe técnica apoio trata o processo como uma ação continuada?

() Não. Por quê?

5 Na capacitação do corpo técnico, as referências utilizadas encontram-se:

() na literatura. Principais livros ou textos?

() nos movimentos sociais.

Quais? _____

() no exemplo de outros programas.

Quais? _____

5) Na capacitação do corpo técnico, o discurso utilizado para identificar o que se pretende com o programa de Incubadoras Universitárias de Cooperativas, contempla:

() geração de trabalho e renda

() desenvolvimento

() outra(s) _____

6) Como é feita a socialização do conhecimento do corpo técnico (conhecimentos jurídicos, administrativos, técnicos, entre outros)?

7) Que fatores podem ser apontados como as principais preocupações técnicas para a equipe de apoio, assistência e assessoria técnica da incubadora?

8) As interações realizadas pela equipe técnica na incubadora contemplam discussões acerca dos movimentos sociais? De que forma?

9) As interações realizadas pela equipe técnica na incubadora contemplam discussões acerca de novas formas de produção ou alternativas ao modelo de propriedade capitalista? De que forma?

10) Há a preocupação em se criar uma nova subjetividade, ou seja, uma nova forma do trabalhador perceber-se no trabalho, na relação com os seus pares e no agir social? Qual? Como?

12) Sobre a intervenção realizada pela equipe técnica:

a. Como é o processo de conscientização / sensibilização?

b. como é feito o contato com as pessoas ou a comunidade?

c. existe preocupação com o conjunto dos empreendimentos? (redes, articulações)? Se sim, como e quais os projetos e estratégias utilizados?

13) Existe uma preocupação da equipe técnica com a valorização social e cultural do projeto de Economia Solidária? De que forma?

14) Existe um monitoramento e avaliação da intervenção realizada pela equipe técnica?

() Sim. Como funciona () Não

Qual o tipo de informação? _____

Qual o período de coleta? _____

Quais os resultados / impactos? _____

Que tipo de avaliação? (processos, resultados, impactos)? _____

15) Existe um histórico da incubadora e suas atividades que possa ser divulgado? E/ou endereço eletrônico onde este histórico possa ser obtido? Por gentileza, aponte o endereço ou anexe o histórico ao e-mail de resposta:

ANEXO B -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS e ECONOMIA SOLIDÁRIA: ruptura ou alternativa?**. O projeto de pesquisa será conduzido por LÉIA MARIA ERLICH RUWER do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, orientada pelo Prof. Dr. José Walter Canoas, pertencente ao quadro docente da FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – CAMPUS DE FRANCA. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Tese - Doutorado observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e descrição. A pesquisa propõe analisar e avaliar as ações de apoio, assistência e assessoria técnica da Economia Solidária nas Incubadoras de Cooperativas das Universidades Públicas de São Paulo; para verificar se configuram, pela sua atuação, a manutenção, modernização ou transformação da lógica capitalista. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

(cidade) _____, de _____ de _____.

Assinatura do participante

Pesquisador Responsável – MsC. Lélia Maria Erlich Ruwer
 Rua Heitor dos Prazeres, 841 – Nova Franca – Franca/SP
 CEP 14409-208 – TEL 16 3403-6726 e 9204-4486 – E-MAIL leia.ruwer@gmail.com

Orientador - Prof. Dr. José Walter Canoas
 Av. Eufrásia Monteiro Petrágia, 900 – Jd. Petrágia – Franca/SP
 CEP 14409-160 – TEL 16 9969-0618 – E-MAIL jwcnoas@uol.com.br